

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	25
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	26
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	65
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	168
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	171
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	172
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	173

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	54.151
Preferenciais	1.754
Total	55.905
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	14.864.468	17.134.253	17.714.255
1.01	Ativo Circulante	3.869.032	5.078.063	6.321.596
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	636.153	841.111	94.745
1.01.02	Aplicações Financeiras	683.310	1.971.964	229.018
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	678.495	1.967.283	225.094
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.815	4.681	3.924
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.815	4.681	3.924
1.01.03	Contas a Receber	364.500	298.542	734.810
1.01.03.01	Clientes	364.500	298.542	734.810
1.01.04	Estoques	89.382	90.426	85.380
1.01.06	Tributos a Recuperar	76.053	95.587	177.508
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	76.053	95.587	177.508
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.521	2.888	2.941
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.015.113	1.777.545	4.997.194
1.01.08.03	Outros	2.015.113	1.777.545	4.997.194
1.01.08.03.02	Ativo financeiro - concessões de serviço público	77.833	74.448	77.023
1.01.08.03.04	Cauções e depósitos vinculados	10.982	10.982	11.003
1.01.08.03.05	Valores a receber - Lei 12.783/13	1.605.710	1.254.584	4.736.747
1.01.08.03.12	Outros créditos	320.588	437.531	172.421
1.02	Ativo Não Circulante	10.995.436	12.056.190	11.392.659
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.604.428	7.229.713	7.741.351
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.483	3.582	4.308
1.02.01.03	Contas a Receber	8.604	14.334	19.571
1.02.01.03.01	Clientes	8.604	14.334	19.571
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	1.954.740	1.723.105
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.954.740	1.723.105
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.592.341	5.257.057	5.994.367
1.02.01.09.04	Ativo financeiro - concessões de serviço público	3.502.660	2.645.459	2.599.705

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar	164.588	155.446	134.193
1.02.01.09.07	Valores a receber - Lei 12.783/13	487.822	1.455.151	2.719.769
1.02.01.09.09	Cauções e depósitos vinculados	641.895	666.567	482.794
1.02.01.09.10	Outros créditos	795.376	334.434	57.906
1.02.02	Investimentos	4.101.516	3.191.947	2.250.456
1.02.03	Imobilizado	1.249.242	1.602.600	1.371.394
1.02.04	Intangível	40.250	31.930	29.458

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	14.864.468	17.134.253	17.714.255
2.01	Passivo Circulante	1.375.672	1.386.507	1.021.650
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	161.059	234.257	175.784
2.01.01.01	Obrigações Sociais	60.964	56.232	68.958
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	100.095	178.025	106.826
2.01.02	Fornecedores	499.024	444.526	321.729
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	499.024	444.526	321.729
2.01.03	Obrigações Fiscais	69.270	64.774	91.126
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45.341	44.323	72.984
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	230	0
2.01.03.01.02	Cofins	20.711	19.240	34.485
2.01.03.01.03	Pis/Pasep	4.496	4.177	7.486
2.01.03.01.04	IRRF	12.741	12.701	23.251
2.01.03.01.05	Outros	7.393	7.975	7.762
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	21.984	18.749	16.406
2.01.03.02.01	ICMS	21.984	18.749	16.406
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.945	1.702	1.736
2.01.03.03.01	ISS	1.945	1.702	1.736
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	250.414	60.192	71.017
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	250.414	60.192	71.017
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	250.414	60.192	71.017
2.01.05	Outras Obrigações	395.905	582.758	361.994
2.01.05.02	Outros	395.905	582.758	361.994
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	34	41
2.01.05.02.04	Outras provisões operacionais	103.445	109.722	106.461
2.01.05.02.05	Benefícios pós-emprego	91.296	121.025	2.523
2.01.05.02.06	Incentivo ao desligamento de pessoal	39.826	166.189	0
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	136.185	155.935	201.408

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.01.05.02.11	Outros	25.153	29.853	51.561
2.02	Passivo Não Circulante	3.964.976	4.441.831	5.021.146
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	957.153	791.819	398.087
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	957.153	791.819	398.087
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	957.153	791.819	398.087
2.02.02	Outras Obrigações	1.325.384	2.178.095	3.180.149
2.02.02.02	Outros	1.325.384	2.178.095	3.180.149
2.02.02.02.03	Tributos e contribuições sociais	13.572	13.572	13.572
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	840.574	489.283	705.788
2.02.02.02.05	Incentivo ao desligamento de pessoal	93.029	0	0
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	257.682	235.348	151.718
2.02.02.02.07	Provisão Contrato oneroso	114.724	1.434.251	2.303.556
2.02.02.02.08	Outros	5.803	5.641	5.515
2.02.03	Tributos Diferidos	199.523	67.045	54.225
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	199.523	67.045	54.225
2.02.04	Provisões	1.482.916	1.404.872	1.388.685
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.482.916	1.404.872	1.388.685
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.478	10.920	10.920
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	144.284	162.783	127.521
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.329.154	1.231.169	1.250.244
2.03	Patrimônio Líquido	9.523.820	11.305.915	11.671.459
2.03.01	Capital Social Realizado	9.753.953	9.753.953	9.753.953
2.03.02	Reservas de Capital	4.916.199	4.916.199	4.916.199
2.03.02.07	Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353	4.759.353
2.03.02.08	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846	156.846
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.776.818	-2.658.880	-2.192.814
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.369.514	-705.357	-805.879

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.563.435	4.098.483	5.996.028
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.796.817	-2.711.257	-3.184.465
3.03	Resultado Bruto	1.766.618	1.387.226	2.811.563
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.755.934	-2.532.331	-9.477.139
3.04.01	Despesas com Vendas	-57.106	-53.580	-107.897
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.529.354	-2.544.129	-1.170.521
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-8.245.242
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-169.474	65.378	46.521
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.684	-1.145.105	-6.665.576
3.06	Resultado Financeiro	649.345	416.247	216.261
3.06.01	Receitas Financeiras	812.839	477.551	368.039
3.06.02	Despesas Financeiras	-163.494	-61.304	-151.778
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	660.029	-728.858	-6.449.315
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.777.967	262.792	1.108.003
3.08.01	Corrente	0	0	925
3.08.02	Diferido	-1.777.967	262.792	1.107.078
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.117.938	-466.066	-5.341.312
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.117.938	-466.066	-5.341.312
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-20	-8,34	-95,54
3.99.01.02	PN	-20	-8,34	-95,54
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-20	-8,34	-95,54
3.99.02.02	PN	-20	-8,34	-95,54

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.117.938	-466.066	-5.341.312
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-664.157	100.522	-247.983
4.02.01	Participação no resultado abrangente de investidas	-600	133	-231
4.02.02	Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-354.305	144.365	-500.466
4.02.03	Constituição de tributos diferidos	156.383	-43.976	252.714
4.02.04	Reversão de tributos diferidos	-465.635	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.782.095	-365.544	-5.589.295

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	589.241	4.483.245	1.937.690
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-40.358	-617.453	2.493.491
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	660.029	-728.858	-6.449.315
6.01.01.02	Depreciação e amortização	105.226	104.645	408.878
6.01.01.03	Variações monetária e cambial (líquidas)	-334.534	-193.077	-9.777
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	169.474	-65.378	-46.521
6.01.01.05	Provisão para contingências	155.666	40.613	209.193
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.547	43.370	81.287
6.01.01.07	Atualização de cauções e depósitos vinculados	-36.138	-24.191	-16.869
6.01.01.08	Provisões para perda na realização de investimentos	-246.915	246.915	0
6.01.01.09	Receita financeira - Ativo financeiro	-56.690	-44.390	-684.098
6.01.01.10	Atualização de dividendos	0	0	70.144
6.01.01.11	Encargos financeiros	131.496	40.241	40.276
6.01.01.12	Incentivo ao desligamento de pessoal	-33.334	168.049	0
6.01.01.13	Benefícios pós-emprego - ajuste atuarial	105.121	110.199	30.651
6.01.01.14	Outras provisões (reversões) operacionais	68.368	97.546	106.461
6.01.01.15	Perdas Imobilizado - Lei nº 12.783/13	0	0	4.091.507
6.01.01.16	Perdas ativo financeiro - Lei nº 12.783/13	0	0	2.161.420
6.01.01.17	Provisão (reversão) contrato oneroso	-1.319.527	-869.305	2.303.556
6.01.01.18	Provisão (reversão) impairment	443.197	620.274	400.135
6.01.01.19	Atualização de valores a receber - Lei 12.783/2013	-105.285	-158.179	-203.231
6.01.01.20	Outros	213.941	-5.927	-206
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	983.117	5.350.375	229.978
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-99.775	398.135	-90.391
6.01.02.02	Estoques	1.044	-5.046	-282
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais	39.605	36.215	46.769
6.01.02.04	Adiantamentos a empregados	-13.987	-11.862	14.583
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	73.699	-109.667	-2.294

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.06	Serviços em curso	-23.816	-95.231	-8.086
6.01.02.07	Fornecedores	54.498	122.797	-49.059
6.01.02.08	Obrigações estimadas	20.665	-32.620	8.344
6.01.02.09	Encargos setoriais	2.362	26.543	23.382
6.01.02.10	Provisão para contingências	-77.622	-24.426	255.943
6.01.02.11	Compensação ambiental	0	0	-13.640
6.01.02.12	Fachesf Saúde Mais	-24.902	-114.043	0
6.01.02.13	Folha de pagamento	-93.886	93.074	1.866
6.01.02.14	Contas a pagar - Casa Nova	67.513	0	0
6.01.02.15	Valores recebidos - Lei nº 12.783/2013	1.041.875	5.089.452	0
6.01.02.16	Aquisição da conexão a SE Pirapama II	0	-20.961	0
6.01.02.17	Outros ativos e passivos operacionais	15.844	-1.985	42.843
6.01.03	Outros	-353.518	-249.677	-785.779
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas	-3.542	-6.967	-8.875
6.01.03.02	Pagamento a entidade de previdência privada	-137.863	-63.832	-204.362
6.01.03.03	Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	-106.139	-34.699	-42.171
6.01.03.04	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-18.440	0	-260.074
6.01.03.05	Pagamento de participações nos lucros ou resultados	-74.645	-94.285	-102.451
6.01.03.06	Depósito vinculados a litígios	-12.889	-49.894	-167.846
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.135.985	-4.118.570	-577.610
6.02.01	Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível	-165.762	-398.025	-774.325
6.02.02	Realização do ativo financeiro - concessões de serviço público	-905.124	-814.203	330.771
6.02.03	Investimentos em Participações societárias permanentes	-1.166.127	-938.577	-817.456
6.02.04	Dividendos recebidos	91.264	50.956	28.639
6.02.05	Aplicações em (resgates de) Títulos e valores imobiliários	1.288.753	-1.742.220	689.286
6.02.06	AFAC em controlada em conjunto	-312.215	-243.275	-34.525
6.02.07	Adiantamento consórcio	33.226	-33.226	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	341.786	381.691	-1.533.973

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	400.000	500.000	4.741
6.03.02	Remuneração paga aos acionistas	0	0	-1.267.290
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-58.214	-118.309	-318.417
6.03.04	Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas	0	0	46.993
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-204.958	746.366	-173.893
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	841.111	94.745	268.638
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	636.153	841.111	94.745

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	9.753.953	4.916.199	0	-2.658.880	-705.357	11.305.915
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	9.753.953	4.916.199	0	-2.658.880	-705.357	11.305.915
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.117.938	-664.157	-1.782.095
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.117.938	0	-1.117.938
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-664.157	-664.157
5.05.02.06	Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-663.557	-663.557
5.05.02.07	Participação no resultado abrangente de investidas	0	0	0	0	-600	-600
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	9.753.953	4.916.199	0	-3.776.818	-1.369.514	9.523.820

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.753.953	4.916.199	0	-2.192.814	-805.879	11.671.459
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.753.953	4.916.199	0	-2.192.814	-805.879	11.671.459
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-466.066	100.522	-365.544
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-466.066	0	-466.066
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	100.522	100.522
5.05.02.06	Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	100.389	100.389
5.05.02.07	Participação no resultado abrangente de investidas	0	0	0	0	133	133
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.753.953	4.916.199	0	-2.658.880	-705.357	11.305.915

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.720.760	4.916.199	4.739.575	0	-557.896	16.818.638
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.720.760	4.916.199	4.739.575	0	-557.896	16.818.638
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.033.193	0	-693.200	0	0	1.339.993
5.04.01	Aumentos de Capital	2.033.193	0	-693.200	0	0	1.339.993
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-897.877	-5.341.312	-247.983	-6.487.172
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.341.312	0	-5.341.312
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-897.877	0	-247.983	-1.145.860
5.05.02.07	Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-247.752	-247.752
5.05.02.08	Aprovação de dividendos adicionais pela AGO	0	0	-897.877	0	0	-897.877
5.05.02.09	Participação no resultado abrangente de investidas	0	0	0	0	-231	-231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.148.498	3.148.498	0	0
5.06.09	Reservas de incentivos fiscais	0	0	925	-925	0	0
5.06.10	Compensação de prejuízo do exercício 2012	0	0	-3.149.423	3.149.423	0	0
5.07	Saldos Finais	9.753.953	4.916.199	0	-2.192.814	-805.879	11.671.459

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	4.152.753	4.734.196	6.893.455
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.151.422	3.787.397	5.702.137
7.01.02	Outras Receitas	-639	6.189	-14.913
7.01.02.01	Outras receitas (despesas) operacionais	16.746	15.983	11.678
7.01.02.02	Perdas - Clientes	-17.385	-9.794	-26.591
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.041.517	983.980	1.287.518
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-39.547	-43.370	-81.287
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.432.572	-3.680.088	-11.079.176
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.432.572	-3.680.088	-11.079.176
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.720.181	1.054.108	-4.185.721
7.04	Retenções	-105.226	-104.645	-408.878
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-105.226	-104.645	-408.878
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.614.955	949.463	-4.594.599
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	643.731	543.639	469.863
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-169.474	65.378	46.521
7.06.02	Receitas Financeiras	812.175	470.942	415.141
7.06.03	Outros	1.030	7.319	8.201
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.258.686	1.493.102	-4.124.736
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.258.686	1.493.102	-4.124.736
7.08.01	Pessoal	730.014	1.414.989	723.265
7.08.01.01	Remuneração Direta	680.073	699.857	662.489
7.08.01.03	F.G.T.S.	34.580	35.654	34.645
7.08.01.04	Outros	15.361	679.478	26.131
7.08.01.04.01	Incentivo ao desligamento de pessoal	467	630.841	0
7.08.01.04.03	Honorários da diretoria	2.933	2.996	2.569
7.08.01.04.04	Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	11.961	45.641	23.562
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.466.528	466.709	320.519
7.08.02.01	Federais	2.341.609	357.093	208.161

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.02.02	Estaduais	113.748	106.404	109.019
7.08.02.03	Municipais	11.171	3.212	3.339
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	180.082	77.470	172.792
7.08.03.01	Juros	163.494	61.304	151.778
7.08.03.02	Aluguéis	16.588	16.166	21.014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.117.938	-466.066	-5.341.312
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.117.938	-466.066	-5.341.312

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	14.885.698	0	0
1.01	Ativo Circulante	3.991.414	0	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	658.063	0	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	683.310	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	678.495	0	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.815	0	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.815	0	0
1.01.03	Contas a Receber	364.500	0	0
1.01.03.01	Clientes	364.500	0	0
1.01.04	Estoques	89.382	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	76.139	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	76.139	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.521	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.115.499	0	0
1.01.08.03	Outros	2.115.499	0	0
1.01.08.03.02	Ativo financeiro - concessões do serviço público	77.833	0	0
1.01.08.03.04	Cauções e depósitos vinculados	10.982	0	0
1.01.08.03.05	Valores a receber - Lei 12.783/13	1.605.710	0	0
1.01.08.03.12	Outros créditos	420.974	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.894.284	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.605.080	0	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.483	0	0
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.483	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	8.604	0	0
1.02.01.03.01	Clientes	8.604	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.592.993	0	0
1.02.01.09.03	Ativo financeiro - concessões de serviço público	3.502.660	0	0
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar	164.588	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.01.09.07	Valores a receber - Lei 12.783/13	487.822	0	0
1.02.01.09.08	Cauções e depósitos vinculados	641.895	0	0
1.02.01.09.09	Outros créditos	796.028	0	0
1.02.02	Investimentos	3.980.860	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.249.718	0	0
1.02.04	Intangível	58.626	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	14.885.698	0	0
2.01	Passivo Circulante	1.389.057	0	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	161.097	0	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	60.964	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	100.133	0	0
2.01.02	Fornecedores	509.900	0	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	509.900	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	69.294	0	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45.357	0	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13	0	0
2.01.03.01.02	Cofins	20.713	0	0
2.01.03.01.03	Pis/Pasep	4.496	0	0
2.01.03.01.04	IRRF	12.742	0	0
2.01.03.01.05	Outros	7.393	0	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	21.984	0	0
2.01.03.02.01	ICMS	21.984	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.953	0	0
2.01.03.03.01	ISS	1.953	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	250.414	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	250.414	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	250.414	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	398.352	0	0
2.01.05.02	Outros	398.352	0	0
2.01.05.02.04	Outras provisões operacionais	103.445	0	0
2.01.05.02.05	Benefícios pós-emprego	91.296	0	0
2.01.05.02.06	Incentivo ao desligamento de pessoal	39.826	0	0
2.01.05.02.08	Encargos setoriais	136.185	0	0
2.01.05.02.11	Outros	27.600	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02	Passivo Não Circulante	3.972.772	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	957.153	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	957.153	0	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	957.153	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.333.180	0	0
2.02.02.02	Outros	1.333.180	0	0
2.02.02.02.03	Tributos e contribuições sociais	13.572	0	0
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	840.574	0	0
2.02.02.02.05	Incentivo ao desligamento de pessoal	93.029	0	0
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	257.682	0	0
2.02.02.02.07	Provisão contrato oneroso	114.724	0	0
2.02.02.02.09	Outros	13.599	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	199.523	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	199.523	0	0
2.02.04	Provisões	1.482.916	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.482.916	0	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.478	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	144.284	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.329.154	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.523.869	0	0
2.03.01	Capital Social Realizado	9.753.953	0	0
2.03.02	Reservas de Capital	4.916.199	0	0
2.03.02.07	Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	0	0
2.03.02.08	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.776.818	0	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.369.514	0	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	49	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.563.435	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.796.817	0	0
3.03	Resultado Bruto	1.766.618	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.756.290	0	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-57.106	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.530.466	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-168.718	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.328	0	0
3.06	Resultado Financeiro	649.730	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	813.315	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-163.585	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	660.058	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.777.996	0	0
3.08.01	Corrente	-29	0	0
3.08.02	Diferido	-1.777.967	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.117.938	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.117.938	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.117.938	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-20	0	0
3.99.01.02	PN	-20	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-20	0	0
3.99.02.02	PN	-20	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.117.938	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-664.157	0	0
4.02.01	Participação no resultado abrangente de investidas	-600	0	0
4.02.02	Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-354.305	0	0
4.02.03	Constituição de tributos diferidos	156.383	0	0
4.02.04	Reversão de tributos diferidos	-465.635	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.782.095	0	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.782.095	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	508.546	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-41.081	0	0
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	660.058	0	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização	105.230	0	0
6.01.01.03	Variações monetária e cambial (líquidas)	-334.534	0	0
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	168.718	0	0
6.01.01.05	Provisão para contingências	155.666	0	0
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.547	0	0
6.01.01.07	Atualização de cauções e depósitos vinculados	-36.138	0	0
6.01.01.08	Provisões para perda na realização de investimentos	-246.915	0	0
6.01.01.09	Receita financeira - Ativo financeiro	-56.690	0	0
6.01.01.10	Encargos financeiros	131.496	0	0
6.01.01.11	Incentivo ao desligamento de pessoal	-33.334	0	0
6.01.01.12	Benefícios pós-emprego - ajuste atuarial	105.121	0	0
6.01.01.13	Outras provisões (reversões) operacionais	68.368	0	0
6.01.01.14	Provisão para perdas no imobilizado	235.064	0	0
6.01.01.15	Provisão (reversão) contrato oneroso	-1.319.527	0	0
6.01.01.16	Provisão (reversão) impairment	443.197	0	0
6.01.01.17	Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	-105.285	0	0
6.01.01.18	Outros	-21.123	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	903.145	0	0
6.01.02.01	Clientes	-99.775	0	0
6.01.02.02	Estoques	1.044	0	0
6.01.02.03	Tributos e contribuições sociais	39.514	0	0
6.01.02.04	Adiantamentos a empregados	-13.990	0	0
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	73.699	0	0
6.01.02.06	Serviços em curso	-23.816	0	0
6.01.02.07	Fornecedores	65.374	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.08	Obrigações estimadas	20.665	0	0
6.01.02.09	Encargos setoriais	2.362	0	0
6.01.02.10	Provisão para contingências	-77.622	0	0
6.01.02.11	Fachesf Saúde Mais	-24.902	0	0
6.01.02.12	Folha de pagamento	-93.848	0	0
6.01.02.13	Contas a pagar - Casa Nova	67.513	0	0
6.01.02.14	Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	1.041.875	0	0
6.01.02.15	Outros ativos e passivos operacionais	-74.948	0	0
6.01.03	Outros	-353.518	0	0
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos a acionistas e partes relacionadas	-3.542	0	0
6.01.03.02	Pagamentos a entidade de providência privada	-137.863	0	0
6.01.03.03	Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	-106.139	0	0
6.01.03.04	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-18.440	0	0
6.01.03.05	Pagamento de participações nos lucros e resultados	-74.645	0	0
6.01.03.06	Depósitos vinculados a litígios	-12.889	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.033.429	0	0
6.02.01	Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível	-184.618	0	0
6.02.02	Realização do Ativo financeiro - Concessões de serviço público	-905.124	0	0
6.02.03	Participações societárias permanentes	-1.044.715	0	0
6.02.04	Dividendos	91.264	0	0
6.02.05	Titulos e valores mobiliarios	1.288.753	0	0
6.02.06	AFAC em controlada em conjunto	-312.215	0	0
6.02.07	Adiantamento consórcio	33.226	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	341.835	0	0
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	400.000	0	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-58.214	0	0
6.03.06	Outros	49	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-183.048	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	841.111	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	658.063	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.753.953	4.916.199	0	-2.658.880	-705.357	11.305.915	0	11.305.915
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.753.953	4.916.199	0	-2.658.880	-705.357	11.305.915	0	11.305.915
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	49	49
5.04.08	Participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	49	49
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.117.938	-664.157	-1.782.095	0	-1.782.095
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.117.938	0	-1.117.938	0	-1.117.938
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-664.157	-664.157	0	-664.157
5.05.02.06	Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-663.557	-663.557	0	-663.557
5.05.02.07	Participação no resultado abrangente de investidas	0	0	0	0	-600	-600	0	-600
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.753.953	4.916.199	0	-3.776.818	-1.369.514	9.523.820	49	9.523.869

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	4.152.753	0	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.151.422	0	0
7.01.02	Outras Receitas	-639	0	0
7.01.02.01	Outras receitas (despesas) operacionais	16.746	0	0
7.01.02.02	Perdas - Clientes	-17.385	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.041.517	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-39.547	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.433.103	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.433.103	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.719.650	0	0
7.04	Retenções	-105.230	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-105.230	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.614.420	0	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	644.959	0	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-168.718	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	812.647	0	0
7.06.03	Outros	1.030	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.259.379	0	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.259.379	0	0
7.08.01	Pessoal	730.476	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	680.535	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	34.580	0	0
7.08.01.04	Outros	15.361	0	0
7.08.01.04.01	Incentivo ao desligamento de pessoal	467	0	0
7.08.01.04.03	Honorários da diretoria	2.933	0	0
7.08.01.04.04	Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	11.961	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.466.565	0	0
7.08.02.01	Federais	2.341.634	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.02.02	Estaduais	113.748	0	0
7.08.02.03	Municipais	11.183	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	180.276	0	0
7.08.03.01	Juros	163.585	0	0
7.08.03.02	Aluguéis	16.691	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.117.938	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.117.938	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2014 foi marcado por muitos desafios e pela capacidade da Chesf de se reinventar. Sempre comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, em consonância com as diretrizes da Eletrobras.

Apesar das medidas implementadas ao longo do ano, com o objetivo de adequar seus custos e despesas ao novo nível de receitas operacionais, a partir da prorrogação antecipada de suas concessões, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões.

Baseada em decisões estratégicas da Diretoria e nas restrições impostas pela Aneel, a Companhia não participou, no exercício de 2014, de novos leilões de empreendimentos. No entanto, em continuidade à ampliação de seus ativos próprios e em participações, investiu R\$ 2.716 milhões no mesmo período.

O sistema de transmissão da Chesf foi incrementado com a energização de 348 km de linhas de transmissão, sendo 336 km corporativamente e 12 km transferidos pelos acessantes, além de quatro novas subestações, representando um acréscimo de 2.415 MVA na capacidade de transformação. Destaque para as novas Instalações Coletoras de Geração Eólica (ICG) João Câmara II, Extremoz II, Igaporã II, com as linhas de transmissão associadas, e Subestação de Acaraú II, adicionando mais 700 MW de energia renovável ao Sistema Integrado Nacional - SIN.

No segmento de geração, a Companhia investiu R\$ 159 milhões na manutenção de suas usinas hidrelétricas e seguiu com as obras de implantação dos parques eólicos próprios de Casa Nova, Casa Nova II e Casa Nova III, localizados no Estado da Bahia.

Ressalte-se ainda, que, por meio de 52 Sociedades de Propósito Específico (SPE) a Chesf investiu R\$ 1.478 milhões em participações em empreendimentos.

Em decorrência do elevado custo da Usina Térmica de Camaçari, a Chesf desenvolveu diversas avaliações que culminaram com a conclusão da inviabilidade técnica e econômico-financeira da concessão desta usina. Todo esse esforço logrou êxito à Companhia ao obter parecer favorável da Aneel ao pedido de devolução da concessão e também à redução dos valores dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST). Essa redução resultou em uma reversão positiva para o resultado financeiro da Chesf, em 2014, da ordem de R\$ 130 milhões.

Cumprindo determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), a Chesf concluiu o processo de transferência dos encargos relacionados ao Programa de Reassentamento de Itaparica à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), resultando em uma desoneração da ordem de 27 milhões. Em dezembro, foi realizada para a Codevasf, a transferência dos contratos de fornecimento de energia aos perímetros irrigados com as concessionárias Celpe e Coelba, desonerando a Chesf em mais de R\$ 25 milhões por ano.

Ainda em 2014, a Companhia iniciou o desenvolvimento e a implantação de um novo modelo de gestão técnico-operacional mais integrado e descentralizado para instalações teleassistidas, que serão atendidas localmente por profissionais capacitados a desenvolver atividades de Operação e Manutenção (O&M). Esta nova medida atenderá a necessidade de ajustamento do capital humano da Chesf, assim como a melhoria dos serviços prestados à sociedade e a redução dos custos associados ao processo.

Ao completar 66 anos, a Chesf caminha na direção dos novos desafios que se apresentam, com a confiança depositada por seu Conselho de Administração, sua Diretoria e, principalmente, por seus empregados. Todos juntos, alinhados e imbuídos de um mesmo propósito: construir a Chesf do futuro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. PERFIL DA EMPRESA

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

A Companhia faz parte do Sistema Interligado Nacional (SIN) e realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte e Sudeste/Centro-Oeste. Com suas principais usinas localizadas na bacia do São Francisco, a geração de energia é influenciada pelos regimes hidrológicos das regiões Nordeste e Sudeste.

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Chesf se concentram nas atividades de geração hidrotérmica com predominância de usinas hidroelétricas, responsáveis por cerca de 97% da produção total de energia. Este parque gerador tem 10.615,1 MW de potência instalada, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas (três próprias e 11 sob regime de O&M), supridas por 10 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 56,8 bilhões de metros cúbicos de água e uma usina térmica bicomustível.

Capacidade instalada (MW)				
Usinas de Propriedade da Chesf		Rio	Usinas sob Regime de O&M	
HIDRELÉTRICAS:	1.057,82		HIDRELÉTRICAS:	9.210,50
Sobradinho	1.050,30	São Francisco	-	-
Curemas	3,52	Piancó	-	-
Araras	4,00	Acaraú	-	-
-	-	São Francisco	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.479,60
			Apolônio Sales (Moxotó)	400,00
			Paulo Afonso I	180,00
			Paulo Afonso II	443,00
			Paulo Afonso III	794,20
			Paulo Afonso IV	2.462,40
			Piloto	2,00
			Xingó	3.162,00
		De Contas	Funil	30,00
		Parnaíba	Pedra	20,00
			Boa Esperança	237,30
TERMELÉTRICA:	346,80	-	-	-
Camaçari	346,80			
Sub-total	1.404,62			
TOTAL				10.615,12

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Na área de transmissão, as operações contam com um sistema composto por 19.692 km de linhas em operação, sendo 5.204 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 13.714 km de circuitos de transmissão em 230 kV, e 774 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, além de 104 subestações (considerando-se neste total as subestações do outras Transmissoras que a Chesf possui ativos) e mais, 15 subestações elevadoras de usinas, 358 transformadores em operação em níveis de tensão superiores a 69 kV (sendo 317 nas subestações com concessões prorrogadas e 41 das demais subestações) totalizando 38.652 MVA e ainda, 188 estações de telecomunicações interligadas por 7.930 km de cabos de fibras ópticas do tipo OPGW (sendo 6.970 km em linhas de transmissão da Chesf e 960 km de terceiros) e 1.783 km de rotas terrestres em radio enlaces digitais.

Linhas de Transmissão (*)		
Propriedade Integral da Chesf	Sob Regime de O&M	Total
1.129 km	18.563 km	19.692 km

(*) Não inclui os cabos subterrâneos

Subestações (*)			
Subestações (*)		Capacidade de Transformação (MVA)(**)	
Com concessões prorrogadas	Demais subestações	Com concessões prorrogadas	Demais subestações
79	25	33.332	5.320

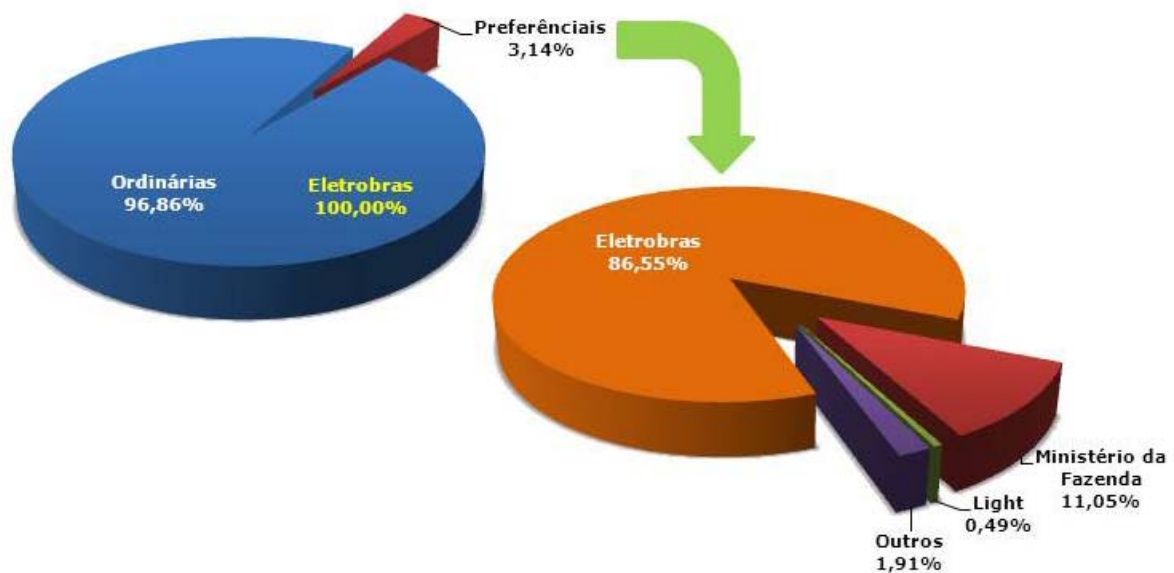
(*) Não inclui as subestações elevadoras

(**) Não inclui os transformadores das subestações elevadoras de usinas

A Companhia também possui participações em empreendimentos de geração e transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 9.753,9 milhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,5781% pertencem à Eletrobras, 0,3467% ao Ministério da Fazenda, 0,0154% à Light, e 0,0598% a outros acionistas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

A Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, www.chesf.gov.br, link “Relações com Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, correio padrão, presencial e endereçamento eletrônico.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

5.1. ADMINISTRAÇÃO

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, composta exclusivamente por brasileiros. Esse conselho é integrado por até seis membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição, sendo um dos membros indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Companhia em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

A Diretoria Executiva é composta pelo diretor-presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições. O Diretor-Presidente é escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo acumular a função de Presidente deste Conselho.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional.

5.2. GESTÃO DA ÉTICA

A Chesf adota o Código de Ética Único do Sistema Eletrobras, que se aplica a todo o seu público interno, desde a alta administração até estagiários e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos no âmbito da Companhia, bem como, no relacionamento dos seus colaboradores com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

A Comissão de Ética tem como principais atribuições a disseminação dos valores e princípios éticos, através de ações educativas e a apuração de denúncias de infração ética.

Os destaques das ações da Comissão de Ética em 2014 foram a realização da 79ª Reunião do Fórum de Ética das Empresas Estatais, a realização de palestras sobre Assédio Moral no Trabalho, em parceria com a Superintendência de Recursos Humanos, nas Regionais de Salvador, Teresina, Fortaleza e Sobradinho, para gerentes e empregados não comissionados além de atendimento a consultas formuladas sobre aspectos de ética bem como apuração dos processos de desvios éticos.

5.3. OUVIDORIA

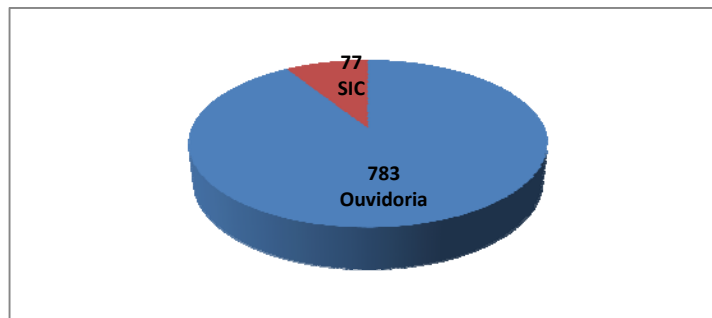
A Ouvidoria é um canal de diálogo com os públicos de relacionamento da Chesf, atuando de forma isenta, com caráter mediador, pedagógico e estratégico. Acolhe as manifestações dos cidadãos, não solucionadas por outros canais de atendimento, analisa e atua na busca por soluções, identifica tendências e orienta a organização, promovendo a melhoria contínua dos processos de trabalho e a busca por soluções efetivas. Sempre observando os princípios da legalidade, da transparência, do sigilo e da ética.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Ouvidoria também desenvolve as atividades inerentes à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação - LAI, vigente a partir de 16.05.2012, que regulou o Acesso à Informação, assegurando a qualquer cidadão demandar informações de interesse particular ou coletivo, realizando a gestão dos pedidos de informação dos cidadãos, por meio do Sistema de informação ao Cidadão – SIC, disponibilizado pela Controladoria Geral da União – CGU.

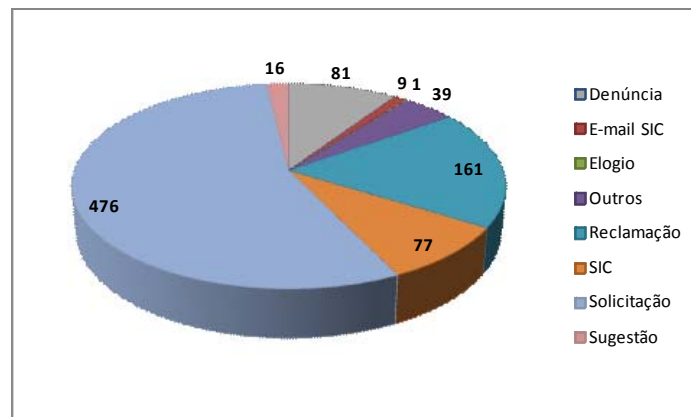
ESTATÍSTICA DAS MANIFESTAÇÕES

O gráfico a seguir apresenta o total de 860 demandas recebidas pelos dois canais administrados pela Ouvidoria, sendo 783 manifestações postadas na Ouvidoria e 77 pedidos de informação dirigidos ao SIC.



DEMANDAS POR TIPO

As demandas são classificadas como: denúncia, e-mail SIC, elogio, outros, reclamação, SIC, solicitação, sugestão.



5.4. SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC

Foram recebidos 77 pedidos de informações e ressalta-se o atendimento a 100% das solicitações, tendo como tempo médio de resposta 14 dias.

SIC			
Demandas	Recurso em 1ª Instância	Recurso em 2ª Instância	Recurso
77	12	2	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.5. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Chesf está vinculada ao Conselho de Administração, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e tem por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, dos controles internos e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os processos e a gestão da Companhia.

O planejamento das atividades da Auditoria Interna é consubstanciado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, submetido à análise prévia da Controladoria-Geral da União – CGU e, posteriormente, ao exame pelo Conselho Fiscal e à aprovação pelo Conselho de Administração. A atuação da Auditoria Interna está limitada à execução de suas atividades típicas, com o objetivo de evitar o desvio de funções e de preservar sua isenção e imparcialidade.

5.6. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Mantendo sua trajetória de constante evolução, com foco na sustentabilidade, em 2014 foram propostas várias ações de melhorias em áreas da Companhia, descritas no Relatório Anual de Sustentabilidade, elaborado segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). Membros do Comitê de Sustentabilidade e pessoas das áreas ligadas ao tema na Companhia participaram de treinamento na mais nova versão da metodologia de relato da GRI. A Chesf participou, ainda, ativamente para o Relatório de Sustentabilidade da *holding* e para as respostas aos questionários do *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)* e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

Em 2014, a Chesf assinou a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e manteve suas adesões ao Pacto Global, com emissão da Comunicação de Progresso (COP), aos Princípios de Empoderamento da Mulher, da ONU Mulheres, ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

5.7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Chesf adota a Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, e vem implementando, sob coordenação da *Holding*, o processo de gestão integrada de riscos, que é um mecanismo essencial para a adequada identificação, monitoramento e tratamento dos riscos empresariais de diversas naturezas, bem como para o aperfeiçoamento das práticas e melhoria do ambiente de controles. Através da metodologia adotada para a gestão de riscos, é feito o mapeamento e monitoramento dos controles implementados para mitigação dos riscos identificados, visando à prevenção de perdas, à salvaguarda de ativos e ao suporte na tomada de decisões empresariais.

Anualmente, os controles internos da Chesf são revisados e auditados. Com base nas demonstrações financeiras, são identificadas as contas significativas e os processos e subprocessos relacionados, de acordo com os requisitos da CVM e da Lei *Sarbanes-Oxley (SOX)*, de forma a garantir a conformidade da Eletrobras em relação a essa Lei, necessária à manutenção do registro dos *American Depositary Receipts (ADR)*, nível II. A Certificação SOX envolve as etapas de revisão e atualização dos controles internos dos processos de negócios e de governança corporativa, os testes da administração (auditoria interna) e os testes de certificação (auditoria externa), visando assegurar a conformidade com as leis e regulamentos emanados de órgãos nacionais e estrangeiros, e a aderência às políticas e procedimentos internos da Companhia.

No intuito de obter maior envolvimento e alinhamento de todos na Companhia quanto aos objetivos da Certificação SOX nas Empresas Eletrobras, foram realizadas, em 2014, ações específicas de divulgação sobre o tema, como um workshop com os gestores diretamente envolvidos nos processos da SOX, além de vídeo institucional disponibilizado para todos os empregados, com explicações claras sobre a importância desse processo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.8. PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

O processo de monitoramento do Planejamento Empresarial na Chesf foi realizado, em 2014, através de reuniões bimestrais com a Diretoria e gestores de primeiro nível, com transmissão via intranet para todos os empregados, a exemplo dos anos anteriores, visando manter a transparência das informações sobre os principais resultados e desafios enfrentados pela Companhia. O monitoramento tem foco no desempenho dos indicadores de cada Objetivo Estratégico, permitindo a discussão de ações para reverter os desvios entre os resultados previstos e realizados.

A gestão de custos, que está inserida no Planejamento Empresarial, também foi fortalecida em 2014, através da metodologia de Gestão Matricial de Custos e Despesas - GMC, com reuniões mensais específicas para monitoramento dos resultados das contas de custeio da Companhia em relação às metas orçamentárias.

Em 2015, alguns ajustes serão realizados no Mapa Estratégico da Chesf, visando adequar os Objetivos Estratégicos aos atuais desafios e fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial, buscando, assim, o constante aprimoramento do processo de gestão do Planejamento Empresarial e o alcance das metas e resultados propostos.

6. REGULAÇÃO

Marco da atual gestão, a criação da Coordenadoria de Regulação – CRG, em fevereiro de 2014, teve como objetivo a integração das ações de origem regulatória e o fortalecimento do relacionamento com a Aneel, visando a maximização dos ganhos para a Chesf e a disseminação de uma cultura regulatória.

No ano de 2014, avanços significativos foram obtidos, destacando-se a criação do Portal de Regulação, a elaboração de Plano Estratégico da Coordenadoria, a instituição de Comitê Interfuncional de Regulação, a construção do Modelo do Processo Regulação, além do estreitamento do relacionamento com a Aneel e com associações técnicas do setor elétrico, no que se refere a assuntos de interesse da Chesf.

A atuação da Coordenadoria de Regulação, em parceria com as áreas técnicas e com o apoio da Diretoria, respondendo a 28 Termos de Notificação, elaborando 12 recursos administrativos a Autos de Infração e realizando 8 apresentações a Diretores da ANEEL, contribuiu fortemente para a economia de cerca 10% em valor de multas e cancelamento de Termos de Notificação da Aneel.

7. MERCADO DE ENERGIA

A energia elétrica total consumida em 2014 no Brasil foi de 473.395 GWh, o que representou crescimento de 2,2% frente ao ano de 2013. Dentre as classes de consumo, destaca-se o desempenho da Comercial e da Residencial que cresceram 7,3% e 5,7%, respectivamente, e que, juntas, representaram cerca de 46,9% do consumo total. A classe industrial, por outro lado, registrou queda de 3,6% em relação a 2013. Enquanto isso, o consumo de energia elétrica por região do Brasil, registrou crescimento expressivo nas regiões Norte com taxa de 7,2%, Sul com 5,6% e Centro-Oeste com 5,3%. Essas três regiões representam 32,1% do consumo brasileiro, enquanto que as regiões Nordeste e Sudeste, juntas, representam 67,9% do consumo e obtiveram os menores crescimentos no ano, taxa de 1,1% e 0,4%, respectivamente, influenciado, portanto pelo fraco desempenho do consumo industrial que apresentou queda de 6,2% no Nordeste e 5,8% no Sudeste.

Quando observado por subsistema geolétrico, o consumo do Nordeste – não incluindo o Estado do Maranhão – somou 71.830 GWh (o equivalente a 15,2% do consumo total nacional) e registrou crescimento de 4,6% em relação ao ano 2013. Para atendimento a este subsistema, a Chesf contribui com 34,1% da energia, enquanto que o intercâmbio com os subsistemas Norte e Sudeste respondeu por 14,4% e as outras gerações por 51,5% - com destaque para a térmica 42% e a eólica 8,6%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No que tange às perspectivas do mercado, as projeções divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, apresentam crescimento no consumo nacional de energia elétrica, nas regiões atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 4,3% ao ano, para o período 2014-2023. Este desempenho está sustentado pela expansão das classes comercial (5,2% a.a), residencial (4,1% a.a.) e industrial (4,2% a.a.). Para a carga de energia, o incremento projetado é da ordem de 27.586 MW médios ao final de 2023. Portanto, espera-se uma taxa média de crescimento de 4,0% ao ano, passando de 65.128MW médios em 2014, para 92.714 MW médios em 2023. Para o subsistema Nordeste prevê-se uma expansão média de 4,0% ao ano, crescimento igual ao previsto para o Brasil, passando de 9.983 MW médios de 2014 para 14.263 MW médios em 2023, representando incremento de 4.280 MW médios no final do último ano.

8. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Desde 2013 a Chesf vem comercializando energia elétrica parte no regime de cotas e parte fora deste regime, que, nesse caso, pode-se dar no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Embora uma parcela da energia do regime de cotas tenha sido reservada para atendimento aos consumidores industriais do Nordeste, a Chesf continuou a ter necessidade de compra de energia para atendimento aos seus compromissos.

Em 2014 as vendas corresponderam ao montante de 55.212 GWh, distribuídos entre 23 estados do Brasil e o Distrito Federal. Desse montante, 46.950 GWh (85%) foram comercializados no regime de cotas enquanto que 8.262 GWh (15 %) ficaram fora do regime de cotas. Referente à parcela fora do regime de cotas, 8.077 GWh (97,8%) foram destinados ao ACL, que corresponde aos consumidores industriais livres, consumidores industriais cativos e aos comercializadores, e 185 GWh (2,2%) ao ACR, referente à distribuidora Sulgipe. Já as compras de energia totalizaram 2.659 GWh, sendo necessárias para o atendimento aos compromissos da Chesf.

Os leilões de SWAP de energia, a interação com a ANEEL na correção do reajuste do regime de cotas, a negociação com os consumidores industriais cativos para a redução da demanda contratada e a elaboração de estudos técnicos que subsidiaram os pleitos da Chesf de redução da base de cálculo das multas aplicadas pela ANEEL foram as ações mais significativas da área de comercialização de energia que contribuíram para melhorar o resultado financeiro da Companhia em 2014.

9. USINA TÉRMICA DE CAMAÇARI

A Concessão da usina térmica de Camaçari - UTC, localizada no município de Dias D'Ávila no Estado da Bahia, foi outorgada à Chesf por meio da Portaria DNAEE n.º 1.068, de 10 de agosto de 1977. A entrada em operação comercial dessa usina ocorreu em 1979 e ao longo desses 37 anos de concessão, a Chesf, no cumprimento das obrigações emanadas do contrato de concessão e seus aditivos, bem como em atendimento as orientações do poder concedente e do acionista majoritário da Companhia, promoveu investimentos para recuperação e melhorias da usina que alcançam valores da ordem de R\$ 600 milhões.

Em função dos elevados custos de operação, a UTC raramente é solicitada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Sua operação ocorre somente em situações conjunturais, tais como, restrições operativas ou em períodos de hidraulicidade crítica. Em que pese à característica de segurança para o Sistema Interligado Nacional - SIN, a geração da usina nos últimos dez anos, bem como a expectativa de despacho para os próximos anos são pouco significativas, fazendo com que os benefícios esperados para o sistema não sejam suficientes para justificar a permanência da usina no SIN com a adequada cobertura dos custos associados.

A forma de operação a que foi submetida a usina nos últimos anos, deteriorou significativamente as suas unidades geradoras, reduzindo a sua disponibilidade e, conseqüentemente, a sua confiabilidade para o atendimento às solicitações de despacho pelo ONS. Some-se a esse fato, a constatação de que grande parte dos equipamentos da usina tem mais de 35 anos de operação, o que reforça a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

sua atual situação e consequente exclusão da operação comercial de quatro das cinco unidades geradoras dessa usina.

Some-se a isso, o fato da Chesf não auferir nenhuma receita fixa para permitir a cobertura dos custos fixos operacionais e administrativos associados à usina nem dos investimentos necessários para a manutenção das suas condições mínimas operativas. A continuidade dessa situação implicará em prejuízos crescentes para a Chesf enquanto perdurar a concessão da UTC, sendo necessários investimentos adicionais que acrescidos aos já realizados são equivalentes ao da implantação de nova usina térmica, mais eficiente e com equipamentos sem defasagem tecnológica. A Chesf não pode continuar arcando com esses custos sem que haja uma receita em contrapartida pela prestação do serviço de segurança de atendimento ao SIN.

Em virtude do agravamento desses fatos, a Chesf desenvolveu avaliações em 2014 concluindo pela completa inviabilidade técnica e econômico-financeira da concessão dessa térmica. Nesse sentido, no estrito atendimento ao dever de diligência dos administradores e ao cumprimento da função social da Companhia, foi envidado os melhores esforços para iniciar o processo de distrato da concessão da UTC junto ao Poder Concedente, Ministério de Minas e Energia, e à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esses esforços lograram êxito à Companhia ao obter parecer favorável da ANEEL ao pleito de distrato da concessão, bem como quanto à redução dos valores dos montantes de uso do sistema de transmissão - MUST, visto que apenas uma máquina de Camaçari encontra-se em operação comercial. Somente essa redução do MUST resultou em uma reversão positiva para o resultado do Balanço da Chesf em 2014 de valor da ordem de R\$ 130 milhões.

10. DESEMPENHO OPERACIONAL

Dada a localização de suas principais usinas, na bacia do São Francisco, a geração de energia é influenciada pelos regimes hidrológicos das regiões Nordeste e Sudeste. Devido a essa localização e as afluições ocorridas no período úmido 2013/2014, o principal reservatório da região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no final do mês de abril de 2014, o armazenamento de 57,72% e, em 31 de dezembro, alcançou 20,69% do seu volume útil.

A Companhia gerou 28.738 GWh em 2014, contra 33.854 GWh em 2013, representando uma redução de 15%. Este resultado foi devido à baixa hidraulicidade ocorrida no período úmido de 2013/2014, sendo necessária a maximização da geração térmica da região, bem como o recebimento de intercâmbio de outras regiões do SIN.

Foi dada continuidade a modernização de Centros de Controle especialmente ampliando o nível de controlabilidade e observabilidade das instalações. Investimentos foram realizados no intuito de viabilizar a teleassistência das instalações possibilitando o controle à distância e consequentemente a redução dos custos operacionais da Companhia.

A capacidade e confiabilidade do *backbone* de telecomunicação da Chesf foram ampliadas com integração de 537 km de cabos OPGW em diferentes trechos do sistema, destacando-se o atendimento e integração das novas subestações de Acaraú II, Extremoz II, João Câmara II e III, Ceará Mirim, Bom Jesus da Lapa II, Igaporã II, Quixeré, Floresta II e Tacaratu.

Houve o início da implementação do Plano Diretor de Telecomunicações (PDTEL) que resultará na instalação de uma Rede de Transporte Óptico (OTN), um pioneirismo como concessionária latino-americana, visando alinhar transmissão de dados administrativos e operativos, otimizando a performance das redes de serviços e elevando suas disponibilidades.

Quanto ao Plano Nacional de Banda Larga – PNBL do Governo Federal ressalta-se o excelente desempenho dos Cabos Ópticos OPGW e infraestrutura de Telecomunicações disponibilizados para a Telebras para suportar as transmissões dos sinais durante o evento “Copa do Mundo FIFA” a partir das imagens geradas nos estádios localizados em Fortaleza, Natal, Recife e Salvador.

Destaca-se que, de acordo com o seu Planejamento Empresarial, em 2014, a Chesf iniciou o desenvolvimento e implantação de um novo modelo para instalações teleassistidas, que ficarão atendidas localmente por profissionais capacitados a desenvolver atividades, tanto de Operação como de Manutenção - O&M.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tal iniciativa vem no sentido de dotar a Companhia de um modelo de gestão técnico-operacional mais integrado e descentralizado, promovendo ajustamento do seu capital humano a uma realidade de desempenho técnico e econômico, em função das exigências crescentes da sociedade por melhoria dos serviços prestados e redução dos custos associados.

Com isso, a Companhia espera melhorar o atendimento às manutenções de pequeno porte, reduzindo assim a dependência de mobilização de equipes centralizadas, bem como acelerar o restabelecimento provocado por indisponibilidades de natureza simples em ativos, além de complementar as equipes centralizadas nas manutenções de grande porte.

10.1. INDICADORES DE DESEMPENHO

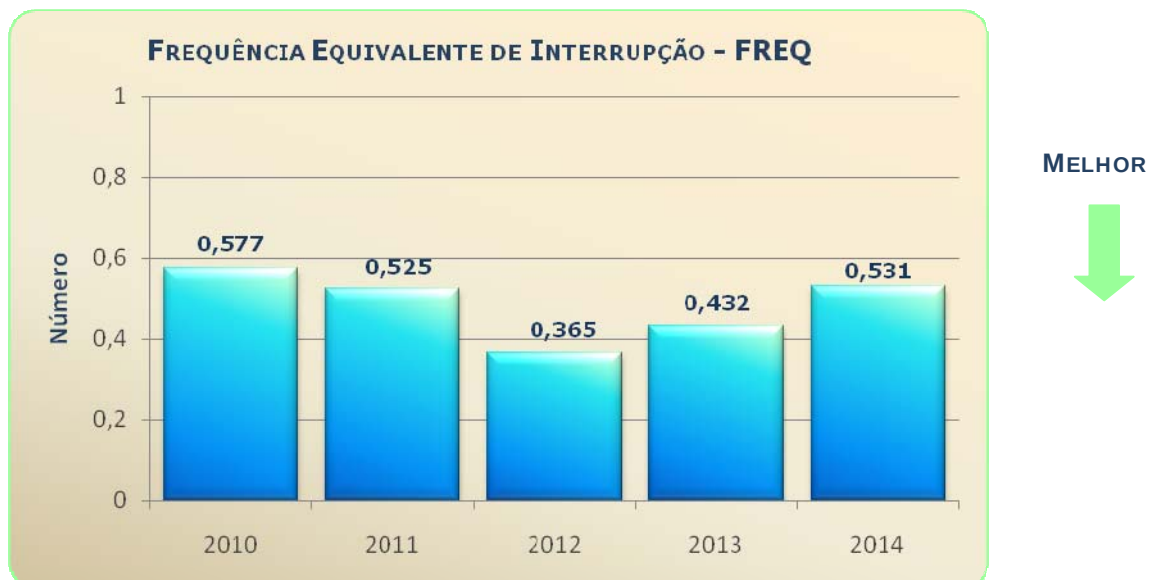
Os resultados em 2014, para os indicadores de Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ, Duração Equivalente de Interrupção – DREQ e Energia Interrompida - ENES apontam para valores maiores com relação aos últimos anos. Este fato se deve a ocorrências pontuais ao longo do ano que contribuíram para a elevação destes valores.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão apresentou um valor que indicou um bom desempenho no serviço prestado, mesmo estando abaixo do resultado do ano anterior. Situação similar para Disponibilidade Operacional de Geração, embora tenha apresentado valor inferior aos registrados nos últimos anos.

Destaca-se que o indicador referente ao Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica (NEIC-RB) apresentou o melhor resultado nos últimos cinco anos, refletindo a atenção da Companhia com o atendimento às Distribuidoras de energia e contribuindo para uma imagem positiva da Chesf perante a sociedade.

10.2. FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO - FREQ

Indica o número de vezes que uma carga equivalente à demanda máxima atendida pela Chesf teria sido interrompida, considerando todas as interrupções ocorridas no período.



10.3. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – DREQ

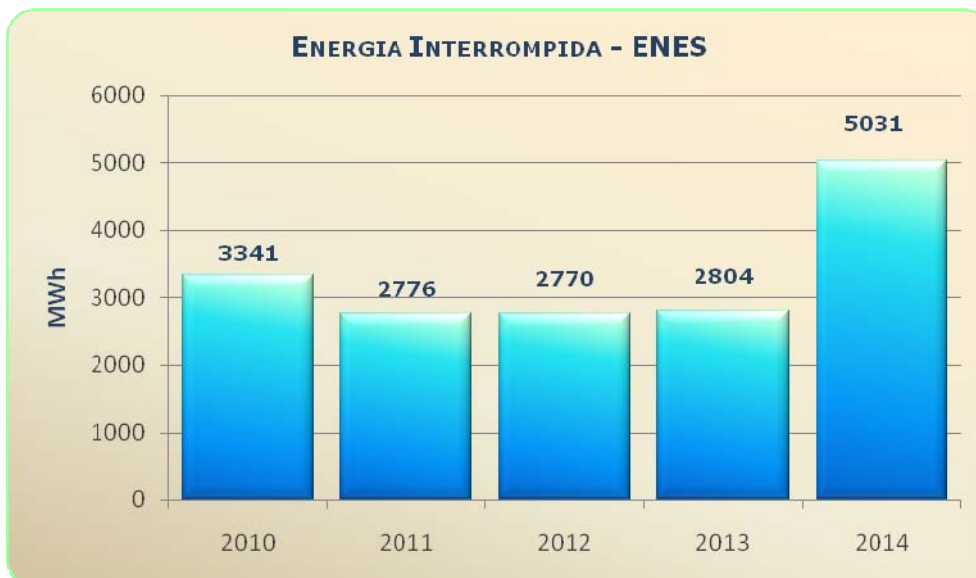
Indica o tempo que uma carga equivalente à demanda máxima atendida pela Chesf teria permanecido interrompida, considerando todas as interrupções ocorridas no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



10.4. ENERGIA INTERROMPIDA - ENES

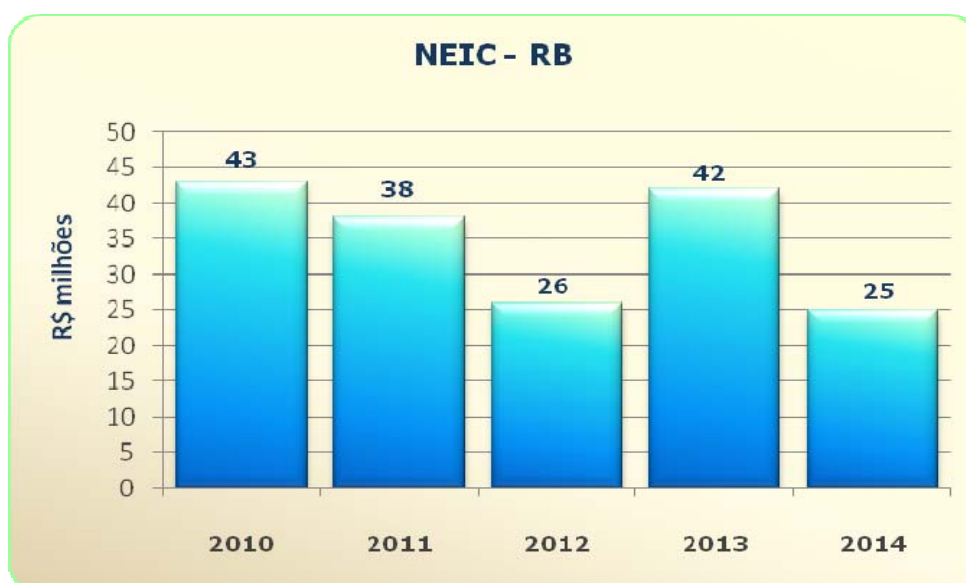
É a energia interrompida não fornecida em consequência de interrupção de suprimento, motivada por eventos originados no Sistema Chesf.



10.5. NÚMERO DE EVENTOS COM INTERRUPÇÃO DE CARGA NA REDE BÁSICA – NEIC-RB

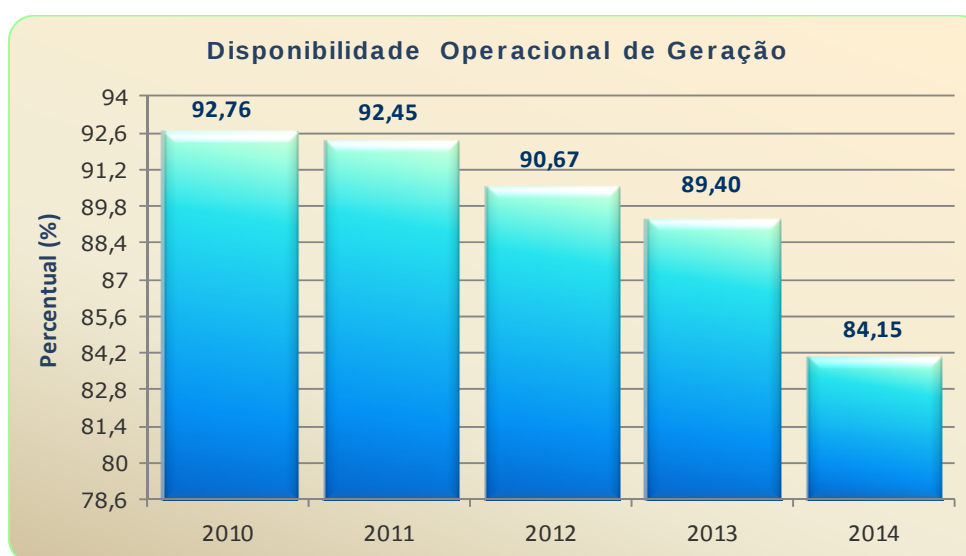
É o número de desligamentos intempestivos com origem na Rede Básica da Chesf que ocasionaram qualquer interrupção de carga no Sistema Chesf.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



10.6. DISPONIBILIDADE OPERACIONAL – DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



11. INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Chesf vem diversificando seus investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, empregando recursos na construção de Ativos Próprios e por meio de parcerias em Sociedades de Propósito Específico.

11.1. INVESTIMENTO EM ATIVOS PRÓPRIOS

No ano de 2014, os investimentos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf, de acordo com a realização orçamentária, totalizaram R\$ 1.238 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 159 milhões em geração de energia; R\$ 907 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 75 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 97 milhões em outros gastos de infraestrutura. No período 2010 a 2014, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 8,0%.

O gráfico a seguir apresenta os investimentos ao longo dos últimos cinco anos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11.1.1. SISTEMA DE GERAÇÃO

Em 2014, foram investidos R\$ 99 milhões nas usinas hidrelétricas, para manutenção de níveis de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento da demanda, com destaque para as seguintes realizações:

- Implantação de Sistemas Digitais (MPCCSR) nas Usinas Paulo Afonso I, II e III, concluída em duas unidades geradoras de Paulo Afonso II, restando apenas a conclusão em uma Unidade geradora de Paulo Afonso II, para a finalização desses trabalhos em 2015. Os trabalhos nas demais unidades de Paulo Afonso I, II e III já haviam sido concluídos em anos anteriores.
- Digitalização de duas unidades geradoras da Usina Boa Esperança, com previsão de término em 2015, incluindo a Revitalização dos principais componentes. As outras duas unidades foram concluídas em 2013. E ainda, conclusão da implantação de caixa separadora de água e óleo nos transformadores da subestação elevadora da Usina.
- Conclusão do Projeto Básico Revisado para Revitalização e Modernização (MPCCSR) da Usina Sobradinho.
- Revitalização e Modernização das Unidades Geradoras de Paulo Afonso I e II: Concluída a mudança de classe de isolamento de "B" para "F" em mais uma unidade geradora e recuperação de diversos auxiliares hidromecânicos. Restam apenas duas unidades geradoras para a finalização desses trabalhos em 2015. Os trabalhos nas demais unidades já haviam sido concluídos em anos anteriores.
- Realização do monitoramento sísmológico nas usinas de Boa Esperança, Sobradinho, Itaparica, e Xingó.

Com relação a novas hidrelétricas, a Companhia já havia concluído, em parceria com empresas privadas, os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de cinco aproveitamentos hidrelétricos situados no rio Parnaíba: Ribeiro Gonçalves (113 MW), Uruçuí (134 MW), Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW) e Castelhana (64 MW). No entanto, constatou-se que o preço-teto de venda da energia estipulado nos Leilões da Aneel para os cinco aproveitamentos hidrelétricos citados, não proporciona rentabilidade suficiente para viabilizar esses aproveitamentos hidrelétricos. Em 2014, esses aproveitamentos hidrelétricos não foram habilitados em nenhum dos leilões promovidos pela Aneel.

No submédio Rio São Francisco a Companhia concluiu o EVTE do aproveitamento de Riacho Seco (276 MW) e aguarda a aprovação do EIA/RIMA (ambos protocolados no IBAMA), para posterior realização de Audiências Públicas para obtenção da LP, de forma a possibilitar a participação deste aproveitamento hidrelétrico em futuro Leilão A-5.

No caso do aproveitamento de Pedra Branca (320 MW) foi solicitado, e acatado pela ANEEL, a prorrogação para 30/12/2016 do prazo para entrega dos estudos de viabilidade técnica do empreendimento.

Na área de Energia Eólica, a Companhia investiu R\$ 60 milhões em 2014, na implantação dos parques eólicos próprios Casa Nova, Casa Nova II e Casa Nova III, que totalizam de 232 MW, e são situados no município de Casa Nova, na Bahia.

Ainda sobre a geração eólica, a Chesf tem em curso um programa de medições de vento, para o desenvolvimento de projetos eólicos, em várias áreas selecionadas no Nordeste, num total que ultrapassa os 33.000 ha, correspondendo a um potencial superior a 4.000 MW, a serem implantados via futuros leilões de venda de energia da Aneel, no ambiente regulado (ACR), ou mesmo para a venda direta no mercado livre (ACL). A Chesf busca também ampliar parcerias para viabilizar a exploração do grande potencial eólico da região.

Na área de geração solar, a Companhia iniciou um novo processo licitatório para implantar, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D+I), uma planta fotovoltaica de 3MWp interligada à rede elétrica em uma área localizada próxima à cidade de Petrolina (PE). Esta planta tem por objetivo a proposição de arranjos técnicos e comerciais para inserção de projetos de geração solar fotovoltaica na matriz energética brasileira, num projeto de P&D+I intitulado "Central Fotovoltaica da Plataforma Solar de Petrolina" elaborado em parceria entre a Chesf, Cepel, UFPE e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

UPE, com previsão de conclusão em meados de 2018. A Chesf participa ainda de projeto heliotérmico de 1 MWp a ser implantado também em Petrolina, em parceria com o Cepel, e já efetua medições em 15 estações solarimétricas, instaladas no semiárido nordestino, visando ao aproveitamento da energia solar com tecnologias fotovoltaicas e heliotérmicas. A Chesf desenvolveu um projeto de geração Fotovoltaico de 30 MW para participar de futuros Leilões de energia.

Como destaque em Energia Solar, no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável entre o Brasil e a Alemanha, a Chesf participa do Programa "Energia Heliotérmica", estando o governo alemão fornecendo recursos, através do Banco Alemão de Desenvolvimento KfW, e em cooperação com o GIZ (Agência de Cooperação Internacional Alemã) para medidas de mitigação das mudanças climáticas no marco de sua nova modalidade de financiamento para promover tecnologias favoráveis à proteção do clima global (DKTI). Em 2014, o KfW e a Chesf lançaram a licitação de um estudo de pré-viabilidade focando tanto na tecnologia CSP (Potência Térmica com Concentradores Solares), quanto na tecnologia fotovoltaica, devendo esse estudo ser seguido de um estudo de viabilidade. Esses estudos visam a fornecer à Chesf informações necessárias para a otimização do desenvolvimento de uma usina de energia solar de dimensão industrial.

11.1.2. SISTEMA DE TRANSMISSÃO

No ano de 2014, o Sistema de Transmissão da Chesf teve uma grande ampliação, quando foram energizados 336 km de linhas de transmissão, 04 novas Subestações, com acréscimo na capacidade de transformação em 2.415 MVA, correspondendo aos seguintes empreendimentos:

DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	DATA ENERGIZAÇÃO	Km de linha	MVA
SE Rio Largo II - 3º TR 230/69 kV - 100 MVA	16/02/2014	-	100
SE Pici II - Transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e conexões.	16/02/2014	-	100
LT 230 kV Extremoz II / João Câmara II, SE Extremoz II e SE João Câmara.	28/02/2014	101	360
SE Paraíso 138 kV (NOVA) - Implantar 2 entradas de linha, 1 interligação de barramento, autotrafo 230/138 kV-100 MVA e adequação módulo geral.	30/03/2014	5	-
LT 230 kV Jardim - Penedo	30/03/2014	110	-
SE Sobral II - 4º TR 230/69 kV - 100 MVA e conexões.	30/03/2014	-	100
SE Acaraú II 230/69 kV	06/04/2014	-	200
SE Camaçari IV - Remanejamento subterrâneo da LT 230 kV Camaçari II/ Pituacu - C1 para a SE Camaçari IV	04/05/2014	1	-
SE Mossoró II - Reator de barra trifásico 230 kV - 20 Mvar e conexões	25/05/2014	-	-
LT 230 kV Bom Jesus da Lapa II / Igaporã II - Recapacitação	31/05/2014	-	-
SE Camaçari IV - Remanejamento subterrâneo da LT 230 kV Camaçari II/Cotegipe - C1 para a SE Camaçari IV	01/06/2014	1	-
LT 230 kV Igaporã / Bom Jesus da Lapa II; SE Igaporã 230/69 kV - 2x150 MVA.	22/06/2014	115	300
SE Camaçari IV - Remanejamento subterrâneo da LT 230 kV Camaçari II / Jacaracanga-CD para a SE Camaçari IV - 0,68 KM	31/08/2014	1	-
SE Russas II - 3º transformador trifásico 230/69 kV de 100 MVA	28/09/2014	-	100
SE Camaçari IV - Remanejamento aéreo da LT 230 kV Camaçari II / Catu - CD para a SE Camaçari IV - 1,5 km.	04/11/2014	2	-
SE Piripiri - 3º TR 230/138 kV - 55 MVA	16/11/2014	-	55
SE Eunápolis - Remanejamento do TR 230/138 kV, 100 MVA, da SE Funil.	23/11/2014	-	100
SE Paraíso - 2º TR 230/138 kV - 100 MVA	09/12/2014	-	100
SE Milagres - 2º banco de autotransformador 500/230 Kv - 600 MVA	14/12/2014	-	600
SE Sobradinho - 3º ATR 500/230 kV / 3x100 MVA e conexões associadas	14/12/2014	-	300
TOTAIS 2014	-	336	2.415

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Foram incorporadas também ao sistema da Chesf as Subestações de Floresta II, Tacaratu e Quixerê, doadas por acessantes à Rede Básica da Chesf.

Ressalta-se que no ano de 2014, a Chesf envidou um enorme esforço empresarial para energizar, as subestações João Câmara II (fevereiro), Extremoz II (fevereiro), Igaporã II (maio), com as linhas de transmissão associadas e a subestação Acaraú II (abril). Essas novas instalações são ICG – Instalações Coletoras de Geração Eólica, fruto do Leilão 006/2010, vencido por esta Companhia, com contratos de concessão assinados em 26/12/2010. A energização destes empreendimentos viabilizou, de imediato, a recepção e transmissão de aproximadamente 700 MW de Energia Eólica, oriundos do LER – Leilão de Energia Renovável de 2009.

No ano de 2014, foram concluídos 101 eventos do Programa de Melhorias de Instalações (PMI) envolvendo 28 Subestações com investimento da ordem de 20 milhões.

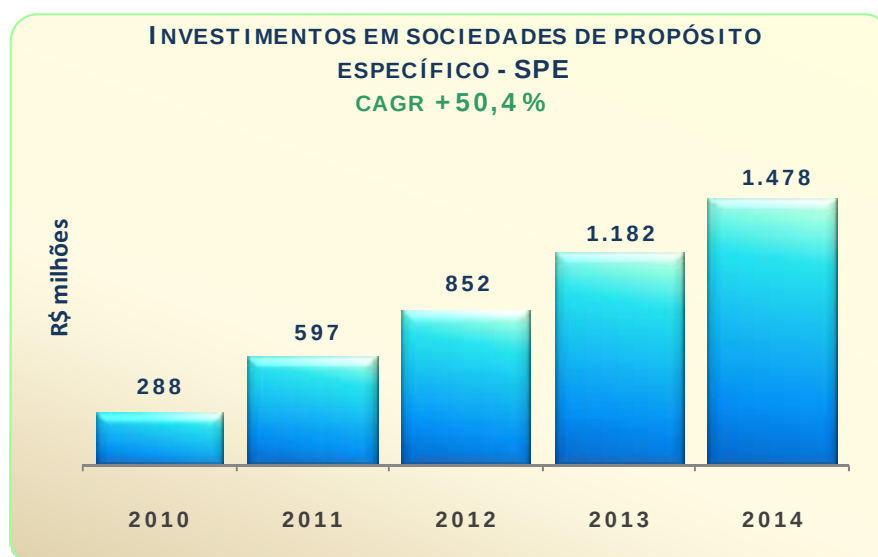
Foram realizadas avaliações extraordinárias nos sistemas de proteção de 30 subestações da Rede Básica da Chesf, conforme ofício N°966 ANEEL e Nota Técnica 058-2013 SFE-SRT ANEEL.

Com objetivo de recuperar os atrasos de obra e aperfeiçoar a gestão dos novos empreendimentos foi dado continuidade no ano de 2014 a realização das 12 reuniões mensais do Comitê de Monitoramento dos Empreendimentos de Transmissão – CMET. Foi iniciada ainda, a implantação do Sistema de Gestão dos Empreendimentos de Transmissão (GET), com o cadastramento dos empreendimentos prioritários definidos pela Diretoria Executiva.

11.2. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

No ano de 2014, os investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), através da Integralização de Capital e da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizaram R\$ 1.478 milhões de reais, representando um crescimento de 25,0% em comparação ao ano de 2013. Esse crescimento se deu, especialmente, em razão dos aportes de recursos realizados nas 34 novas SPEs constituídas, resultantes dos leilões de geração da Aneel realizados no 2º semestre de 2013. No período 2010 a 2014, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 50,4%.

O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf em SPEs ao longo dos últimos cinco anos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**11.2.1. SISTEMA DE GERAÇÃO**

Na área de geração, nos empreendimentos em parceria, a Chesf investiu em 2014 R\$ 1.059 milhões nas SPE. Nos empreendimentos eólicos, foram investidos R\$ 508 milhões, sendo estes aplicados nas 40 sociedades em fase de implantação, e nos hidráulicos foram investidos R\$ 551 milhões.

A Chesf possui participações em empreendimentos de geração, por meio de SPEs, em um total de 16.659,5 MW, correspondentes a 3.094,45 MW equivalentes, conforme quadro a seguir:

SPEs		LOCAL	MW (*)	PART.	MW Equiv.	INÍCIO DE OPERAÇÃO
GERAÇÃO HIDRÁULICA	Energética Águas da Pedra S.A.	Aripuanã/MT	261,00	24,5%	63,95	01/08/2011
	ESBR Participações S.A.	Porto Velho/RO	3.750,00	20,0%	750	01/09/2013
	Norte Energia S.A.	Altamira/PA	11.233,10	15,0%	1685	01/11/2015
	Companhia Energética SINOP S.A.	Sinop/MT	400,00	24,5%	98	01/01/2018
GERAÇÃO EÓLICA	COMPLEXO EÓLICO SENTO SÉ I	Sento Sé/BA	90,00	49,0%	44,1	01/03/2013
	COMPLEXO EÓLICO SENTO SÉ II	Sento Sé/BA	89,10	49,0%	43,65	01/09/2015
	COMPLEXO EÓLICO SENTO SÉ III	Sento Sé/BA	51,30	49,0%	25,13	01/05/2018
	COMPLEXO EÓLICO CRUZ	Ceará	111,00	49,0%	54,39	01/01/2016
	COMPLEXO EÓLICO CHAPADA DO PIAUÍ I	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI.	210,00	49,0%	102,9	01/09/2015
	COMPLEXO EÓLICO CHAPADA DO PIAUÍ II	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI.	180,00	49,0%	88,2	01/01/2016
	COMPLEXO EÓLICO CHAPADA DO PINDAÍ I	Pindaí/BA	102,00	49,0%	49,98	01/09/2015
	COMPLEXO EÓLICO CHAPADA DO PINDAÍ II	Pindaí/BA	38,00	49,0%	18,62	01/01/2016
	COMPLEXO EÓLICO CHAPADA DO PINDAÍ III	Pindaí/BA	24,00	49,0%	11,76	01/05/2018
	COMPLEXO EÓLICO SERRA DAS VACAS	Saloá/PE	120,00	49,0%	58,8	01/01/2016
Potência Total e Equivalentes da Chesf em SPEs			16.659,50	-		
(*) Em algumas SPEs pode haver ajuste na potência total instalada.						
Capacidade Total dos empreendimentos hidroelétricos em parceria = 15.644,1 MW						
Capacidade Total dos empreendimentos eólicos em parceria = 1.015,4 MW						

Também se avançaram os estudos e atividades de campo visando à implantação dos novos parques eólicos na região Nordeste, provenientes dos Leilões de Energia havidos em 2013. Serão 35 empreendimentos que representarão mais 795 MW de potência instalada na Região Nordeste e dos quais a Chesf tem 416 MW equivalentes e cujos investimentos da Companhia serão da ordem de R\$ 2,8 bilhões; venceu também o Leilão nº 006/2013, para construção da UHE Sinop, no rio Teles Pires, no Mato Grosso, com potência instalada de 400 MW e investimento da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**11.2.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO**

Ainda na área de transmissão, nos empreendimentos em parceria, a Chesf investiu em 2014 R\$ 419 milhões nas SPE.

A Chesf possui participações em empreendimentos de transmissão, por meio de SPEs, em um total de 5.296,5 km , correspondentes a 1.591,30 km equivalentes, conforme quadro a seguir:

SPE	EMPREENHIMENTO	LOCAL	km	PART.	km Equiv.	INICIO DE OPERAÇÃO
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	LT 500 KV Teresina II – Sobral III – Fortaleza II, SE Teresina II, SE Sobral III, SE Fortaleza II.	CE/PI	546	49,0%	268	01/01/2006
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	LT 500 kV Colinas – Miracema, LT 500 kV Miracema – Gurupi.	TO/GO	695	12,0%	83	01/05/2008
	LT 500 kV Gurupi – Peixe II, LT 500 kV Peixe II – Serra da Mesa II, SE Peixe II, SE Serra da Mesa II.					
Manaus Transmissora de Energia S.A.	LT 500 KV Oriximiná – Itacoatiara	PA/AM	559	19,5%	109	01/03/2013
	LT 500 kV Itacoatiara – Cariri					
	SE Itacoatiara 500/138 kV, SE Cariri 500/230 kV.					
Interligação Elétrica do Madeira	LT 600kV Porto Velho – Araraquara II	RO/MT/MS/SP	2.375	24,5%	582	01/05/2014
	Estação Retificadora – 500/600 kV – 3150 MW					
	Estação Inversora – 600/500kV – 2950 MW					
Transmissora Delmiro Gouveia S.A. - TDG	LT 230 kV São Luís II - São Luís III	MA/CE	156	49,0%	76	85% em Operação - SE Aquiraz II - Dezembro/2013; SE Pecém II - Janeiro/2014 LT 230 kV São Luís II - São Luís III - Previsão para Agosto/2015.
	SE Aquiraz II e SE Pecém II (em operação)					
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IEG	LT 500 KV Luis Gonzaga – Garanhuns, LT 500 KV Garanhuns – Campina Grande III, LT 500 KV Garanhuns – Pau Ferro, LT 230 KV Garanhuns – Angelim I, SE Garanhuns, SE Pau Ferro.	PE/PB	666	49,0%	326	Previsão para Julho/2015.
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN	LT 500kV Ceará Mirim – João Câmara II, LT 500kV Ceará Mirim – Campina Grande III, LT 230kV Ceará Mirim – Extremoz II, LT 230kV Campina Grande III – Campina Grande II, Secc. LT 230kV J. Câmara II – Extremoz – Ceará Mirim Secc. LT 230kV C. Grande II - Extremoz II, SE João Câmara II, SE Campina Grande III, SE Ceará Mirim.	PB/RN	300	49,0%	147	Previsão para Abril/2015
Total de Linhas de Transmissão em operação – SPE			4.175,00	-	1.041,80	-
Total de Linhas de Transmissão em construção – SPE			1.121,50	-	549,50	-
TOTAL GERAL			5.296,50	-	1.591,30	-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

12. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2014 foi marcado, conforme carta de conjuntura de dezembro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por uma deterioração do cenário econômico, especialmente no tocante à produção e à inflação. O mercado de trabalho, apesar de níveis historicamente baixos de desemprego continuarem sendo registrados, apresenta redução na criação de postos, sinalizando uma possível contração. O recuo da demanda foi mais intenso que o previsto, decorrente principalmente da queda no consumo das famílias, e o investimento seguiram a tendência de queda iniciada no segundo semestre de 2013.

Após registro de retração de 0,2% no primeiro trimestre e 0,6% no segundo, a atividade econômica voltou a crescer entre julho e setembro, tendo verificado incremento de 0,1% de acordo com o IBGE. Para o acumulado de 2014, entretanto, estimativas do Banco Central indicam uma contração de 0,15%, que representaria o primeiro declínio em termos anuais desde 2009, quando houve queda de 1,25% em relação ao ano anterior.

A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano acumulada em 6,41%, muito próxima ao teto de 6,5% definido para a meta e superior aos 5,91% correspondentes ao fechamento do ano anterior. As perspectivas para 2015, no entanto, apontam um cenário mais positivo devido à já mencionada desaceleração do consumo, fruto das elevações paulatinas na taxa básica de juros (SELIC) iniciados em 2013. Neste cenário complexo, a taxa de desemprego foi o indicador que seguiu apresentando resultados positivos, tendo caído de 5,4% em 2013 para nova mínima histórica de 4,8% em 2014.

No setor elétrico, os efeitos da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.873/2013, possibilitaram às empresas a prorrogação de suas concessões de geração e transmissão de energia por mais 30 anos, tendo como efeito imediato a redução de receitas, persistindo a necessidade de contínuos esforços, por parte das empresas, para adequação de seus gastos e programas de investimento ao novo cenário. Os baixos índices pluviométricos verificados no ano representaram um desafio adicional ao setor, inibindo a capacidade de geração e onerando a compra de energia no mercado de curto prazo, refletindo-se fortemente nos dispêndios das empresas com relação a esse insumo.

13. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2013 e 2014.

13.1. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia registrou no exercício de 2014, um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões, contra um prejuízo de R\$ 466,1 milhões em 2013. A administração da Companhia vem tomando medidas com vistas à retomada da lucratividade. A redução das Despesas Operacionais, tais como, despesas com pessoal, reversão de contrato oneroso, contribuiu para a obtenção de um resultado operacional positivo de R\$ 660,1 milhões. No entanto, o fator decisivo para o prejuízo apresentado no exercício foi a reversão para o resultado dos créditos fiscais diferidos relativos ao Imposto de Renda e a Contribuição Social em razão da ocorrência de 3 (três) anos de prejuízos fiscais consecutivos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



13.2. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita operacional bruta da Chesf em 2014 teve uma redução de 12,1%, recuando de R\$ 4.787,4 milhões em 2013, para R\$ 4.210,0 milhões em 2014. Essa redução foi decorrente da queda de 9,7% das receitas de fornecimento e suprimento de energia elétrica e de 77,4% da receita de comercialização de energia no mercado de curto prazo, principais componentes do grupo de receitas operacionais. Em contrapartida houve aumento de 19,1% na receita com operação e manutenção do sistema de transmissão e 4,8% na receita de construção.

A variação negativa nas receitas de fornecimento/suprimento foi decorrente do fim de contratos no ACL com comercializadoras, diminuição no valor da MUST e redução das quotas. No que se refere à redução da receita de comercialização de energia no mercado de curto prazo, foi resultante da redução no lastro, do aumento da PLD e da redução na geração de Camaçari.

No período 2010 a 2014, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -8,6%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

13.3. TRIBUTOS E ENCARGOS REGULATÓRIOS SOBRE VENDAS

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 646,6 milhões no ano de 2014 representando uma redução de 6,2% em relação ao ano anterior. Deste total, R\$ 390,5 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (-5,0% em relação ao ano anterior) e R\$ 256,1 milhões a encargos regulatórios (-7,9% em relação ao ano anterior). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período 2010 a 2014 foi negativa de -7,2%.



13.4. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

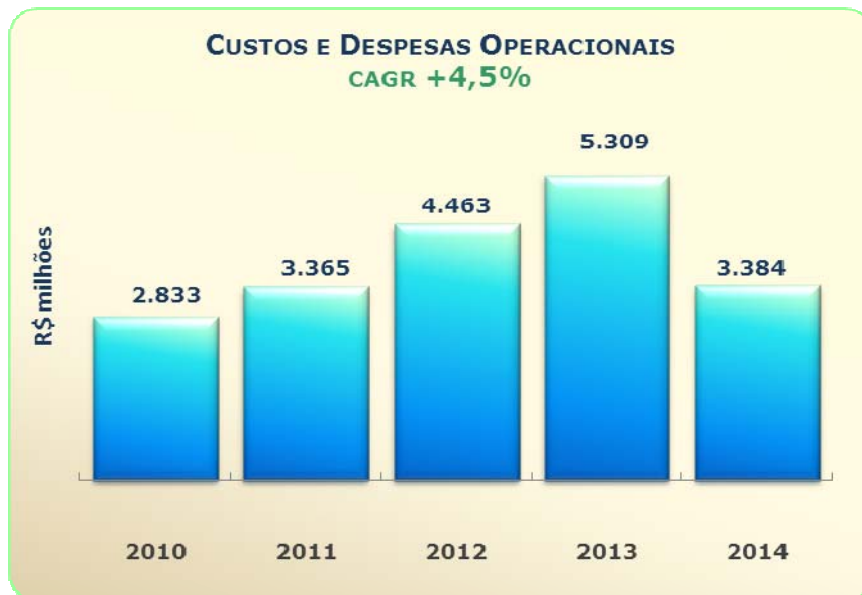
A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou em 2014 uma diminuição de 13,1% (R\$ 535,0 milhões) em relação à obtida no ano de 2013. A ROL foi de R\$ 3.563,4 milhões em 2014, contra R\$ 4.098,5 milhões em 2013. De 2010 a 2014, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi negativa de 8,8%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

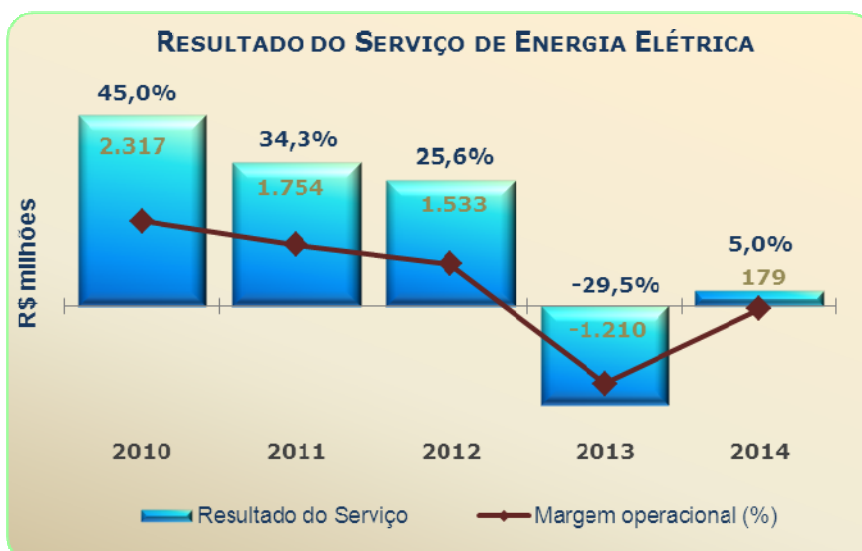
13.5. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 3.384,4 milhões em 2014, apresentando uma redução de 36,3% em relação ao ano anterior. Esta redução reflete, principalmente, as seguintes variações: redução de 42,8% nos custos e despesas com pessoal, em razão do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV realizado em 2013; da redução de 50,3% em combustíveis para produção de energia em decorrência da redução na geração térmica de Camaçari; redução de 28,6% em provisão/reversão impairment; e uma variação de R\$ 493,8 milhões em provisão/reversão para perdas na realização de investimento, em função das resoluções 642 e 643 da Aneel. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +4,5%, no período 2010 a 2014.



13.6. RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E MARGEM OPERACIONAL

O resultado do serviço (EBIT) foi de R\$ 179,0 milhões, apresentando uma variação positiva de R\$ 1.389,5 milhões em relação ao montante de R\$ 1.210,5 milhões, negativo, obtido em 2013. Com este resultado, a margem operacional do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou de -29,5% em 2013, para +5,0% em 2014, uma variação de 34,5 pontos percentuais.

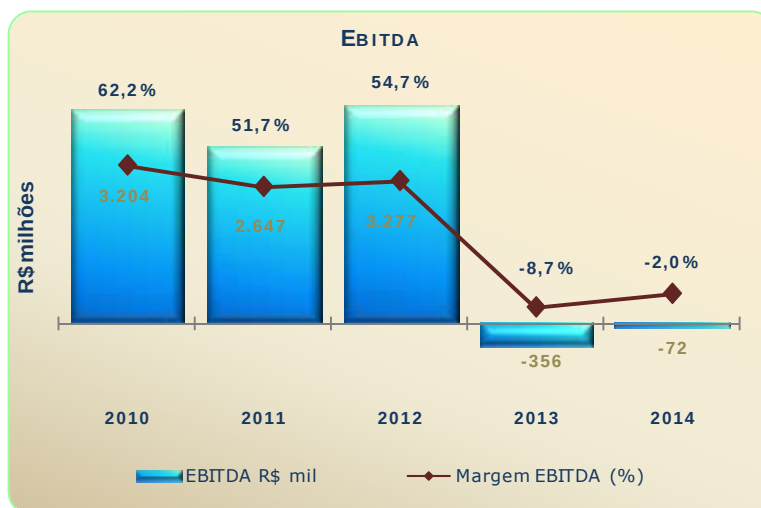


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

13.7. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi negativa em 2014 no montante de R\$ 72,1 milhões, assim como apresentou o valor negativo de 356,4 milhões em 2013.

A margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida) foi de -2,0% em 2014 e de -8,7% obtida em 2013, representando uma recuperação de 6,7 pontos percentuais.



	(R\$ milhões)	
DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA	2014	2013
Lucro líquido	(1.118,0)	(466,1)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	1.778,0	(262,8)
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	(649,7)	(416,2)
(+) Depreciação	105,2	104,6
(=) EBITDA	115,6	(1.040,5)
(+) Receitas financeiras	813,3	477,6
(+) Provisões para contingências	155,7	40,6
(+) Reversão Impairment	443,2	620,3
(+) Provisões para perda na realização de investimentos	(246,9)	246,9
(+) Provisões para PIDV	(33,3)	168,0
(+) Contrato oneroso	(1.319,5)	(869,3)
(=) EBITDA Ajustado	(72,1)	(356,4)

13.8. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do exercício apresentou uma receita líquida de R\$ 649,7 milhões, ante uma de R\$ 416,2 milhões registrados em 2013, registrando um crescimento de R\$ 233,5 milhões. Este resultado decorre principalmente dos rendimentos em aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários e da atualização das indenizações. Sua composição está demonstrada a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	(R\$ milhões)	
Receitas (despesas) financeiras	2014	2013
Resultado de aplicações financeiras	243,4	16,8
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	62,5	56,8
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(131,5)	(40,2)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(0,7)	(0,6)
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	425,7	342,7
Outras receitas (despesas) financeiras	50,3	40,9
(=) Resultado financeiro líquido	649,7	416,2

13.9. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

O endividamento bruto, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com a Eletrobras e com instituições financeiras, encerrou no exercício com R\$ 1.207,6 milhões, um aumento de 41,7% em relação aos R\$ 852,0 milhões de 2013. Esse aumento é decorrente da contratação de empréstimos perante a Caixa Econômica Federal para constituição de capital de giro e com o Banco do Brasil para fazer face a provisão de fundos da conta corrente de depósitos.

A posição da dívida líquida (financiamentos e empréstimos, deduzidos das disponibilidades) apresentou no final do ano o saldo de R\$ 549,5 milhões, um aumento de R\$ 538,6 milhões em relação a 2013, conforme demonstrado a seguir:

FINANCIAMENTOS e EMPRÉSTIMOS			
Dívida Bruta	(R\$ milhões)		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Δ%</u>
Curto prazo – moeda nacional	250,4	60,2	316,0
Longo prazo – moeda nacional	957,2	791,8	20,9
Dívida Bruta Total	1.207,6	852,0	41,7
(-) Caixa e equivalentes de caixa	658,1	841,1	(21,8)
Dívida líquida	549,5	10,9	4.941,3

13.10. VALOR ADICIONADO

O valor econômico gerado pela Companhia em 2014 foi de R\$ 2.259,4 milhões, contra R\$ 1.493,1 milhões gerados em 2013, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (32,3%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (109,2%); juros aos financiadores (8,0%); e prejuízo aos acionistas (-49,5%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



14. ALIENAÇÃO DE BENS

A companhia, como um dos produtos de seu planejamento estratégico, vem adotando através de sua Política de Alienação, a transferência do domínio ou a propriedade de seus bens móveis ou imóveis, atualmente não vinculados ao negócio da Companhia, a terceiros, de forma definitiva ou temporária e de maneira gratuita ou onerosa, objetivando reduzir seus custos operacionais e ampliação de sua receita.

Em conformidade com o Planejamento das atividades do processo de Desimobilização, a companhia, em 13.05.2014, criou um Comitê de Desimobilização de Imóveis, que elaborou um Plano Anual de Desimobilização, para os exercícios de 2014 e 2015.

Como resultado dessas alienações, objeto do referido Plano, foram vendidos 41 (quarenta e um) imóveis no exercício de 2014, totalizando o valor de R\$ 9,5 milhões de reais. Além das alienações dos imóveis, não necessários às atividades da companhia, a Chesf realiza anualmente leilões para venda dos bens móveis inservíveis para a Companhia, tendo realizado em 2014, 03 (três) leilões, totalizando o valor de R\$ 2,2 milhões de reais.

15. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que sua auditoria, KPMG Auditores Independentes, durante o exercício de 2014, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados num contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de três anos (podendo ser prorrogado), com início dos trabalhos no exercício de 2014.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

16. PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

O investimento constante na pesquisa, desenvolvimento, inovação, em tecnologia de ponta e na modernização dos seus processos, aliados ao pioneirismo e empreendedorismo é historicamente na Chesf um vetor que determina sua atual posição no mercado nacional e internacional. Os Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) da Chesf têm por objetivo a sua capacitação tecnológica e a promoção da inovação, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o evidente aprimoramento de suas características, mediante a execução de projetos de pesquisa, contratados junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento. A missão é produzir benefícios técnicos e operacionais, econômicos, sociais e ambientais gerando e agregando valor para a Companhia e para toda a sociedade.

Destacamos em 2014 as seguintes iniciativas e inovações:

- Elaboração de Instrumento Normativo que tem por objetivo divulgar e promover as melhores práticas de Gestão de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
- Lançamento dos seguintes editais de Chamadas Públicas: a) 01/2014 – “Desenvolvimento de soluções voltadas à gestão estratégica do programa de P&D+I da Chesf, para que os projetos de pesquisa percorram o ciclo completo da cadeia de inovação”. b) 02/2014 – “Solução Tecnológica fundamentada em uma infraestrutura de dados espaciais baseada em semântica para gestão de dados 2D e 3D e metade dos geoespaciais internos e externos à Chesf”. c) 03/2014 - Propostas de Parceria para o Projeto de P&D: “Concepção de Reatores Saturados para a Compensação Reativa em Sistemas de Extra-Alta-Tensão”. Todos os editais podem ser acessados através do Portal Chesf, no canal de P&D+I no link abaixo:

http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/paginas/ped/ped_como_participar/conteiner_ped_como_participar

- Asseguração da proteção de inovações já alcançadas, depositamos o pedido de patente da “Aplicação para Regulação e Paralelismo de Transformadores de Potência” na China, EUA, Índia e Europa e a entrada do Pedido Internacional de Patente do “Sistema e Método para Diagnósticos Automáticos e em Tempo Real em Redes Elétricas” (Sistema Smart Alarm) via PCT (Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes).
- Disseminação do tema Inovação na organização e o reconhecimento às idéias inovadoras foram realizadas a 1ª Exposição de Projetos de P&D da Chesf, a 2ª Edição do Prêmio Chesf de Inovação e Melhoria, além do lançamento da 1ª edição da Revista Eletrônica Inovação, disponível no endereço <http://apps.chesf.gov.br/revista/>.

O total investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação em 2014, incluindo a contribuição regulamentar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas Energia - MME e também nos projetos de pesquisa a nível institucional executado pelo CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica foi de cerca de R\$ 40 milhões.

17. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2014 caracterizou-se para a área de Tecnologia da Informação como sendo de intensa preparação para grandes transformações que deverão ocorrer no decorrer do ano de 2015, que terá como marco principal o início da implantação do SAP ERP na Companhia.

A Chesf participou ativamente na elaboração e execução do Programa de Implantação do padrão de ERP nas empresas Eletrobras-ProERP. Esta participação envolveu, além de profissionais de TI, especialistas das áreas de negócios, principalmente na definição dos requisitos funcionais dos macroprocessos Suprimento, Financeiro, Recursos Humanos e Gestão de Ativos, que serão objeto da implantação do SAP ERP. Também, foram realizados cursos de fundamentos para 60 profissionais do negócio e de TI, iniciando a preparação das equipes que lidarão com a ferramenta.

Em 2014, além do projeto de implantação do SAP ERP, outros 38 projetos compuseram o planejamento executivo da área responsável pela Tecnologia da Informação na Companhia. Neste

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ano, foi adquirida uma solução *Business Process Management*–BPM, tendo como primeira aplicação a automação do processo de pregão eletrônico. Esta plataforma de automação possui alto grau de aderência aos processos intensivos em *workflow* e documentação, com possibilidade de utilização inclusive de certificação digital.

No que se refere à infraestrutura das estações de trabalho, destaca-se início do contrato de atendimento *online* e *on site*, que se constituiu como paradigma a ser seguido nas demais contratações, pois seguiu estritamente as recomendações da Instrução Normativa nº 04, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O contrato possui acordos de nível de serviço nas suas principais operações e, também, traz como inovação a localização da Central de Atendimento fora das instalações da Chesf.

18. GESTÃO DE PESSOAS

No ano de 2014, a Companhia encerrou o exercício com um quadro de pessoal de 4.587 empregados, sendo 927 mulheres e 3.660 homens, registrando o índice de turnover de 2,87%, resultado, principalmente, do desligamento de 52 empregados e da admissão de 211 novos empregados, sendo 207 (106 de nível médio operacional e 101 de nível superior) selecionados no Concurso Público 2012 (vigente até junho de 2014) e 04 admissões por medida judicial.

Com o objetivo de valorizar e aproveitar o potencial interno da Companhia, a Superintendência de Recursos Humanos - SRH lançou o Programa Mobiliza Chesf, com foco na mobilidade interna de pessoas, possibilitando a vivência de novas oportunidades e experiências, por meio de um processo estruturado de realocação de pessoas. O Programa piloto ofereceu 25 vagas para os cargos de nível fundamental e médio suporte, obtendo 14 inscrições e resultando em 9 movimentações, a serem finalizadas até abril/ 2015.

Durante o ano, foi lançado o novo ciclo do Sistema de Gestão do Desempenho. Como inovação, tivemos o módulo de acompanhamento, além dos já existentes, planejamento e avaliação.

Outro destaque foi a estruturação do Plano Corporativo de Melhoria do Clima Organizacional (PCMCO) do Sistema Eletrobras e da Chesf, com base na 3ª Pesquisa Unificada de Clima Organizacional das Empresas do Sistema Eletrobras, realizada no fim de 2013. A finalidade foi definir ações para atuar nos fatores com menores índices de favorabilidade (IF) abaixo de 66% na citada pesquisa.

Por fim, a Companhia lançou a segunda edição do Prêmio Chesf de Inovação e Melhoria, cujo objetivo é incentivar a inovação em processos e o desenvolvimento de novos produtos que agreguem valor aos negócios da Companhia. A participação foi aberta a todos os empregados em atividade na Chesf. Foram 103 trabalhos inscritos, distribuídos em três categorias: Tecnologia, Gestão e Nova Ideia. De cada, foram premiados três trabalhos.

18.1. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Chesf, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de seus empregados, oferece um conjunto de benefícios, tais como: Assistência Materno Infantil; Assistência Educacional; Plano de Assistência Patronal, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Reembolso de Medicamentos; Previdência Privada, por intermédio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf.

Em 2014, com o objetivo de eficientizar a utilização dos benefícios da Chesf, foi iniciada uma Auditoria nos Benefícios da Companhia, onde já foi obtida uma redução de custo significativa no Vale Transporte. Essa ação está sendo expandida em 2015 para os outros benefícios. Ainda nesse ano, foi dada continuidade no Gerenciamento Matricial de Custo - GMC em todos os benefícios, onde mensalmente são realizadas análises das contas dos benefícios e determinadas ações de melhoria para serem executadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

18.2. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O valor total aplicado em Educação Corporativa foi de R\$ 4.179,8 mil. O investimento médio por empregado foi de R\$ 948,02. O aumento foi de 32% em relação a 2013, justificado pela redução do quadro de pessoal em 21% nesse período, em decorrência do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV e pela necessidade de preparação dos empregados para assumir novas atribuições e enfrentar os desafios impostos pelo atual contexto empresarial.

Em 2014, o número de horas de treinamento por empregado foi de 62,08, correspondendo a 154% da realização de 2013 e a 3,23% das horas de trabalho. Foram computadas 797 ações educacionais, atendendo 3.545 empregados, representando 80,40% do quadro de pessoal.

Tais resultados foram possíveis devido ao uso de soluções criativas, como o incentivo à atuação do empregado educador, o uso de videoconferências, a ampliação de número de vagas por ação educacional, quando possível, e a maior divulgação do Plano de Educação Corporativa.

18.3. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

As áreas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), além de darem continuidade às ações e programas específicos de prevenção, controle de perigos e riscos e promoção de saúde dos empregados, intensificaram, de forma inovadora na Companhia, durante o ano de 2014, as ações de qualidade de vida, bem como àquelas voltadas à disseminação da cultura de saúde e segurança no trabalho, tendo como consequência desses esforços, o atingimento dos melhores resultados dos principais Indicadores de SST, registrados nos últimos anos.

Dentre as ações inovadoras, que proporcionaram momentos de bem-estar, integração, cultura e lazer aos empregados e/ou aos seus familiares, por meio de eventos no ambiente da Companhia ou mesmo externamente, podemos citar: Caminhadas Culturais; Trilhas Ecológicas no Jardim Botânico em Recife; Evento Gerando e Transmitindo Energia em Família; lançamento do Programa Equilíbrio e do projeto de Acessibilidade Atitudinal. Com isso, foi possível alcançar o valor de 1,35 para o Indicador de Absenteísmo por Doença, ficando abaixo do limite tolerável de 1,70. Em relação ao Exame Médico Periódico – EMP, a Chesf ultrapassou a meta de 98%, atingindo o percentual de 99,42 % de realização. Ambas as marcas foram as melhores registradas nos últimos seis anos.

Em 2014, foi lançada a Campanha Esqueci & Não Vi, visando conscientizar os empregados sobre os aspectos comportamentais na prevenção de desligamentos, incidentes, acidentes do trabalho e doenças, de forma lúdica e educativa, utilizando-se, inclusive, de apresentações teatrais nas diversas áreas da Companhia. Além disso, foi realizada auditoria externa, cujo resultado foi a recomendação, sem nenhuma “não conformidade”, da manutenção da certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST), baseado na norma internacional OHSAS 18001:2007, na Usina de Xingó. Por meio das ações realizadas, as taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes Típicos com Afastamento, TFAT e TGAT, ficaram abaixo dos respectivos limites toleráveis estabelecidos pela Companhia (TFAT = 2,23, frente ao valor limite de 3,53; e TGAT = 64, frente ao valor limite de 154). Salienta-se que a TFAT é a menor registrada desde 2003, com a atual metodologia de cálculo deste índice, enquanto a TGAT apresentou o segundo menor índice no mesmo período.

18.4. RESPEITO A DIVERSIDADE E A EQUIDADE DE GÊNERO

O compromisso da Chesf com a promoção da equidade de gênero e raça está expresso nos valores empresariais do Mapa de Planejamento Estratégico da Empresa 2013-2017: Respeito às pessoas, Justiça e Equidade, Compromisso com a Sociedade, Ética e Transparência e Respeito ao Meio Ambiente. Também está evidenciado no Código de Ética Unificado do Sistema Eletrobras, adotado pela Companhia, na atuação do Comitê de Gênero e Raça, além de estar previsto nos normativos empresariais, que ratificam como princípio de gestão a não discriminação, a eliminação de todos os preconceitos de gênero, raça, etnia, origem social, orientação religiosa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Entre as diversas ações anuais da Chesf de promoção igualdade, previstas no Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça, destaca-se o trabalho, iniciado em 2014, de internalização do normativo Promoção do Respeito, Prevenção e Enfrentamento da Violência e do Assédio Moral no Trabalho, com a realização das Oficinas de Promoção de Relações Socioprofissionais Saudáveis e Prevenção de Contencioso Jurídico com público gerencial, profissionais do setor jurídico e da área interna de saúde da Sede (Recife) e Regionais (Salvador, Sobradinho Teresina, Paulo Afonso e Fortaleza).

18.5. ACESSIBILIDADE

Ao final do ano de 2014, a Chesf contava com 170 empregados com deficiência em seu quadro de pessoal, sendo 28 com deficiência auditiva, 111 com deficiência física, 1 com déficit cognitivo, 1 com deficiência múltipla, 19 com deficiência visual e 10 empregados reabilitados pela Previdência Social. Deste total, 128 empregados estão inscritos no Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência – PAPD. Com a atuação do Comitê de Acessibilidade e Inclusão, em 2014, destaca-se a realização do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, de oficinas com o tema “Repensando as Diferenças” na Sede e nas regionais de Paulo Afonso, Sobradinho, Salvador, Teresina e Fortaleza e palestras para gerentes de nova investidora abordando a questão da acessibilidade e inclusão.

19. FORNECEDORES

Na gestão dos seus negócios, a Chesf considera e procura contemplar o atendimento aos legítimos interesses de todos os públicos com os quais se relaciona, entre os quais seus fornecedores de bens e serviços, parceiros importantes para o seu negócio. Com eles, mantém constante diálogo e relações transparentes, baseados em princípios éticos, atualizando-os periodicamente sobre os procedimentos utilizados para contratação e gestão dos contratos, com o intuito de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos.

Nos processos de seleção e contratação dos seus fornecedores, as áreas de suprimento da Chesf consideram critérios socioambientais específicos, que buscam atender aos preceitos da sustentabilidade e da conformidade legal, exigindo que os fornecedores adotem padrões éticos e de responsabilidade socioambiental compatíveis com aqueles que pratica. Por intermédio de diretrizes que estabelecem princípios e normas de conduta empresarial em suas relações e compartilhando compromissos assumidos, a Chesf realiza as seguintes ações:

- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que tomou ciência do conteúdo da cartilha “Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores”, disponível no portal da Companhia na internet;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que sua empresa não sofreu nenhuma sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental.

No tocante à adoção de boas práticas de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimento, a Chesf segue o Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimento das Empresas Eletrobrás.

Além disso, na Chesf, todos os prestadores de serviços possuem condições adequadas de segurança e saúde em seus locais de trabalho, observadas através das exigências estabelecidas em nosso Plano de Segurança do Trabalho, bem como exige a apresentação de comprovantes de pagamentos efetuados em contraprestação dos serviços executados, de entrega do vale transporte e auxílio alimentação, de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, comprovante de frequência e a relação de empregados desligados, quando houver, visando a garantia de condições dignas de trabalho.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

20. RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES

20.1 PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

Para a Chesf, investir no social é contribuir como agente transformador de comunidades carentes, com foco na educação, na capacitação profissional, na geração de renda e na saúde de milhares de pessoas. É a oportunidade de apoiar o desenvolvimento regional e trabalhar por uma sociedade mais justa e sustentável. A maioria dos programas e projetos sociais que são apoiados pela Companhia está localizada no entorno de seus empreendimentos. Em 2014, foram investidos R\$ 32,9 milhões.

Dois grandes projetos apoiados pela Chesf e executados pela Embrapa vêm trazendo uma significativa melhoria na qualidade de vida das comunidades beneficiadas. Lagos de Sobradinho e de Boa Esperança são executados no entorno das duas usinas da Companhia que nomeiam os projetos. Com a implantação de campos de aprendizagem tecnológica e treinamento, o Projeto Lago de Sobradinho promove o repasse de conhecimento e de tecnologia para convivência com a seca para produtores agropecuários e pescadores que moram no entorno da barragem de Sobradinho (BA).

O Projeto Boa Esperança promove alternativas tecnológicas para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais situadas no entorno do reservatório da Usina de Boa Esperança – atendendo a municípios dos Estados do Piauí e Maranhão, com o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de produção familiar agrícola e animal, de agroindústrias, ações de meliponicultura, pesca e piscicultura.

Além do incentivo por meio de projetos e convênios, a Chesf promove também, na Sede e nas Regionais, diversas ações voltadas para a comunidade, abordando os temas Saúde, Educação, Segurança, Cidadania, Gênero e Raça. São feiras, palestras, oficinas, campanhas de conscientização e, ainda, atendimento médico e odontológico.

20.2. PROGRAMA LUZ PARA TODOS

A Chesf coordena projetos para o desenvolvimento regional alinhados a programas sociais do Governo Federal. Em 2014, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) realizou 37.528 ligações que beneficiaram 187.640 pessoas no Nordeste Geoeletrico.

20.3. HOSPITAL NAIR ALVES DE SOUZA

O Hospital da Chesf em Paulo Afonso - Hospital Nair Alves de Souza - HNAS, está em processo de transferência da titularidade e Gestão para a Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF, em parceria com a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso e a Secretária de Saúde da Bahia - SESAB. Em 2014 as ações tiveram continuidade, com previsão para conclusão da transferência estimada para 2 anos.

21. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Chesf tem respaldado suas ações com práticas socioambientais em observância ao Uso Sustentável de Recursos Energéticos, que tem como premissa explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais atendendo aos princípios do desenvolvimento sustentável e ao da Gestão Ambiental. Em 2014, a Chesf destinou recursos financeiros na ordem de R\$ 18,5 milhões a programas que visam a ecossustentabilidade.

Todos os empreendimentos da Companhia estão licenciados ou em processo de renovação ou regularização. Em 2014, foram obtidas diversas Licenças e renovações de Licenças de instalação, de operação e prévia, dentre as quais destacamos a Licença Prévia da Fotovoltaica de Bom Nome (PE), a Autorização Especial para Testes de Vazão de 1.000m³/s no rio São Francisco, a Renovação da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Licença Prévia do Aproveitamento Hidrelétrico Ribeiro Gonçalves (PI) e a regularização ambiental com o IBAMA de 8 subestações e 10 linhas de transmissão elétrica, denominado de Corredor 4. Ao todo, na área de transmissão, a Chesf obteve 8 Licenças Prévias, 11 Licenças de Instalação, 8 Licenças de Operação, duas Renovações de Licença de Instalação, uma Licença de Alteração e 9 Autorizações de Supressão de Vegetação.

No que concerne ao processo de Educação e Comunicação Ambiental ao longo dos seus empreendimentos de transmissão e geração de energia, a Chesf efetuou várias ações, tais como: Campanhas Educativas junto às comunidades, ações de fortalecimento institucional e mobilizações comunitárias contempladas no Plano de Ação Socioambiental (PAS) do Complexo Paulo Afonso (BA); Campanhas de Prevenção de Queimadas e Preservação de Isoladores do sistema de transmissão com diversas atividades, como visitas, palestras e oficinas foram executadas, envolvendo 7.460 alunos, 647 professores, 409 funcionários e 981 pessoas de comunidades. No âmbito interno, a Chesf deu continuidade ao Programa Meio Ambiente na Empresa (MAE), com a realização de diversos eventos internos sob temática socioambiental para os empregados e funcionários de empresas contratadas, envolvendo parceiros como o IBAMA, órgãos ambientais estaduais e municipais, dentre outras instituições.

Em relação à Gestão da Biodiversidade, a Companhia, em 2014, realizou o plantio de 67.000 mudas de espécies nativas dentro das ações do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco. No Programa de Fomento ao Reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente no Entorno dos Reservatórios das Usinas de Pedra (BA) e Funil (BA), foram plantadas cerca de 20.800 mudas e 10.030 mudas de espécies nativas, respectivamente. O objetivo final do Programa é atingir 100 hectares com 100 mil mudas plantadas.

Em 2014, outros programas voltados para a Biodiversidade e Qualidade de Água foram os de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos, realizados em Sobradinho (BA), Itaparica (PE/BA) e Complexo Paulo Afonso (BA). Em Xingó (AL/SE), houve o Monitoramento dos Gases Dissolvidos e no Baixo São Francisco, o Monitoramento da Cunha Salina. O Monitoramento do Rio São Francisco durante a baixa vazão (Qualidade de Água, Macrófitas, Cunha Salina e Processos Erosivos) foi realizado. Em relação à piscicultura, foram realizados os peixamentos dos reservatórios do São Francisco e do Baixo Rio São Francisco, através da Piscicultura de Paulo Afonso, e do Reservatório de Boa Esperança (PI), por meio da Estação de Piscicultura Dourival Guimarães.

Na Gestão Ambiental de empreendimentos de transmissão foram executados diversos Programas, tais como Monitoramento e Manutenção da Faixa de Servidão, Programa de Controle dos Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas e Monitoramento Arqueológico, em particular evidenciamos o monitoramento da ave "*Penélope jacucaca*" na LT Milagres/Coremas C2, espécie em risco de extinção, além da execução do Programa de Monitoramento da Flora e Salvamento de Germoplasma.

Com vistas à melhoria dos processos ambientais, no âmbito do projeto de P&D+I Suporte a Dados Geoespaciais, Multimídia e Dispositivos Móveis, foram desenvolvidos dois sistemas: Sistema de Bordas de Reservatórios - SISBORDAS e Sistema de Documentação - SISDOC, além da incorporação na rede corporativa da Chesf do Sistema de Licenciamento Ambiental - SISLIC.

No que diz respeito ao manejo de resíduos perigosos, foi realizada a destinação final ambientalmente adequada 20.000 lâmpadas fluorescentes, a desmontagem, acondicionamento, transporte e incineração de 7.512 células capacitivas com ascarel. O destaque foi a continuidade da Campanha de Coleta de Pilhas e Baterias inservíveis do Projeto Participe & Recicle, bem como, o início da Campanha de Coleta Seletiva Solidária, em parceria com a Prefeitura Municipal do Recife (PE), na Sede da Companhia.

22. PROGRAMA DO REASSENTAMENTO DE ITAPARICA

No exercício de 2014 a Chesf implementou um conjunto de medidas visando a desoneração da Companhia dos encargos relacionados com o Programa de Reassentamento de Itaparica, em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conformidade com as determinações emanadas no Acórdão nº 101/2013 Plenário do TCU. Tais medidas vêm surtindo efeitos significativos, apresentando como principais resultados no ano de 2014, o encerramento do Termo de Cooperação Técnica-Financeira celebrado com a Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, resultando em uma desoneração da ordem de R\$ 27 milhões. Além disso, a transferência dos contratos de fornecimento de energia firmado com as concessionárias estaduais para aquela empresa pública resultará em uma desoneração da ordem de R\$ 25 milhões/ano. As infraestruturas de uso comum dos perímetros irrigados já implantados foram transferidas para a Codevasf em outubro de 2013.

Quanto aos investimentos naquele programa, merece destaque as obras de conclusão do Perímetro irrigado Jusante, cujo contrato foi encerrado por desinteresse da construtora em aditar o seu prazo de vigência, e as obras remanescentes, cujo valor é estimado na ordem de R\$ 11 milhões, encontra-se em processo de licitação para conclusão até o mês de dezembro de 2015, quando se encerrará a participação da Chesf na implantação de infraestrutura econômica na área de influência do reservatório de Itaparica.

Finalmente, quanto ao processo de desoneração da prestação de serviços públicos municipais para a população residente nas agrovilas dos perímetros instalados em Santa Maria da Boa Vista e Tacaratu (PE) e Glória e Rodelas (BA), em razão da negativa daquelas municipalidades em assumir este encargo, foram ajuizadas ações junto à Justiça Federal, pugnando pela determinação para que as respectivas prefeituras assumam de imediato os serviços relacionados à saúde pública dos municípios (distribuição de água potável), cuja atribuição constitucional recai sobre os Municípios. Assim, a Chesf aguarda o curso desses processos de forma a se desincumbir de mais uma ação que vinha prestando como forma de mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes do enchimento do reservatório da UHE Luiz Gonzaga, no rio São Francisco.

23. CULTURA

Ao longo dos anos, a Chesf sempre se apresentou como uma grande incentivadora da Cultura e do Esporte, através de ações de patrocínios, que se tornaram estratégicas e de referência na Região Nordeste. Foram investidos R\$ 1,3 milhão no ano de 2014, sendo 22 projetos ao todo, 5 ligados ao Esporte e 17 na área Cultural. Podemos destacar o 16º Festival de Lençóis – Música, Arte e Sustentabilidade; o *Cigré Steering Committee Meeting* – 2014, importante evento científico do Setor Elétrico e a 40ª Corrida Duque de Caxias, como algumas das ações de expressiva repercussão e visibilidade para a Companhia. Além de incentivar a geração de emprego e renda, ao destinar recursos às produções culturais e esportivas em todo o território nacional, a Chesf democratiza o acesso aos seus recursos de patrocínio, reafirmando seu compromisso de responsabilidade social e sustentabilidade.

24. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Em 2014, a Chesf recebeu os seguintes prêmios, reconhecimentos e certificações:

- Selo de Empresa Amiga do Ciclista, outorgado pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado de Pernambuco, em reconhecimento ao esforço da Chesf no incentivo da utilização da bicicleta como meio de transporte pelos empregados e prestadores de serviço, através da disponibilização de diversos bicicletários em suas instalações;
- Manutenção da certificação da UHE Xingó, no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho - SGSST, com base na norma internacional *Occupational Health and Safety Assessment Series* – OHSAS 18.001.
- Premiação de empregados em diversas práticas esportivas nos Jogos do SESI, com 9 troféus e 41 medalhas, distribuídos nas etapas Municipal, Estadual e Nacional;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Foi renovado o Selo de Promoção da Diversidade Étnico-Racial – Categoria Compromisso, outorgado pela Secretaria Municipal de Reparação da Prefeitura de Salvador;
- Premiações recebidas pela Regional Sul como empresa de maior número de participantes nas Corridas da Primavera em 21 de setembro e na de Verão em 21 de dezembro.
- Em 2014, a Chesf recebeu Troféu de Prata no Prêmio *Womens Empowerment Principles* - WEPs Brasil, iniciativa de Itaipu Binacional em parceria com a ONU Mulheres e a chancela do Pacto Global da ONU, pelas ações realizadas e pelos resultados alcançados no empoderamento das mulheres e no combate à discriminação e ao preconceito de gênero. Entre 187 empresas, em todo País, que se inscreveram no Prêmio WEPs, apenas 32 ficaram entre as finalistas nas categorias grande porte, médio porte e pequeno porte; 17 finalistas na categoria da Chesf, de grande porte, consagrando a Chesf em 2º lugar.
- Na avaliação do Tribunal de Contas da União – TCU sobre maturidade em Governança de TI, a Chesf alcançou o 3º lugar no grupo Companhia de Energia, indicando um nível adequado de maturidade de processos.
- Também obteve a renovação da Acreditação do Laboratório de Metrologia da Chesf - MetroChesf na norma ISO IEC 17025 INMETRO;
- A Operação da Chesf manteve a Certificação ISO 9001:2008 em todos os processos dos seus 28 órgãos e 119 Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação;
- Manteve a certificação ISO 9001/2008 dos serviços de manutenção eletromecânica das usinas Sobradinho, Xingó e Itaparica;
- O segmento de Manutenção de Subestação da Chesf manteve a Certificação ISO 9001:2008 em 17 órgãos do seu sistema organizacional, sendo: 10 serviços de manutenção de subestação, 3 centros e 1 departamento;
- O segmento de Manutenção de Linhas de Transmissão manteve a Certificação ISO 9001:2008 no Departamento e Divisões Normativas, bem como em 6 órgãos executivos que compõem o sistema Organizacional da Manutenção de LT;

25. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf, com base no Balanço Social consolidado, são demonstrados a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2014			Em 2013		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	10.511	1,6%	0,3%	10.281	-1,4%	0,3%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	5.066	0,8%	0,1%	2.432	-0,3%	0,1%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	983	0,1%	0,0%	445	-0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	839	0,1%	0,0%	706	-0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	1.131	0,2%	0,0%	2.298	-0,3%	0,1%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	3	0,0%	0,0%	1	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	472	0,1%	0,0%	685	-0,1%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	0	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	19.002	2,9%	0,5%	16.847	-2,3%	0,4%
5 - Outras informações	2014			2013		
Receita Líquida (RL)	3.563.435			4.098.483		
Resultado Operacional (RO)	660.058			(728.858)		

Recife, 26 de março de 2015

A Administração

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

As operações da Companhia contam no segmento de Geração de energia com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW e no segmento de transmissão de energia o sistema é composto por 116 (111 em 2013) subestações (considerando-se neste total a subestação Sapeaçu, localizada no Recôncavo Baiano, em relação à qual a Chesf tem contrato de cessão de uso) e 19.691,6 (19.344,0 em 2013) km de linhas de alta tensão.

A Companhia possui ainda, empreendimentos nos segmentos de geração e transmissão, de forma corporativa, em fase de construção, conforme nota 2.1.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão corporativos, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.644,1 MW e 1.015,4 MW, respectivamente, e de empreendimentos de transmissão compostos por 5.296,5 km de linhas de transmissão, conforme nota 2.2.

Com a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões das usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, foram prorrogadas por um prazo de 30 anos a partir de janeiro/2013, mediante novas condições estabelecidas nos Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente, conforme nota 2.3.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

Notas Explicativas**2 - DAS CONCESSÕES****2.1 - Chesf**

A Companhia detém as seguintes concessões:

2.1.1 - Geração

- Geração hidráulica**

Número do Contrato	USINAS	Rio	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2014 (MW médio/ano)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
006/2004	Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	0,032	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	-	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	0,295	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	1.104,025	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	3,119	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	477,185	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Xingó	São Francisco	3.162,000	1.247,676	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Piloto	São Francisco	2,000	-	16/02/1949	07/07/2015
006/2004	Araras	Acaraú	4,000	-	29/08/1958	07/07/2015
006/2004	Funil	de Contas	30,000	4,826	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Pedra	de Contas	20,007	0,888	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	132,318	11/10/1965	31/12/2042
006/2004	Sobradinho	São Francisco	1.050,300	255,252	10/02/1972	09/02/2022
006/2004	Curemas	Piancó	3,520	0,010	26/11/1974	25/11/2024

(*) Informações não auditadas.

- Geração térmica**

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2014 (MW médio/ano)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
006/2004	Camaçari	Dias D'Ávila	346,803	55,044	11/08/1977	10/08/2027

(*) Informações não auditadas.

- Geração eólica**

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2014 (MW médio/ano)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Construção						
007/2010	Casa Nova	Casa Nova - BA	180,000	-	01/01/2013	01/01/2043

(*) Informações não auditadas.

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no exercício.

A potência instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;

Notas Explicativas

- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

Com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, parte destas usinas, objeto do contrato de concessão nº 006/2004 e parte das instalações de transmissão, a seguir, objeto do contrato de concessão nº 061/2001, foram prorrogadas a partir dos aditivos a esses contratos, assinados em 05 de dezembro de 2012, em novas condições, conforme nota 2.3.

A Companhia apresentou junto a Aneel, pleito referente à redução dos encargos associados ao uso do sistema de transmissão (CUST) da UTE Camaçari, para consideração de apenas uma unidade de geração na usina, bem como a revogação da concessão da usina.

Em reunião pública ordinária realizada em 03/02/2015, a diretoria da ANEEL procedeu a avaliação do pleito da Companhia, onde a solicitação foi aprovada integralmente pela Agência conforme Despacho nº 247, de 03 de Fevereiro de 2015, com as seguintes decisões tomadas:

- i) determinar o aditamento do Contrato de Uso do sistema de Transmissão – CUST nº 095/2012 para redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST de 346,598 MW para 70 MW a partir de 16 de dezembro de 2014, com valor a ser ressarcido à CHESF de R\$ 1.266 mil, referente ao mês de janeiro de 2015, a ser considerado como crédito na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos - AMSE realizado pelo ONS na apuração subsequente à esta decisão;
- ii) os encargos de uso referente à unidade geradora nº 3 em operação são devidos até a data de extinção da concessão da UTE Camaçari, quando deverão ser encerrados o CUST e o CCT associado à central de geração e liquidados eventuais encargos de uso do sistema de transmissão remanescentes; e
- iii) encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, com pronunciamento favorável, o pedido de extinção da concessão da Usina Termelétrica Camaçari, outorgada por meio da Portaria DNAEE nº 1.068, de 10 de agosto de 1977, c/c a Portaria nº 88, de 11 de março de 2010, localizada no município de Dias D'Ávila, estado da Bahia.

A administração da Companhia tem expectativa positiva quanto a análise do Ministério de Minas e Energia de forma concluir pelo término da concessão da usina. Uma decisão favorável possibilitará a Companhia reverter a provisão para contrato oneroso existente, cujo montante em 31/12/2014 era R\$ 91.122. A recuperabilidade do ativo dessa concessão, hoje totalmente provisionado, dependerá da decisão da Aneel quanto a indenização ou destinação desses ativos.

Notas Explicativas**2.1.2 – Transmissão**• **Linhas de transmissão**

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	18.562,5	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv, C1	CE	208,1	04/03/2005	03/03/2035
008/2005	LT Milagres - Coremas - 230 kv, C2	CE, PB	119,8	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	LT Ibicoara - Brumado - 230 kv, C1	BA	94,5	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C2	PI, CE, RN	132,8	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Picos - Tauá II - 230 kv, C1	PI, CE	183,2	14/06/2007	14/06/2037
005/2008	LT Jardim - Penedo - 230 kv, C1	SE, AL	110,0	17/03/2008	17/03/2038
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	41,8	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	LT Suape III - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	7,2	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2	PE, PB, AL, RN	10,8	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1	RN	31,4	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv, C1	RN	74,5	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv	BA	115,0	23/11/2010	23/11/2040
			19.691,6		
Em construção:					
005/2007	LT Funil - Itapebi, C3	BA	223,0	20/04/2007	20/04/2037
014/2008	LT 230 kV Eunápolis - Teixeira de Freitas II, C1	BA	145,0	16/10/2008	16/10/2038
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kV	PE, PB, AL, RN	85,0	03/08/2009	03/08/2009
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kV, C2	BA	152,0	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT Paraíso - Açú II - 230 kV, C3	RN	123,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Açú II - Mossoró II - 230 kV, C2	RN	69,0	23/11/2010	23/11/2040
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kV	CE	97,0	23/11/2010	23/11/2040
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kv	BA	65,0	13/10/2011	13/10/2041
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kv;	RN/CE	65,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kv	PI	26,0	09/12/2011	09/12/2041
018/2011	LT Recife II - Suape II - 230 kv - C2	PE	44,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Camaçari IV - Sapeaçu - 230 kv	BA	105,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Sapeaçu - Sto. Antonio de Jesus - 230 kv	BA	31,0	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 kv	SE/AL/BA	1,3	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	LT Messias - Maceió II - 230 kv	SE/AL/BA	20,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Camaçari IV - Pirajá - 230 kv	BA	45,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Pituaçu - Pirajá - 230 kv	BA	5,0	10/05/2012	10/05/2042
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kv	RN	40,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros - 230 kv	RN	56,2	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Russas - Banabuiú - 230 kv	RN	110,0	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2	BA	4,0	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kv	BA	46,0	01/06/2012	01/06/2042
			1.557,5		

(*) Informações não auditadas.

Notas Explicativas

- Subestações

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	103,0	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	SE Tauá - 230 kV	CE	1,0	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	SE Ibicoara - 500/230 kV	PE	1,0	14/06/2007	14/06/2037
006/2009	SE Suape II - 500/230 kV (600 MVA); SE Suape III - 230/69 kV (200 MVA)	PE	2,0	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	SE Santa Rita II - 230/69kV; SE Zebu - 230/69kV; SE Natal III - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	3,0	03/08/2009	03/08/2039
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	BA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	AL	1,0	06/10/2010	06/10/2040
019/2010	SE Extremoz II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	SE João Câmara - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	SE Igaporã - 230 kv	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
021/2010	SE Acaraú II - 230 kv	CE	1,0	23/11/2010	23/11/2040
			116,0		
Em construção:					
014/2008	SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	BA	1,0	16/10/2008	16/10/2038
014/2010	SE Pólo 230/69 kV	BA	1,0	06/10/2010	06/10/2040
009/2011	SE Morro do Chapéu 230 kV	BA	1,0	13/10/2011	13/10/2041
010/2011	SE Lagoa Nova 230 kV; SE Ibiapina 230 kV	RN/CE	2,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	SE Teresina III em 230/69 kV	PI	1,0	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV; SE Maceió II, 230/69 kV; SE Poções II 230/138kV	SE/AL/BA	3,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	SE Pirajá 230/69 KV		1,0	10/05/2012	10/05/2042
017/2012	SE Mirueira II 230/69 kV; SE Jaboatão II 230/69 kV	PE	2,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Touros, 230 kV; SE Mossoró IV, 230 kV.	RN	2,0	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	SE Igaporã III 500/230 KV; SE Pindaí II 230 KV	BA	2,0	01/06/2012	01/06/2042
			16,0		

(*) Informações não auditadas.

Notas Explicativas**2.2 – Controladas, controladas em conjunto e Coligada**

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

2.2.1 - Geração

- Geração Hidráulica**

Número do Contrato	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW (**)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
002/2007	UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	Aripuanã	261,000	2007	2042
002/2008	UHE Jirau (*)	ESBR Participações S.A.	20,00%	Madeira	3.750,000	2008	2043
Em construção:							
001/2010	UHE Belo Monte	Norte Energia S.A.	15,00%	Xingu	11.233,100	2010	2045
001/2014	UHE Sinop	Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	Teles Pires	400,000	2014	2049

(*) Em setembro/2013, a Companhia deu início à sua operação, estando atualmente em funcionamento com 20 Unidades Geradoras, com 75 MW, de um total de 50 Unidades Geradoras.

(**) Informações não auditadas.

Notas Explicativas

• Geração Eólica

Número da Portaria	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW (*)	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
Em serviço:							
123/2011	UEE Pedra Branca	Pedra Branca S.A.	49,00%	Pedra Branca(BA)	30,00	2011	2046
131/2011	UEE Sete Gameleiras	Sete Gameleiras S.A.	49,00%	Sete Gameleiras (BA)	30,00	2011	2046
132/2011	UEE São Pedro do Lago	São Pedro do Lago S.A.	49,00%	São Pedro do Lago (BA)	30,00	2011	2046
Em construção:							
388/2012	UEE Caiçara I	EOL Caiçara I S.A.	49,00%	Cruz (CE)	30,00	2012	2047
399/2012	UEE Junco I	EOL Junco I S.A.	49,00%	Jijoca de Jericoacoara (CE)	30,00	2012	2047
417/2012	UEE Junco II	EOL Junco II S.A.	49,00%	Jijoca de Jericoacoara (CE)	30,00	2012	2047
418/2012	UEE Caiçara II	EOL Caiçara II S.A.	49,00%	Cruz (CE)	21,00	2012	2047
052/2014	UEE Baraúnas I	Baraúnas I	49,00%	Sento Sé (BA)	29,70	2014	2049
053/2014	UEE Morro Branco I	Morro Branco I	49,00%	Sento Sé (BA)	29,70	2014	2049
067/2014	UEE Mussambê	Mussambê	49,00%	Sento Sé (BA)	29,70	2014	2049
102/2014	UEE Santa Joana XI	Ventos de Santa Joana XI	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
105/2014	UEE Santa Joana XVI	Ventos de Santa Joana XVI	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
106/2014	UEE Santa Joana X	Ventos de Santa Joana X	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
107/2014	UEE Santa Joana XIII	Ventos de Santa Joana XIII	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
119/2014	UEE Santa Joana XII	Ventos de Santa Joana XII	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
121/2014	UEE Santa Joana XV	Ventos de Santa Joana XV	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
122/2014	UEE Santa Joana IX	Ventos de Santa Joana IX	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
150/2014	UEE Acauã	Acauã Energia S.A.	99,93%	Pindaí (BA)	12,00	2014	2049
151/2014	UEE Arapapá	Arapapá Energia S.A.	99,90%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
152/2014	UEE Angical 2	Angical 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
153/2014	UEE Teiú 2	Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
154/2014	UEE Caititú 2	Caititú 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
174/2014	UEE Carcará	Carcará Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
176/2014	UEE Corrupião 3	Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
177/2014	UEE Caititú 3	Caititú 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
213/2014	UEE Papagaio	Papagaio Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	18,00	2014	2049
219/2014	UEE Coqueirinho 2	Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	Pindaí (BA)	20,00	2014	2049
221/2014	UEE Santa Joana IV	Ventos de Santa Joana IV	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
234/2014	UEE Serra das Vacas I	Serra das Vacas I S.A.	49,00%	Saloá (PE)	30,00	2014	2049
238/2014	UEE Santa Joana V	Ventos de Santa Joana V	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
240/2014	UEE Serra das Vacas II	Serra das Vacas II S.A.	49,00%	Saloá (PE)	30,00	2014	2049
251/2014	UEE Serra das Vacas III	Serra das Vacas III S.A.	49,00%	Saloá (PE)	30,00	2014	2049
263/2014	UEE Serra das Vacas IV	Serra das Vacas IV S.A.	49,00%	Saloá (PE)	30,00	2014	2049
271/2014	UEE Santa Joana III	Ventos de Santa Joana III	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
272/2014	UEE Santa Joana I	Ventos de Santa Joana I	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
274/2014	UEE Santo Augusto IV	Ventos de Santo Augusto IV	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
275/2014	UEE Santa Joana VII	Ventos de Santa Joana VII	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
286/2014	UEE Tamanduá Mirim 2	Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	49,00%	Pindaí (BA)	24,00	2014	2049
287/2014	UEE Banda de Couro	Banda de Couro S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	29,70	2014	2049
354/2014	UEE Baraúnas II	Baraúnas II S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	21,60	2014	2049

(*) Informações não auditadas.

Notas Explicativas

Ver nota explicativa 16.4 para informações sobre combinação de negócios ocorrida no exercício de 2014, referente aquisição de controle das empresas Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititú 2 Energia S.A., Caititú 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A. e Teiú 2 Energia S.A. (Complexo Eólico Pindaí I), e Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A. (Complexo Eólico Pindaí II).

2.2.2 – Transmissão

- Linhas de transmissão**

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza, em 500 KV	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	PI, CE	546,0	2004	2034
002/2006	LT Colinas - Miracema - Gurupi - Peixe Nova - Serra da Mesa II, em 500 kV	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	TO, GO	695,0	2006	2036
010/2008	LT Oriximiná - Silves - Lechunga (AM), em 500 kV	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	PA, AM	559,0	2008	2038
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II, em 600 KV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO, SP	2.375,0	2009	2039
					4.175,0		
Em construção:							
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III, em 230 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	156,0	2010	2040
008/2011	LT Ceará-Mirim II- João Câmara III, em 500 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	RN/PB	64,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III, em 500 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	RN/PB	201,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim II - Extremoz II, em 230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	RN/PB	26,0	2011	2041
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II, em 230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	RN/PB	8,5	2011	2041
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	224,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns - Campina Grande III, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	190,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns - Pau Ferro, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	239,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns - Angelim I, em 230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	13,0	2011	2041
					1.121,5		

(*) Informações não auditadas.

Notas Explicativas

• Subestações

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Quantidade (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
015/2009	Estação Retificadora nº 02 CA/CC em 500/600 kV; Estação Inversora nº 02 CC/CA em 600/500 kV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO/SP	2,0	2009	2039
004/2010	SE Pecém II, em 500/230 kV; SE Aquiraz II, em 230/69 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	2,0	2010	2040
008/2011	SE João Câmara II, em 500/138 kV; SE Ceará-Mirim II, em 500/230 kV.	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	RN/PB	2,0	2011	2041
					6,0		
Em construção:							
008/2011	SE Campina Grande III, em 500/230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	RN/PB	1,0	2011	2041
022/2011	SE Garanhuns, em 500/230 kV; SE Pau Ferro, em 500/230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	2,0	2011	2041
					3,0		

(*) Informações não auditadas.

2.3 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica – Indenização Complementar

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

Destaca-se entre as mudanças no modelo de negócios a alteração do regime de preço para tarifa calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos de remuneração, com revisões periódicas e alocação das cotas de garantia físicas de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. E para a transmissão a tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) foi definida para cobrir os custos de operação e manutenção, acrescida de remuneração.

A Resolução Normativa Aneel nº 596, de 19 de dezembro de 2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento da indenização complementar referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico e em 11/12/2014, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, para fins do processo de indenização dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à ANEEL é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O recebimento, se aprovado, se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 10/12/2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar

Notas Explicativas

um laudo de avaliação, que deverá contemplar o Valor Novo de Reposição-VNR dos ativos que compõem as instalações existentes em 31 de maio de 2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013. O valor da indenização complementar requerida à ANEEL é de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012.

A Companhia esclarece que os valores requeridos das indenizações complementares dos ativos de geração de energia elétrica e das instalações de transmissão estão sujeitos à aprovação pela ANEEL, conforme previsto nas Resoluções ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e nº 589, de 10/12/2013, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2014, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 março de 2015, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

3.2. Base de elaboração e mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda corrente e legal do País, o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

4.1. Investimentos em controladas em conjunto

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia as informações financeiras referentes às empresas controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18(R2) (IAS 28), em seus itens 24 e 25, utiliza para a determinação do valor da equivalência patrimonial de seus investimentos em controladas em conjunto, o valor do patrimônio líquido das investidas com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Ocorrendo a indisponibilidade de demonstrações financeiras por parte da investida em data coincidente à da Investidora há a utilização de demonstrações com defasagem de 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia.

4.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

4.3. Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4.4. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente do curso normal das atividades da Companhia, excluídos descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o seu valor pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades.

Compreendem ainda as seguintes:

Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo *pro rata* e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto.

Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção dos ativos da transmissão com base no custo incorrido.

Receita de construção para as expansões, reforços e melhorias da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica não apurando margem na construção.

4.5. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de

Notas Explicativas

Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

4.6. Tributação

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

4.6.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

4.6.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

4.7. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Inclui principalmente os ativos de geração, que não foram objetos de renovação das concessões dispostos na Medida Provisória nº 579/2012, e ativos administrativos.

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício.

Os custos de financiamentos e empréstimos também são acrescentados ao custo total dos ativos adquiridos ou construídos, até a data em que tais ativos estiverem prontos para o uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Notas Explicativas

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

4.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e são identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O projeto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o projeto gerará benefícios econômicos;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o projeto;
- O gasto atribuível ao projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

4.9. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

4.9.1 Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o

Notas Explicativas

julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

4.9.2 Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

4.10. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

4.11. Instrumentos financeiros

4.11.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, indenizações a receber do poder concedente, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, concessão de serviço público e outros créditos.

Notas Explicativas

4.11.1.1. Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são classificados a *valor justo por meio do resultado*, quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros a *valor justo por meio do resultado* são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como *mantidos até o vencimento* quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

4.11.1.2. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, por força de um acordo de "repasse"; e (a) A Companhia transfere todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transfere nem retém todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

4.11.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como financiamentos e empréstimos, passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, e mantidos para negociação. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de financiamentos e empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos.

4.11.2.1. Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Financiamentos e empréstimos**

Após o reconhecimento inicial, financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

- **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a *valor justo por meio do resultado* incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas**4.11.2.2. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.11.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado, no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração foi preparada seguindo as disposições do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, enquanto que para as IFRS representa informação financeira adicional.

4.13. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Destacam-se a seguir as normas, emendas a normas e interpretações IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2014. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

Norma	Data de Entrada em Vigor	Comentários
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes	A partir de 01/01/2017	Reconhecimento pela entidade do montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens e serviços.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração	A partir de 01/01/2018	Substitui as orientações existentes na IAS 39, incluindo orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Contas Regulatórias de Diferimento)
- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012

Notas Explicativas

- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes à algumas *IFRS* acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos *IFRS* está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

4.14. Benefícios a empregados

4.14.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.14.2. Benefícios pós-emprego

a) Obrigações de aposentadoria

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

A obrigação líquida quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrem.

4.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e na média ponderada de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da quantidade das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e da IAS 33.

Notas Explicativas**4.16. Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 (IAS 37) e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia, conforme previsão legal.

4.17. Demais Práticas Contábeis**a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- Ativos e passivos fiscais diferidos - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados.

Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- Provisões - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- Contratos onerosos - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso.

O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.

- Valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou

Notas Explicativas

unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.

- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público - A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do poder concedente relacionados a Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.
- Obrigações atuariais - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- Vida útil dos bens do imobilizado – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.
- Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, foi deflagrada, em 2014, a chamada “Operação Lava-Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras no setor de óleo e gás do Brasil. Até a data de divulgação das Demonstrações Financeiras de 2014, a Companhia e seus administradores, não haviam sido notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva contra as empresas Eletrobras, seus projetos ou seus administradores, eventualmente decorrentes de fatos conexos com a Operação Lava Jato. A despeito disso, a Companhia adotou algumas providências acautelatórias de caráter interno, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa na medida em que se relacionem com as empresas Eletrobras e seus projetos, não tendo identificado qualquer atividade ilegal relacionada ao tema. Dentre outras providências já concluídas, em razão das notícias divulgadas na imprensa envolvendo empresas que prestam serviços para 2 (duas) sociedades de propósito específico (“SPEs”) Norte Energia S.A (UHE Belo Monte) e Energia Sustentável do Brasil SA. (Usina HE Jirau), em março de 2015 foram abertas comissões de correição, a fim de efetuar verificações sobre os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. Os trabalhos dessas comissões ainda se encontram em curso. A Eletrobras, em acréscimo às providências acima citadas, encaminhou correspondências, em março de 2015, a autoridades encarregadas pelas citadas investigações, e solicitou que lhe fosse esclarecido se (i) há informações ou provas no âmbito da Operação Lava Jato que possam afetar as empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso positivo, que lhe seja dado acesso aos referidos documentos. No entanto, até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Eletrobras não havia obtido resposta às suas indagações. Com base nas informações disponíveis para a Companhia até o momento, a estimativa da Administração é que eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas suas Demonstrações Financeiras relativas a 2014.

Notas Explicativas**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência e ajustados a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

d) Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Ativos indexados

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço, e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

g) Ativo financeiro – Concessões de serviço público

Refere-se a ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de energia elétrica pela Receita Anual Permitida ou por indenização.

O Ativo financeiro - Receita Anual Permitida é o valor estimado de recebimento durante o prazo de concessão.

O Ativo financeiro indenizável refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (*IFRIC 12*) e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão. Esses ativos financeiros são remunerados por taxa interna de retorno calculada com base no fluxo de caixa projetado desses investimentos.

Os valores de indenização a receber do poder concedente, decorrente das instalações objeto de renovação serão recebidos reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo: 50% à vista, paga 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria nº 580/2012, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Notas Explicativas**h) Ajuste a Valor Presente**

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e as de curto prazo quanto o efeito é considerando relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

i) Resultado

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene, calculada com base no lucro da exploração (nota 34).

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente de juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, dos valores a receber - Lei nº 12.783/2013 e financiamentos e empréstimo, e são reconhecidas pelo regime de competência.

4.18. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO SETOR ELÉTRICO**4.18.1 - Receita Anual Permitida – RAP**

A Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos.

Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

4.18.2. Receita Anual de Geração - RAG

Homologada pela Aneel, corresponde à receita pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

4.18.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

4.18.4. Reserva Global de Reversão - RGR

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Lei nº 12.431, de 24/06/2011. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão é exercida pela Eletrobras. As concessões de Geração e Transmissão de energia elétrica prorrogada ou licitada nos termos da lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1ª de janeiro de 2013, do recolhimento da cota anual da RGR.

Notas Explicativas**4.18.5. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa**

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

4.18.6. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel. A partir da Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passou a ser recolhida pela Companhia e arrecadada das distribuidoras por meio de seu faturamento.

4.18.7. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC

Criada pelo Decreto nº 73.102/1973 é paga mensalmente por todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do País. Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel, para cada concessionária, em função do seu mercado, e podem variar conforme a necessidade de uso das usinas termoeletricas. Sua gestão é exercida pela Eletrobras. A Lei nº 12.783/2013, extinguiu o rateio do custo de consumo de combustíveis para Geração a partir de 2013.

4.18.8. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras, a partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

4.18.9. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

Notas Explicativas**4.18.10. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE**

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

4.18.11. Encargo de Energia de Reserva - EER

Encargo cobrado de todos os usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, decorrente da comercialização da Energia de Reserva existente a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, com objetivo de elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN. Em janeiro de 2009, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passou a representar os agentes de consumo dessa energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes (Contratos de Energia de Reserva - CER), pelo recolhimento do encargo e gestão da Conta de Energia de Reserva - CONER. O encargo é apurado de acordo com as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, aprovadas por meio da Resolução Normativa da Aneel nº 385/2009.

5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO**a) Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existent. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

b) Participação de não controladores

A Companhia mensura a participação de não-controladores na investida pela participação proporcional nos ativos líquidos.

c) Controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Chesf e das empresas do Complexo Eólico Pindaí I e do Complexo Eólico Pindaí II, nas quais a Companhia passou a deter o controle acionário em 2014, não apresentando, portanto, posição consolidada em 31/12/2013. Para fins de consolidação e de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações acionárias conforme descritas no quadro 16.1.1.

Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial e consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) (IAS 28), em seus itens 33 e 34, são levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, ainda de acordo com os citados pronunciamentos, tornou-se necessária a utilização de demonstrações com defasagem de até 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes, quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações

Notas Explicativas

relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes. Desta forma, foram utilizadas as demonstrações financeiras das investidas para equivalência patrimonial e consolidação, quando aplicável, de 30 de novembro de 2014.

d) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir

e) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	11.241	145.978	11.242
Aplicações financeiras	624.912	695.133	646.821
Total	636.153	841.111	658.063

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em fundos exclusivos extramercado com carteira composta, em sua maioria, de títulos de emissão do Tesouro Nacional caracterizadas por operações compromissadas, que possuem garantia de recompra diária pelas instituições financeiras a uma taxa previamente estabelecida pelas partes. Adicionalmente, as aplicações financeiras de curto prazo também contemplam LTN, NTN e LFT com vencimentos em até 90 dias.

A composição das aplicações financeiras era a seguinte em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Notas Explicativas

		Controladora e Consolidado	Controladora
	Índice de correção	31/12/2014	31/12/2013
Aplicação financeira			
Banco do Brasil			
BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF	11,57%	94.574	128.509
LTN		43.018	28.290
NTN-F		414	58.502
Operações compromissadas		51.142	41.717
BBDTVM Extramercado - FAE 2	9,96%	314.238	243.418
LTN		314.238	243.418
Caixa Econômica Federal			
FI CX Extramercado III IRFM-1 RF	9,50%	140.162	1.130
LTN		86.562	-
Operações compromissadas		53.600	1.130
FI CX Extramercado IV IRFM RF LP	11,54%	75.938	322.076
LTN		37.983	278.895
Operações compromissadas		37.955	43.181
Total		624.912	695.133

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e valores mobiliários possuem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			Controladora
	Vencimento	Remuneração	31/12/2014	31/12/2013
Participações minoritárias	-	JCP/Dividendos	20	25
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	Após 90 dias	Pré Fixado	544.006	989.360
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - B	Após 90 dias	IPCA	118.321	810.890
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - F	Após 90 dias	Pré Fixado	16.168	167.033
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	28/12/2015	TR + 6% a.a.	372	191
Títulos da dívida agrária – TDA	Até março/2015	TR + 3% a.a.	4.423	4.465
Total Circulante			683.310	1.971.964
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	24/03/2029	TR + 6% a.a.	151	357
Títulos da dívida agrária – TDA	Até março/2019	TR + 3% a.a.	3.332	3.225
Total Não Circulante			3.483	3.582
Total			686.793	1.975.546

As ações ordinárias e preferenciais representam, principalmente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estão ajustadas ao provável valor de realização e registradas no Ativo Circulante.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994 classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*. Durante o exercício de 2014, as Notas do Tesouro Nacional - NTN - série P tiveram taxa efetiva média no valor de 3,93% a.a.

Notas Explicativas

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificados como *títulos mantidos até o vencimento*. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo possuem vencimentos até 2019. Durante o exercício de 2014, os Títulos da Dívida Agrária - TDA tiveram taxa efetiva média no valor de 3,32% a.a.

A Companhia mantém aplicações em ativos financeiros em fundos exclusivos extramercado com carteira composta substancialmente de títulos públicos federais (LTNs e NTNs, séries B e F), emitidos pelo Tesouro Nacional, junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM e à Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para empresas estatais emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, e da Resolução nº 4.034, de 30/11/2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu os mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, estando classificada como mantida para negociação e mensurada a valor justo por meio do resultado.

		Controladora e Consolidado				Controladora			
	Indexador	31/12/2014				31/12/2013			
		Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação
Títulos públicos									
Banco do Brasil									
BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF		341.217	346.987	(5.770)	100,00%	716.894	717.657	(763)	100,00%
LTN	Pré-fixado	317.816	324.147	(6.331)		522.111	537.316	(15.205)	
NTN-B	IPCA	7.096	6.672	424		17.130	15.493	1.637	
NTN-F	Pré-fixado	16.305	16.168	137		177.653	164.848	12.805	
Caixa Econômica Federal									
FI CX Extramercado III IRFM-1 RF		161.911	161.489	422	100,00%	4.701	4.410	291	100,00%
LTN	Pré-fixado	161.911	161.489	422		2.299	2.225	74	
NTN-F	Pré-fixado	-	-	-		2.402	2.185	217	
FI CX Extramercado IV IRFM RF LP		172.417	170.019	2.398	100,00%	1.377.645	1.245.216	132.429	100,00%
LTN	Pré-fixado	58.540	58.370	170		451.157	449.819	1.338	
NTN-B	IPCA	113.877	111.649	2.228		926.488	795.397	131.091	
Total		675.545	678.495	(2.950)		2.099.240	1.967.283	131.957	

No exercício, os fundos tiveram as seguintes valorizações:

	Remuneração do exercício
Banco do Brasil FAE2	9,96%
Banco do Brasil Extram. Exclusivo 8	11,57%
FI Caixa Extramercado IV	11,54%
FI Caixa Extramercado III	9,50%

Notas Explicativas

8 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	Controladora e Consolidado				Controladora	
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2014	31/12/2013
<u>Circulante</u>						
Suprimento de energia	121.318	3.679	79.636	83.315	204.633	212.405
Fornecimento de energia	71.458	5.655	107.436	113.091	184.549	167.602
Disponibilização do Sistema de Transmissão	85.471	2.532	34.562	37.094	122.565	93.235
Conexão ao sistema de transmissão	7.164	2.379	22.602	24.981	32.145	25.256
Comercialização na CCEE	53.282	-	-	-	53.282	-
Parcelamento	4.731	1.711	28.027	29.738	34.469	28.328
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(486)	-	-	-	(486)	(1.174)
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(11.692)	(254.965)	(266.657)	(266.657)	(227.110)
Total Circulante	342.938	4.264	17.298	21.562	364.500	298.542
<u>Não Circulante</u>						
Parcelamento	10.754	-	-	-	10.754	15.916
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(2.150)	-	-	-	(2.150)	(1.582)
Total Não Circulante	8.604	-	-	-	8.604	14.334
Total	351.542	4.264	17.298	21.562	373.104	312.876

• PARCELAMENTO

Parte dos créditos a receber antes relacionados sofreu renegociação conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Ligas do Brasil S.A.	27.079	21.487
Celipa S.A.	15.486	20.648
Santana Têxtil	2.659	2.109
	45.224	44.244
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.738)	(23.596)
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(2.636)	(2.757)
Total	12.850	17.891
Circulante	4.246	3.557
Não Circulante	8.604	14.334

Os parcelamentos têm as seguintes características:

- **Ligas do Brasil S.A. – Libra** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005, estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção do processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001 que se operou em 05/05/2010. Contudo, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança que tramita na 17ª vara cível da capital, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação de créditos relativos a faturas atrasadas.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

Notas Explicativas

- **Celipa S.A.** - Plano de Recuperação Judicial, no valor de R\$ 25.810, aprovado em 01/09/2012 pela Assembleia de Credores. Esse valor deverá ser pago pela Celipa em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. A Companhia mantém provisão de ajuste a valor presente deste contas a receber no valor de R\$ 2.636.
- **Santana Têxtil** – Termos de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2012 no valor de R\$ 4.055, pagável em 24 (vinte e quatro) parcelas; datado de 18/06/2012, com suas respectivas parcelas corrigidas pela SELIC mais juros de 1% a.m..

A Companhia registrou no exercício provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

• PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Controladora e Consolidado
Saldos em 31/12/2013	(227.110)
Constituição	(39.547)
Saldos em 31/12/2014	(266.657)

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável. Considera uma análise individual das contas a receber vencidas, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

9 – VALORES A RECEBER – LEI Nº 12.783 / 2013

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Anterior	2.709.735	7.456.516
Valores Recebidos	(1.041.875)	(5.089.452)
Atualização do exercício	425.672	342.671
Total	2.093.532	2.709.735
Circulante	1.605.710	1.254.584
Não-Circulante	487.822	1.455.151

Conforme facultado pelo art. 4º da Portaria nº 580/2012, a Companhia solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, paga 45 dias após a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Os valores a receber decorrente dessa indenização são reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até a data do seu efetivo pagamento.

Notas Explicativas**10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO****10.1 - Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
<u>Circulante</u>			
IRPJ/CSLL	59.241	79.540	59.263
IR Fonte	-	82	53
Finsocial	2.210	2.076	2.210
PIS/Pasep	2.379	2.119	2.380
Cofins	10.956	9.761	10.959
Outros	1.267	2.009	1.274
	76.053	95.587	76.139
<u>Não Circulante</u>			
Finsocial	6.796	6.383	6.796
PIS/Pasep	15.886	15.007	15.886
Cofins	141.906	134.056	141.906
	164.588	155.446	164.588
Total	240.641	251.033	240.727

PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficiou as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados. Com base no Código Tributário Nacional - CTN, a Companhia ingressou, em 09 de junho de 2005, com requerimento administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias, em julho de 2006, para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal - STF, ao analisar a constitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 118/2005 (RE 566.621/RS), concluiu que o prazo prescricional de 10 (dez) anos incide apenas sobre os processos ajuizados ou requerimentos administrativos apresentados até 08 de junho de 2005. Tendo em vista esse entendimento da Suprema Corte, a União Federal (Fazenda Nacional) impugnou a liquidação da condenação (apuração dos valores) e também ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, visando desconstituir parcialmente a decisão favorável obtida.

Em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF é provável que os recursos pendentes de julgamento retornem aos órgãos de origem para adequação à orientação da Corte Constitucional.

Consubstanciado na opinião dos seus consultores jurídicos sobre a ação judicial referente à Cofins, com sentença já transitada em julgado, no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon e na Deliberação CVM nº 594/2009, a Companhia registrou contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar, o montante estimado de crédito pleiteado a valor original corrigido, correspondente a R\$ 141.906, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Em relação ao Pis/Pasep, a ação judicial também teve sua sentença transitada em julgado e atualmente encontra-se em fase de liquidação de valores, com crédito fiscal estimado relativo ao período de agosto de 2001 a novembro de 2002, que, atualizado até o final deste exercício, corresponde a R\$ 15.886, registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar de acordo com o comunicado técnico do Ibracon e com a deliberação da CVM citados anteriormente.

Notas Explicativas

Devido ao entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF de que o prazo prescricional de 10 (dez) anos incide apenas sobre os processos ajuizados ou requerimentos administrativos apresentados até 08 de junho de 2005, a Companhia registrou contabilmente os valores referentes ao Pis/Pasep e a Cofins, considerando o prazo de 5 (cinco) anos.

10.2 - Ativos fiscais diferidos

• Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social

A Companhia reconheceu em 31/12/2013, integralmente em seu Ativo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nos 595 e 599, ambas de 15/09/2009, ativos diferidos, no montante de R\$ 1.954.740, resultantes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias		
. Provisões para contingências	1.429.080	1.404.872
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	543.090	269.796
. Provisão para perdas – estudos e projetos	10.882	10.882
. Programa de incentivo ao desligamento de pessoal	-	166.189
. Provisão Seguro de Vida – Avaliação Atuarial	81.922	81.922
. Adoção das novas práticas - BRGAAP	3.065.071	3.554.693
. Outras provisões	367.867	384.799
	5.497.912	5.873.153
Prejuízo fiscal	742.351	513.798
Base negativa da contribuição social	1.069.778	850.693
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	1.374.478	1.221.144
. Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	185.587	128.450
. Contribuição social sobre diferenças temporárias	494.812	528.584
. Contribuição social sobre base negativa	96.281	76.562
Créditos fiscais	2.151.158	1.954.740
. Créditos fiscais baixados no PL	(465.635)	-
. Créditos fiscais baixados no resultado	(1.685.523)	-
Não circulante	-	1.954.740

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 32, e em virtude de prejuízos fiscais apurados nos três últimos exercícios, a Companhia realizou em 31 de dezembro de 2014, a reversão integral do ativo fiscal diferido, sendo R\$ 465.635 em outros resultados abrangentes e R\$ 1.685.523 diretamente no resultado. No momento em que a avaliação indique a realização do crédito fiscal diferido, tal tratamento será reavaliado e o crédito poderá ser reconstituído.

• REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO – RTT

No dia 14 de maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627/2013, foi convertida na atual Lei nº 12.973/2014 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/1977 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (iv) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei nº 12.973/2014 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não antecipação prevista na referida legislação tendo em vista que não havia sido identificado nenhum benefício para a Companhia e ainda pelo fato da Receita Federal do

Notas Explicativas

Brasil - RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos ocorrida durante o período de 2014.

11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**a) Composição**

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
<u>Circulante</u>		
Cauções e outros depósitos vinculados	10.982	10.982
	10.982	10.982
<u>Não Circulante</u>		
Depósitos vinculados a litígios	575.757	526.730
Cauções e outros depósitos vinculados	66.138	139.837
	641.895	666.567
Total	652.877	677.549

b) Depósitos vinculados a litígios

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	161.160	152.455
Cíveis	337.753	291.787
Fiscais	76.844	82.488
Total	575.757	526.730

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/12/2014, R\$ 472.474 (R\$ 427.412, em 31/12/2013) estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, com risco de perda provável, demonstrados na nota 26.

O valor referente à atualização monetária, registrado no exercício de 2014 como receita financeira é de R\$ 36.138 (R\$ 24.191 em 2013).

c) Cauções e outros depósitos vinculados

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
<u>Circulante</u>		
Cauções referentes a leilões de energia elétrica	10.980	10.980
Outros	2	2
	10.982	10.982
<u>Não Circulante</u>		
Caução contratual BB	30.150	107.290
Carta de crédito BNB	34.906	31.465
Garantia contratual BNB	1.082	1.082
	66.138	139.837
Total	77.120	150.819

A natureza e finalidade dessas cauções/garantias estão demonstradas na nota 21.

Notas Explicativas**12 – ALMOXARIFADO**

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Matéria-prima para a produção de energia elétrica	2.367	9.586
Material		
Almoxarifado	62.748	59.217
Destinado a alienação	21.297	19.123
Outros	2.525	2.119
	86.570	80.459
Adiantamentos a fornecedores	445	381
Total	89.382	90.426

13 – SERVIÇOS EM CURSO

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Pessoal	35.633	27.657
Material	9.126	8.809
Serviços de terceiros	92.251	79.276
Pesquisa e desenvolvimento	2.226	-
Outros	5.141	79.819
	144.377	195.561
Não Circulante		
Outros	75.000	-
	75.000	-
Total	219.377	195.561

Os serviços em curso estão relacionados aos gastos com pessoal, material, serviços, dentre outros, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria Companhia, bem como os valores relativos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, gastos reembolsáveis, a exemplo de estudos e projeto que serão objetos de leilão, que quando de sua conclusão poderão em função de seu desfecho, serem classificados como contas a receber, imobilizado, intangível ou resultado.

14 – ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente - Governo Federal representado pela Aneel - sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

A tarifação da transmissão é controlada pela Aneel, reajustada anualmente e revisada a cada período de cinco anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Companhia como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança dos serviços é feita diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da Receita Anual Permitida – RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS via avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação na modalidade preço para as usinas que não tiveram a sua concessão prorrogada e tarifação para as demais usinas, e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de

Notas Explicativas

compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na nota 2.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) e a OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão desses serviços.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) aplica-se aos contratos de concessão público-privados nos quais o Poder Concedente:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- Existe uma infraestrutura subjacente à concessão, a qual é utilizada para prestar serviços;
- Existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, diretamente do concedente, dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou onerosa.

Tanto no negócio de Transmissão de energia elétrica quanto no negócio de Geração, relacionado às usinas que tiveram suas concessões prorrogadas, a ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu um Ativo Financeiro correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Financeiro indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 1.482.870 como contas a receber do Poder Concedente, após os efeitos da Lei nº 12.783/2013, referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 1.404.847, em 31/12/2013). Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão, Ativo financeiro – RAP, R\$ 2.925.624 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.130.474, em 31/12/2013), foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos Ativos Financeiros – concessão do serviço público e o Ativo financeiro – indenizável, sendo que este representa o menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição, dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão no término do contrato.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio do fluxo de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas através da Receita Anual Permitida – RAP, deduzida da parcela correspondente a remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término do contrato de concessão, ajustado pela correspondente taxa interna de retorno.

Com o advento da Lei nº 12.783/2013, parte das instalações de transmissão prorrogadas foram indenizadas, restando as instalações relativas a Rede Básica do Serviço Existente – RBSE, cuja indenização foi mensurada pelo menor valor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição e estão apresentadas no item ativo financeiro indenizável. Esses valores estão previstos para serem recebidos dentro do prazo remanescente da concessão.

Notas Explicativas**14.1 – Movimentação do Ativo Financeiro**

Em 2014, esses ativos financeiros tiveram a seguinte movimentação:

	Controladora	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2013	Movimentação					Saldo em 31/12/2014
		Ingressos	Atualização	Provisão reversão	Amortização	Impairment	
Transmissão							
Ativo financeiro indenizável	1.404.847	78.023	-	-	-	-	1.482.870
Ativo financeiro – RAP	2.130.474	874.853	-	-	(79.703)	-	2.925.624
(-) Impairment da transmissão	(638.206)	-	-	-	-	(323.316)	(961.522)
(-) Provisão	(177.208)	-	-	177.208	-	-	-
Geração							
Ativo financeiro indenizável	69.707	88.641	-	-	-	-	158.348
(-) Impairment da geração	-	-	-	-	-	(24.827)	(24.827)
(-) Provisão	(69.707)	-	-	69.707	-	-	-
Total	2.719.907	1.041.517	-	246.915	(79.703)	(348.143)	3.580.493
Circulante	74.448						77.833
Não Circulante	2.645.459						3.502.660

	Controladora	Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2012	Movimentação					Saldo em 31/12/2013
		Ingressos	Atualização	Provisão	Amortização	Impairment	
Transmissão							
Ativo financeiro indenizável	1.343.489	61.358	-	-	-	(638.206)	766.641
Ativo financeiro – RAP	1.333.239	808.525	44.390	-	(55.680)	-	2.130.474
(-) Provisão	-	-	-	(177.208)	-	-	(177.208)
Geração							
Ativo financeiro indenizável	-	69.707	-	-	-	-	69.707
(-) Provisão	-	-	-	(69.707)	-	-	(69.707)
Total	2.676.728	939.590	44.390	(246.915)	(55.680)	(638.206)	2.719.907
Circulante	77.023						74.448
Não Circulante	2.599.705						2.645.459

A Aneel, mediante as Resoluções Normativas nº 642 e 643, de 16/12/2014, trouxe nova regulamentação sobre os critérios de estabelecimentos de receita e recuperabilidade dos investimentos realizados em Reforços e Melhorias nas instalações alcançadas pela Lei 12.783/2013. Visando o adequado reflexo patrimonial dessa nova regulamentação, a Companhia realizou a reversão dos valores anteriormente provisionados, no montante de R\$ 246.915, passando a avaliar a recuperabilidade desses investimentos por meio de testes de impairment associados a unidade geradora de caixa relativa ao respectivo contrato de concessão.

14.2 – Teste de Recuperabilidade de ativos - Impairment

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,57% a.a. para o segmento de transmissão e 6,69% a.a. para o segmento de geração. A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de geração, no montante de R\$ 24.827, e de transmissão, no montante de R\$ 323.316.

Notas Explicativas

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Ativo Financeiro (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment reconhecido em 2013	Impairment reconhecido em 2014
<u>Geração</u>					
UHE Boa Esperança	2042	28.198	6,69%	-	-
Complexo Paulo Afonso	2042	87.664	6,69%	-	-
UHE Pedra	2042	1.323	6,69%	-	-
UHE Funil	2042	2.047	6,69%	-	-
UHE Luiz Gonzaga	2042	27.567	6,69%	-	(24.827)
UHE Xingó	2042	11.549	6,69%	-	-
		158.348			(24.827)
<u>Transmissão</u>					
Contratos de transmissão	Até 2042	3.221.465	6,57%	(638.206)	(323.316)
		3.221.465			(323.316)
Total		3.379.813			(348.143)

15 - OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
<u>Circulante</u>			
Adiantamentos a empregados	30.391	16.404	30.394
Financiamentos a terceiros	3.337	3.404	3.337
Alienações em curso	17.104	15.896	17.104
Desativações em curso	256	13.903	256
Gastos reembolsáveis	11.672	9.908	11.672
Alienações de bens e direitos	14.933	2.084	14.933
Adiantamentos a fornecedores	16.621	16.370	117.004
Adiantamentos à Eletropar	5.279	5.279	5.279
Dividendos a receber	20.989	25.090	20.989
Serviços prestados a terceiros	9.268	9.594	9.268
Serviços em curso	144.377	195.561	144.377
Fachesf Saúde Mais	34.657	114.043	34.657
Ressarcimento CFURH	11.836	-	11.836
Outras provisões operacionais	(14.092)	(15.410)	(14.092)
Outros	13.960	25.405	13.960
	320.588	437.531	420.974
<u>Não Circulante</u>			
Adiantamentos à Eletropar	1.456	1.456	1.456
FGTS - Conta-Empresa	4.347	4.185	4.347
Bens destinados a alienação	12.479	10.432	12.479
Financiamentos a terceiros	4.003	-	4.003
Serviços em curso	75.000	-	75.000
Fachesf Saúde Mais	104.288	-	104.288
Adiantamentos a controladas em conjunto	590.015	277.800	590.015
Adiantamentos consórcios	-	33.226	-
Reserva Global de Reversão	3.776	-	3.776
Outros	12	7.335	664
	795.376	334.434	796.028
Total	1.115.964	771.965	1.217.002

Notas Explicativas

15.1 – Dividendos a receber

Correspondem aos dividendos a receber das SPEs conforme quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Manaus Construtora Ltda.	12.350	9.377
Energética Águas da Pedra S.A.	1.124	3.379
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	7.257	7.556
São Pedro do Lago S.A.	258	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	1.334
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	1.292
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	2.152
Total	20.989	25.090

15.2 – Fachesf Saúde Mais

Corresponde a adiantamentos para cobertura dos gastos referentes ao plano de saúde disponibilizado aos empregados participantes do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV, conforme nota 23.1. Conforme convênio, ao término do plano os valores por ventura não utilizados serão devolvidos a Companhia.

15.3 – Adiantamentos a controladas em conjunto (AFAC)

Corresponde a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes SPEs:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	453.761	178.150
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	86.000
Manaus Transmissora de Energia S.A.	14.625	13.650
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	20.629	-
Total	590.015	277.800

15.3.1 – Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tem investimento estimado em R\$ 560,0 milhões e RAP de R\$ 31,9 milhões, (base junho de 2011).

Ainda em 2011 a CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, comprometendo-se a permanecer na composição societária até a conclusão de todos os trâmites junto a Aneel, que foi aceita pela Companhia.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da acionista CTEEP seja aprovada pela Aneel e a Chesf assuma a totalidade das ações da SPE.

Notas Explicativas**16 - INVESTIMENTOS****16.1 - Composição:**

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
<u>Participações societárias permanentes</u>			
Controladas	120.656	-	-
Controladas em conjunto	3.887.444	3.095.252	3.887.444
Coligadas	89.580	92.842	89.580
Outras participações	523	543	523
Total participações societárias	4.098.203	3.188.637	3.977.547
<u>Outros investimentos</u>			
Bens e direitos para uso futuro	2.217	2.217	2.217
Outros	1.096	1.093	1.096
Total outros investimentos	3.313	3.310	3.313
Total	4.101.516	3.191.947	3.980.860

Notas Explicativas**16.1.1 – Participação direta**

Empresas	31/12/2014	31/12/2013
<u>Controladas</u>		
Complexo Eólico Pindaí I		
- Acauã Energia S.A.	99,93%	49,00%
- Angical 2 Energia S.A.	99,96%	49,00%
- Arapapá Energia S.A.	99,90%	49,00%
- Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	49,00%
- Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	49,00%
- Carcará Energia S.A.	99,96%	49,00%
- Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	49,00%
- Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	49,00%
Complexo Eólico Pindaí II		
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	49,00%
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	49,00%
<u>Controladas em conjunto</u>		
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	49,00%
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	12,00%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	24,50%
ESBR Participações S.A.	20,00%	20,00%
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	19,50%
Manaus Construtora Ltda.	19,50%	19,50%
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	49,00%
Norte Energia S.A.	15,00%	15,00%
Complexo Eólico Sento Sé I		
- Pedra Branca S.A.	49,00%	49,00%
- São Pedro do Lago S.A.	49,00%	49,00%
- Sete Gameleiras S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Sento Sé II		
- Baraúnas I Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Mussambê Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Morro Branco I Energética S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Sento Sé III		
- Baraúnas II Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Banda de Couro Energética S.A.	49,00%	49,00%
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	49,00%	49,00%
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico VamCruz		
- Usina Energia Eólica Junco I S.A.	49,00%	49,00%
- Usina Energia Eólica Junco II S.A.	49,00%	49,00%
- Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	49,00%	49,00%
- Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Chapada do Piauí I		
- Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Chapada do Piauí II		
- Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Serra das Vacas		
- Eólica Serra das Vacas I S.A.	49,00%	49,00%
- Eólica Serra das Vacas II S.A.	49,00%	49,00%
- Eólica Serra das Vacas III S.A.	49,00%	49,00%
- Eólica Serra das Vacas IV S.A.	49,00%	49,00%
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	24,50%
Complexo Eólico Pindaí III		
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	49,00%	49,00%
<u>Coligada</u>		
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	24,50%

Notas Explicativas

Complexo Eólico Pindaí I

A Companhia, em consórcio com a empresa Sequoia Capital, venceu o 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. Serão implantados oito parques eólicos, através das empresas Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititú 2 Energia S.A., Caititú 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A. e Teiú 2 Energia S.A., constituídas em 14 de novembro de 2013, no município de Pindaí, na Bahia, com 102 MW de potência instalada, com início das operações previsto para setembro/2015 e prazo de duração de 20 (vinte) anos. No final de 2014, ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária. Durante o exercício de 2014, a Companhia realizou aportes de capital nessas SPEs no valor total de R\$ 86.650, sendo: R\$ 7.633 na Acauã; R\$ 12.742 na Angical 2; R\$ 5.102 na Arapapá; R\$ 12.742 na Caititú 2; R\$ 12.742 na Caititú 3; R\$ 12.742 na Carcará; R\$ 12.742 na Corrupião 3; e R\$ 10.205 na Teiú 2; e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 784 (sem comparativo em 2013) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Pindaí II

O Complexo Eólico Pindaí II é formado pelas SPEs Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A., constituídas através do consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedor do Leilão Aneel nº 09/2013 (A-3) realizado em 18 de novembro de 2013, cujo objetivo foi a implantação da UEE Coqueirinho 2, de 20 MW, e da UEE Papagaio, de 18 MW, ambas situadas no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto para janeiro de 2016 e prazo de duração de 20 (vinte) anos. No final de 2014 ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária sobre ambas SPEs. Durante o exercício de 2014, a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 34.762, sendo: R\$ 21.395 na Coqueirinho 2; e R\$ 13.367 na Papagaio e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 28 (sem comparativo em 2013) neste complexo eólico.

Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

A STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. foi constituída em 27/10/2003, a partir do Leilão nº 001/2003-ANEEL, com o objetivo de construir e operar a linha de transmissão de 500kv, em Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com 546 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 005/2004 ANEEL, firmado em 18/02/2004, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A sua operação comercial teve início em janeiro/2006. A participação acionária da Companhia nessa SPE corresponde a 49,0%. Durante o exercício de 2014 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 46.014 (ganho de R\$ 38.082, em 2013).

Integração Transmissora de Energia S.A.

A Integração Transmissora de Energia S.A. foi constituída em 20/12/2005, cujo objeto social é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Composto pela linha de transmissão de 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, com 695 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006 – ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Aneel. A sua operação comercial teve início em maio/2008. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 12,0%, e o prazo da concessão é de 30 (trinta) anos. Durante o exercício de 2014 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 5.573 (ganho de R\$ 3.660, em 2013).

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

A Interligação Elétrica do Madeira S.A. foi constituída em 18/12/2008, através do Leilão ANEEL – 007/2008, da qual a Companhia possui 24,5% do seu capital social. A referida sociedade tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, com 2.375 km, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. A sua operação comercial teve início em agosto de 2013.

Notas Explicativas

Durante o exercício de 2014, a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 40.425 e apurou ganho com equivalência patrimonial de R\$ 32.388 (ganho de R\$ 34.409, em 2013).

ESBR Participações S.A.

A ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Energia Sustentável do Brasil S.A e passou a deter a totalidade de suas ações a partir de maio de 2009. A Energia Sustentável do Brasil S.A. foi criada a partir do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência mínima a ser instalada de 3.750 MW. Em setembro de 2013, a SPE deu início à operação em fase de testes de uma Unidade Geradora, com 75 MW, e finalizou até dezembro de 2014 com 20 unidades em operação comercial. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 20% e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. Durante o exercício de 2014 a Companhia efetivou aportes de capital no montante de R\$ 309.000 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 230.788 (perda de R\$ 38.888, em 2013).

Manaus Transmissora de Energia S.A.

A empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. foi criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Silves (AM), com extensão aproximada de 335 km, e Silves (AM) – Lechuga (AM), com 224 km de extensão aproximada; construção da subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Lechuga (antes denominada Cariri) em 500/230 kV (1.800 MVA), conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato. A Companhia possui participação de 19,5% no capital social da referida empresa. A sua operação comercial teve início em março/2013. Durante o exercício de 2014 a Companhia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 975 (R\$ 13.650, em 2013), e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 8.755 (ganho de R\$ 10.882, em 2013).

Manaus Construtora Ltda.

Em 30/01/2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%. Essa empresa foi criada com o objetivo de construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) de 500/138 kV e a subestação Lechuga (antes denominada Cariri) de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Durante o exercício de 2014 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 4.164 (ganho de R\$ 479, em 2013).

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

A empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia foi constituída em 12/01/2010, a partir do Leilão nº 005/2009-ANEEL, Lote C, objetivando a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da linha de transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, com 156 km de extensão, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500/230 kV (3.600 MVA), e Aquiraz II, em 230/69 kV (450 MVA), localizadas no estado do Ceará. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 anos, a partir de 12/07/2010, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 004/2010 ANEEL. Em novembro/2013 a SPE deu início à operação a Subestação Aquiraz, de 230/69 kv. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 49,0%. Durante o exercício de 2014 a Companhia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 15.000 (R\$ 86.000, em 2013), e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 23.968 (ganho de R\$ 6.798, em 2013).

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. foi constituída em 21/07/2010, a partir do Consórcio Norte Energia, vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, cujo objeto foi a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, da qual a Chesf participa com 15,0%. A UHE Belo Monte será instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade mínima a ser instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 26/08/2010, data da assinatura do Contrato de concessão nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte. No exercício, a Companhia efetivou aportes de capital no montante de R\$ 204.750, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 32.508 (perda de R\$ 6.000, em 2013).

Complexo Eólico Sento Sé I

O Complexo Eólico Sento Sé I é composto pelas SPEs São Pedro do Lago S.A., Pedra Branca S.A., e Sete Gameleiras S.A., constituídas em 07/10/2010, a partir dos consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras, vencedores do Leilão ANEEL nº 007/2010, cujo objeto foi a contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia. A sua operação comercial teve início em janeiro/2013 com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, proveniente de três parques eólicos localizados na região nordeste – UEE Pedra Branca, UEE São Pedro do Lago e UEE Sete Gameleiras - e capacidade para gerar 30,0 MW, cada. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. Durante o exercício de 2014 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 2.123 (perda de R\$ 1.536, em 2013) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Sento Sé II

O Complexo Eólico Sento Sé II é composto pelas SPEs Baraúnas I S.A., Morro Branco I S.A., e Mussambê Energética S.A. constituídas em consórcio com as empresas Brennand Energia e Brennand Energia Eólica a partir do 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), Leilão 005/2013, promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos Baraúnas I, Morro Branco I e Mussambê, no município de Sento Sé, na Bahia, com 29,7 MW de potência instalada cada e com início das operações previsto para setembro/2015 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. A Companhia realizou no exercício, aporte de capital no montante de R\$ 35.558, sendo: R\$ 15.571, na SPE Morro Branco I; e R\$ 19.987 na SPE Mussambê Energética, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 81 (sem comparativos em 2013) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Sento Sé III

O Complexo Eólico Sento Sé III é composto pelas SPEs Banda de Couro S.A. e Baraúnas II Energética S.A, cujo objeto é a implantação dos parques eólicos Banda de Couro e Baraúnas II, no município de Sento Sé, na Bahia, com 29,7 MW e 21,6 MW, respectivamente, de potência instalada e com início de operação previsto para maio/2018 e prazo de duração de 20 (vinte) anos. A Companhia possui 49,0% de participação nesses empreendimentos. Durante o exercício de 2014 a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 1.590, sendo: R\$ 968 na Banda de Couro S.A.; e R\$ 622 na Baraúnas II Energética S.A., e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 14 (sem comparativo em 2013) neste complexo eólico.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

A empresa Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. foi criada em 07/07/2011, vencedora do Leilão nº 001/2011, promovido pela Aneel, em 10/06/2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente a LT Ceará Mirim – João Câmara II, CS, em 500 kV, com 64 km; LT Ceará Mirim – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 201 km; LT Ceará Mirim – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 26 km; LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 8,5 km; LT Secc. J. Câmara II/Extremoz/SE Ceará Mirim, CS, em 230 kV, com 6 km; LT Secc. C. Grande II/Extremoz II, C1 e C2, CS, em 230 kV, com 12,5 km; SE João Câmara II, 500 kV; SE Campina Grande III, 500/230 kV; SE Ceará Mirim, 500/230 kV, e instalação de transmissão de interesse

Notas Explicativas

exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, banco de transformadores 500/138 kV na SE João Câmara II. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos para as instalações de transmissão que comporão a Rede Básica do SIN e de 18 (dezoito) anos para as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, contados a partir de 13/10/2011, conforme Contrato de Concessão nº 008/2011 ANEEL. O prazo previsto para início da operação é janeiro/2015. A Companhia possui 49,0% da participação na investida. Durante o exercício de 2014 a Companhia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 275.611 (R\$ 143.625, em 2013), e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 5.675 (ganho de R\$ 1.452, em 2013).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A foi constituída a partir do Consórcio Garanhuns, vencedor do Lote L do Leilão nº 004/2011, promovido pela Aneel, em 02 de setembro de 2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos e o início das operações está previsto para junho/2015. A Companhia possui 49,0% da participação na investida e realizou, no exercício, aportes de R\$ 66.150 e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 20.629. Durante o exercício de 2014 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 16.717 (ganho de R\$ 2.853, em 2013).

Complexo Eólico VamCruz

A Companhia, em consórcio com a empresa francesa Voltália, venceu o Leilão nº 007/2011, promovido pela Aneel, em 20 de dezembro de 2011, com homologação e adjudicação ocorridas em 06/03/2012, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. As usinas Junco I e II, de 30 MW, cada, serão construídas no município de Jijoca de Jericoacoara, e as usinas Caiçara I e II, de 30 MW e 21 MW, respectivamente, serão construídas no município de Cruz, no Estado do Ceará e totalizarão 111,0 MW de potência instalada, tendo a entrada em operação prevista para janeiro/2016. Em 12/11/2013, houve a transferência das ações da empresa Voltália para a Envolver Participações S.A, ficando a participação da Chesf nos quatro projetos eólicos de 49,0% e 51,0% da empresa Envolver, por meio das empresas Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. constituídas em março/2012. A Companhia realizou no exercício, aportes de capital nessas SPEs no montante de R\$ 53.878, sendo: R\$ 13.731, na Eólica Junco I; R\$ 13.731 na Eólica Junco II; R\$ 15.691 na Eólica Caiçara I; e R\$ 10.725 na Eólica Caiçara II, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 42 (perda de R\$ 334, em 2013) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Chapada do Piauí I

A Companhia, em consórcio com as empresas Salus FIP, Contour Global e Ventos de Santa Joana, venceu o 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos de Santa Joana IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVI, situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí, com 30 MW de potência instalada cada, com início das operações previsto para setembro/2015 e prazo de duração de 20 (vinte) anos. Em 03/10/2013, foram constituídas, mediante cisão parcial da empresa Ventos de Santa Joana Energias Renováveis S.A, as SPEs Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.. A Companhia possui 49,0% da participação nas investidas e realizou, no exercício, aportes de capital nessas SPEs no montante de R\$ 65.228, sendo: R\$ 9.214 na Ventos de Santa Joana IX, R\$ 8.495 na Ventos de Santa Joana X, R\$ 7.200 na Ventos de Santa Joana XI, R\$ 11.021 na Ventos de Santa Joana XII, R\$ 8.808 na Ventos de Santa Joana XIII, R\$ 10.816 na Ventos de Santa Joana XV e R\$ 9.674 na Ventos de Santa Joana XVI, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 1 (sem comparativo em 2013) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Chapada do Piauí II

Notas Explicativas

A Companhia, em consórcio com as empresas Salus FIP, Contour Global e Ventos de Santa Joana, venceu o Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18 de novembro de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos de Santa Joana I, III, IV, V e VII e Ventos de Santo Augusto IV, situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí, com 30 MW de potência instalada com início das operações previsto para janeiro/2016 e prazo de duração de 20 (vinte) anos. Em 23/11/2013, foram constituídas, mediante cisão parcial da empresa Ventos de Santa Joana Energias Renováveis S.A., as SPEs Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A., e em 22 de novembro/2013, mediante cisão parcial da empresa Ventos de Santa Joana Augusto Energias Renováveis S.A., foi constituída a SPE Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.. A Companhia possui 49,0% da participação nas investidas e realizou, no exercício, aportes de capital nessas SPEs no montante de R\$ 87.861, sendo: R\$ 14.414 na Ventos de Santa Joana I; R\$ 16.639 na Ventos de Santa Joana III; R\$ 13.566 na Ventos de Santa Joana IV; R\$ 14.414 na Ventos de Santa Joana V; R\$ 14.414 na Ventos de Santa Joana VII; e R\$ 14.414 na Ventos de Santo Augusto IV.

Complexo Eólico Serra das Vacas

A Companhia, em consórcio com a empresa PEC Energia S.A., venceu o Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18/11/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Serra das Vacas I, II, III e IV, situados nos municípios de Saloá, em Pernambuco, com 30 MW de potência instalada cada parque, com início das operações previsto para janeiro/2016 e prazo de duração de 20 (vinte) anos. Em 17/01/2014, foram constituídas as SPEs Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A. e em 21 de fevereiro/2014, as Eólica Serra das Vacas I S.A. e Eólica Serra das Vacas II S.A.. A Companhia possui 49,0% da participação na investida e realizou, no exercício, aportes de capital nessas SPEs no montante de R\$ 50.695, sendo: R\$ 13.256 na Eólica Serra das Vacas I; R\$ 12.566 na Eólica Serra das Vacas II; R\$ 12.199 na Eólica Serra das Vacas III; e R\$ 12.674 na Eólica Serra das Vacas IV, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 486 (sem comparativo em 2013) neste complexo eólico.

Companhia Energética Sinop S.A.

A Companhia Energética Sinop S.A. foi constituída, através do Leilão nº 006/2013, promovido pela Aneel em 29 de agosto de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração de energia que construirá a UHE SINOP, no Rio Teles Pires, nos municípios de Cláudio e Itaúba, no Estado do Mato Grosso, com 400 MW de potência instalada e com início de suprimento previsto para março/2017 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é 24,5%. A Chesf realizou no exercício, aporte de capital no valor de R\$ 91.296 provenientes da conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 4.249 (sem comparativo em 2013) neste empreendimento.

Complexo Eólico Pindaí III

O Complexo Eólico Pindaí III é constituído da SPE Tamanduá Mirim 2 S.A. formada em consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedora do Leilão Aneel nº 10/2013 (A-5) realizado em 13/12/2013, cujo objeto foi a implantação da UEE Tamanduá Mirim 2, de 24 MW de potência, situada no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto para maio de 2018 e prazo de duração de 20 (vinte) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 49,0%. Durante o exercício de 2014, a Companhia efetivou aportes no montante de R\$ 10.455 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 20 (sem comparativo em 2013) neste complexo eólico.

Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. foi constituída em 03/04/2007 a partir do Leilão nº 004/2006-ANEEL e tem como objeto a implantação e exploração da UHE Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência instalada de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. A

Notas Explicativas

participação da Companhia na SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007–MME–UHE DARDANELOS. Durante o exercício de 2014 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R\$ 2.030 (ganho de R\$ 13.521, em 2013).

16.2 – Movimentação das Participações Societárias Permanentes:

	31/12/2013	Aumento de Capital	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Resultado de participação societária	Outros	31/12/2014
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial							
<u>Controladas</u>							
- Complexo Eólico Pindaí I	-	86.650	-	-	(784)	-	85.866
- Complexo Eólico Pindaí II	-	34.762	-	-	28	-	34.790
<u>Controladas em conjunto</u>							
· STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	195.154	-	(77.734)	-	46.014	-	163.434
· Integração Transmissora de Energia S.A.	38.152	-	(2.661)	-	5.573	-	41.064
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	371.044	40.425	298	-	32.388	-	444.155
· ESBR Participações S.A.	1.376.070	309.000	-	(600)	(230.788)	-	1.453.682
· Manaus Transmissora de Energia S.A.	207.038	-	-	-	8.755	-	215.793
· Manaus Construtora Ltda.	3.533	-	(2.973)	-	4.164	-	4.724
· TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49.829	-	2.152	-	(23.968)	-	28.013
· Norte Energia S.A.	631.824	204.750	-	-	(32.508)	-	804.066
· Complexo Eólico Sento Sé I	49.457	-	(257)	-	2.123	-	51.323
· Complexo Eólico Sento Sé II	-	35.558	-	-	(81)	-	35.477
· Complexo Eólico Sento Sé III	-	1.590	-	-	(14)	-	1.576
· Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	1.505	-	-	-	5.675	-	7.180
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	98.659	66.150	-	-	16.717	-	181.526
· Complexo Eólico VamCruz	19.157	53.878	-	-	(42)	-	72.993
- Complexo Eólico Chapada do Piauí I	53.830	65.228	-	-	(1)	-	119.057
- Complexo Eólico Chapada do Piauí II	-	87.861	-	-	-	20.161	108.022
- Complexo Eólico Serra das Vacas	-	50.695	-	-	(486)	7.668	57.877
- Companhia Energética SINOP S.A.	-	91.296	-	-	(4.249)	-	87.047
- Complexo Eólico Pindaí III	-	10.455	-	-	(20)	-	10.435
<u>Coligada</u>							
· Energética Águas da Pedra S.A.	92.842	-	(5.292)	-	2.030	-	89.580
Avaliadas ao custo							
· Outras participações	543	-	-	-	-	(20)	523
Total	3.188.637	1.138.298	(86.467)	(600)	(169.474)	27.809	4.098.203

Notas Explicativas

16.3 - Equivalência Patrimonial

	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 30/11/2014	Equivalência Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes
<u>Controladas</u>					
Complexo Eólico Pindaí I	85.866	85.906	(784)	(784)	-
Complexo Eólico Pindaí II	34.790	34.799	28	28	-
<u>Controladas em conjunto</u>					
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	163.434	333.540	93.908	46.014	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	41.064	342.198	46.439	5.573	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	444.155	1.812.880	132.195	32.388	-
ESBR Participações S.A.	1.453.682	7.268.412	(1.153.942)	(230.788)	(600)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	215.793	1.106.631	44.898	8.755	-
Manaus Construtora Ltda.	4.724	24.221	21.355	4.164	-
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	28.013	57.169	(48.913)	(23.968)	-
Norte Energia S.A.	804.066	5.360.437	(216.721)	(32.508)	-
Complexo Eólico Sento Sé I	51.323	104.739	4.332	2.123	-
Complexo Eólico Sento Sé II	35.477	72.406	(165)	(81)	-
Complexo Eólico Sento Sé III	1.576	3.219	(26)	(14)	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	7.180	14.652	11.581	5.675	-
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	181.526	370.460	34.118	16.717	-
Complexo Eólico VamCruz	72.993	148.971	(89)	(42)	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	119.057	196.237	(5)	(1)	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	108.022	179.310	(1)	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	57.877	102.467	(993)	(486)	-
Companhia Energética SINOP S.A.	87.047	355.294	(17.343)	(4.249)	-
Complexo Eólico Pindaí III	10.435	21.295	(40)	(20)	-
<u>Coligada</u>					
Energética Águas da Pedra S.A.	89.580	365.634	25.152	2.030	-
TOTAL				(169.474)	

Obs.: As informações da ESBR Participações S.A. possuem data-base em 31/12/2014.

16.4. Combinação de negócios

16.4.1 – Informações da transação

Durante o exercício de 2014, a Companhia adquiriu o controle sobre as SPEs do Complexo Eólico Pindaí I e do Complexo Eólico Pindaí II, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do Sócio Sequoia Capital Ltda. nos referidos empreendimentos.

Conforme o estabelecido no acordo de acionistas destas SPEs, em 29/10/2014 a Companhia integralizou o capital subscrito e não integralizado pelo Sócio Sequoia Capital Ltda, tornando-se controladora, passando de um percentual de participação de 49,0% para mais 99,0% do capital social de cada SPE, e com direito a maioria dos membros do Conselho de Administração. Apesar de a Companhia ter adquirido o controle do negócio, mediante esta operação, não houve pagamento de contraprestação, ou qualquer prêmio para aquisição de controle, sendo o valor da operação de aquisição correspondente ao valor patrimonial das ações subscritas e não integralizadas pelo Sócio.

Notas Explicativas**16.4.2 - Determinação do valor justo da contraprestação**

Em consonância com o CPC 15 (R1) os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos devem ser mensurados e reconhecidos nas demonstrações financeiras sempre a valor justo.

Considerando que a empresa foi constituída em 2013 e encontra-se em fase pré-operacional, ter iniciado recentemente as obras de construção dos ativos de geração, e ainda que os principais ativos existentes na data de transação eram caixa e equivalentes de caixa, a administração da Companhia concluiu que o valor justo dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos era consistente com seus respectivos saldos contábeis. Adicionalmente, a administração considerou que os contratos existentes principalmente os de arrendamento, por terem sido celebrados entre 2013 e 2014, estavam a valores de mercado e portanto nenhum reconhecimento como ativo intangível foi realizado.

Demonstramos abaixo quadro comparativo entre o valor justo e o valor contábil dos principais itens do Balanço Patrimonial das referidas SPEs levantado em 30/09/2014:

Ativo	Valores Contábeis (1)	Valores Justos (2)	Passivo	Valores Contábeis (1)	Valores Justos (2)
<u>Circulante</u>			<u>Circulante</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.248	4.248	Fornecedores	589	589
Outros Créditos	40.694	40.694	Salários	25	25
	44.942	44.942	Obrigações Fiscais	20	20
<u>Não Circulante</u>			Fornecedor Projeto Eólico	10.619	10.619
Créditos com Interligadas	154	154	Outros	2.431	2.431
Outro Créditos	16	16		13.684	13.684
Imobilizado	340	340	<u>Não Circulante</u>		
Intangível	17.497	17.497	Obrigações com Interligadas	7.311	7.311
	18.007	18.007		7.311	7.311
			<u>Patrimônio Líquido</u>		
			Capital	42.539	42.539
			Prejuízos Acumulados	(585)	(585)
				41.954	41.954
Total do Ativo	62.949	62.949	Total do Passivo	62.949	62.949

16.5 - Resumo das Demonstrações Financeiras das Empresas Controladas, Coligada e Controladas em Conjunto

BALANÇO PATRIMONIAL

INVESTIDAS	2014								2013							
	ATIVO				PASSIVO				ATIVO				PASSIVO			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos	Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos													
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	203.520	532.840	549	736.909	42.878	360.491	333.540	736.909	170.670	534.487	695	705.852	40.846	266.732	398.274	705.852
Integração Transmissora de Energia S.A.	118.337	506.925	-	625.262	39.371	243.693	342.198	625.262	94.145	551.527	-	645.672	51.345	276.395	317.932	645.672
Energética Águas da Pedra S.A.	49.350	16.579	760.345	826.274	76.280	384.360	365.634	826.274	99.313	17.724	761.238	878.275	81.619	417.709	378.947	878.275
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	255.191	4.262.394	29.954	4.547.539	209.730	2.524.929	1.812.880	4.547.539	225.112	3.954.616	1.525	4.181.253	181.819	2.484.968	1.514.466	4.181.253
ESBR Participações S.A.	506.661	1.379.947	20.338.744	22.225.352	719.454	14.237.486	7.268.412	22.225.352	676.225	666.092	16.808.947	18.151.264	691.049	10.579.863	6.880.352	18.151.264
Manaus Transmissora de Energia S.A.	171.568	2.335.490	15.204	2.522.262	422.581	993.050	1.106.631	2.522.262	167.210	2.087.263	-	2.254.473	283.656	909.082	1.061.735	2.254.473
Manaus Construtora Ltda.	101.277	540	-	101.817	77.596	-	24.221	101.817	68.365	121	-	68.486	50.370	-	18.116	68.486
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	38.296	281.152	153	319.601	5.304	257.128	57.169	319.601	59.203	373.620	145	432.968	74.967	256.311	101.690	432.968
Norte Energia S.A.	1.059.934	164.187	21.040.523	22.264.644	884.654	16.019.553	5.360.437	22.264.644	1.050.703	130.222	12.757.333	13.938.258	818.184	8.907.915	4.212.159	13.938.258
Complexo Eólico Sento Sé I	12.388	10.468	308.552	331.408	17.837	208.832	104.739	331.408	19.348	35	331.465	350.848	26.638	223.278	100.932	350.848
Complexo Eólico Sento Sé II	82.756	-	79.896	162.652	90.246	-	72.406	162.652	3	-	-	3	-	-	3	3
Complexo Eólico Sento Sé III	1.089	-	8.660	9.749	6.530	-	3.219	9.749	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	42.140	441.850	125	484.115	7.713	461.750	14.652	484.115	35.917	150.667	128	186.712	2.789	180.852	3.071	186.712
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	41.904	778.635	203	820.742	39.518	410.764	370.460	820.742	31.875	372.870	226	404.971	200.365	3.264	201.342	404.971
Complexo Eólico VamCruz	100.733	29.014	51.151	180.898	2.516	29.411	148.971	180.898	33.099	99	5.941	39.139	18	19	39.102	39.139
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	60.767	-	486.434	547.201	350.964	-	196.237	547.201	63.119	-	-	63.119	-	-	63.119	63.119
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	79.741	-	103.454	183.195	3.885	-	179.310	183.195	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	22.802	228	80.206	103.236	769	-	102.467	103.236	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Energética SINOP S.A.	326.466	-	51.812	378.278	1.296	21.688	355.294	378.278	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí I	87.885	652	13.885	102.422	8.810	7.706	85.906	102.422	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí II	34.497	-	4.967	39.464	4.575	90	34.799	39.464	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí III	21.204	-	3.058	24.262	2.813	154	21.295	24.262	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.418.506	10.740.901	43.377.875	57.537.282	3.015.320	36.161.085	18.360.877	57.537.282	2.794.307	8.839.343	30.667.643	42.301.293	2.503.665	24.506.388	15.291.240	42.301.293

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2014, exceto ESBR Participações S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2014.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

INVESTIDAS	2014								2013							
	Receita Oper.		Resultado do	Resultado	Resultado	I. Renda e C.		Resultado do	Receita Oper.		Resultado do	Resultado	Resultado	I. Renda e C.		Resultado do
	Líquida	Despesa Oper.	Serviço	Financeiro	Operacional	Social	Incentivos Fiscais	Exercício	Líquida	Despesa Oper.	Serviço	Financeiro	Operacional	Social	Incentivos Fiscais	Exercício
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	147.533	(16.564)	130.969	(15.973)	114.996	(37.522)	16.434	93.908	138.203	(14.079)	124.124	(27.533)	96.591	(31.228)	12.356	77.719
Integração Transmissora de Energia S.A.	91.236	(18.086)	73.150	(16.535)	56.615	(18.532)	8.356	46.439	78.224	(16.117)	62.107	(23.883)	38.224	(13.826)	6.107	30.505
Energética Águas da Pedra S.A.	195.266	(138.306)	56.960	(27.029)	29.931	(4.779)	-	25.152	180.387	(85.873)	94.514	(28.799)	65.715	(10.528)	-	55.187
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	558.742	(259.610)	299.132	(98.872)	200.260	(68.065)	-	132.195	1.185.972	(934.117)	251.855	(39.099)	212.756	(72.312)	-	140.444
ESBR Participações S.A.	754.272	(2.405.802)	(1.651.530)	(177.284)	(1.828.814)	674.872	-	(1.153.942)	126.857	(339.671)	(212.814)	(2.484)	(215.298)	20.859	-	(194.439)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	200.433	(21.405)	179.028	(94.576)	84.452	(39.554)	-	44.898	381.778	(241.985)	139.793	(61.287)	78.506	(22.702)	-	55.804
Manaus Construtora Ltda.	32.415	(544)	31.871	418	32.289	(10.934)	-	21.355	9.316	(6.482)	2.834	885	3.719	(1.263)	-	2.456
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	30.387	(63.453)	(33.066)	(4.405)	(37.471)	(11.442)	-	(48.913)	131.980	(101.143)	30.837	(7.051)	23.786	(9.912)	-	13.874
Norte Energia S.A.	-	(236.114)	(236.114)	(3.338)	(239.452)	22.731	-	(216.721)	-	(58.902)	(58.902)	(952)	(59.854)	19.850	-	(40.004)
Complexo Eólico Sento Sé I	53.356	(31.403)	21.953	(15.015)	6.938	(2.606)	-	4.332	45.374	(34.553)	10.821	(12.799)	(1.978)	(1.155)	-	(3.133)
Complexo Eólico Sento Sé II	16	(151)	(135)	(30)	(165)	-	-	(165)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Sento Sé III	-	(24)	(24)	(2)	(26)	-	-	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	304.404	(288.473)	15.931	1.582	17.513	(5.932)	-	11.581	140.806	(136.536)	4.270	1.394	5.664	(2.702)	-	2.962
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	368.107	(299.959)	68.148	(16.455)	51.693	(17.575)	-	34.118	335.351	(317.826)	17.525	(8.703)	8.822	(3.000)	-	5.822
Complexo Eólico VamCruz	-	(613)	(613)	524	(89)	-	-	(89)	-	(676)	(676)	(4)	(680)	-	-	(680)
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	-	(5)	(5)	-	(5)	-	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	-	(1)	(1)	-	(1)	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	-	(1.061)	(1.061)	68	(993)	-	-	(993)	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Energética SINOP S.A.	-	(5.043)	(5.043)	(12.300)	(17.343)	-	-	(17.343)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí I	-	(1.029)	(1.029)	265	(764)	(20)	-	(784)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí II	-	(83)	(83)	120	37	(9)	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí III	-	(61)	(61)	21	(40)	-	-	(40)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.736.167	(3.787.790)	(1.051.623)	(478.816)	(1.530.439)	480.633	24.790	(1.025.016)	2.754.248	(2.287.960)	466.288	(210.315)	255.973	(127.919)	18.463	146.517

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2014, exceto ESBR Participações S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2014.

Notas Explicativas**17 - IMOBILIZADO**

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

17.1 - Imobilizado segregado por atividade

	Controladora		
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	31/12/2014	31/12/2013
<u>Geração</u>			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.797.304	1.797.251
Depreciação acumulada		(1.161.134)	(1.123.094)
Imobilizações em curso		366.050	601.233
Impairment		(477.224)	(382.170)
Total da Geração		524.996	893.220
<u>Administração</u>			
Imobilizações em serviço	6,52%	1.281.826	1.201.446
Depreciação acumulada		(769.270)	(728.480)
Imobilizações em curso		298.278	327.350
Total da Administração		810.834	800.316
Obrigações Especiais		(86.588)	(90.936)
Total		1.249.242	1.602.600

	Consolidado	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	31/12/2014
<u>Geração</u>		
Imobilizações em serviço	2,35%	1.797.304
Depreciação acumulada		(1.161.134)
Imobilizações em curso		366.436
Impairment		(477.224)
Total da Geração		525.382
<u>Administração</u>		
Imobilizações em serviço	6,52%	1.281.920
Depreciação acumulada		(769.274)
Imobilizações em curso		298.278
Total da Administração		810.924
Obrigações Especiais		(86.588)
Total		1.249.718

Notas Explicativas**17.2 - Movimentação do Imobilizado**

	Controladora							
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Provisão	31/12/2014
					Para serviço	Entre atividades		
<u>Geração</u>								
Em serviço	1.797.251	-	(47)	-	252	(152)	-	1.797.304
Terrenos	179.164	-	-	-	-	-	-	179.164
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	-	-	-	402.664
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.457	-	(46)	-	176	(152)	-	965.435
Móveis e utensílios	108	-	(1)	-	76	-	-	183
Depreciação	(1.123.094)	-	(22)	(38.018)	-	-	-	(1.161.134)
Em curso	601.233	71.221	(70.790)	-	(252)	(298)	(235.064)	366.050
Impairment	(382.170)	-	3	22.273	-	-	(117.330)	(477.224)
Total Geração	893.220	71.221	(70.856)	(15.745)	-	(450)	(352.394)	524.996
<u>Administração</u>								
Em serviço	1.201.446	-	(29.887)	-	109.267	1.000	-	1.281.826
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	10.310	-	(449)	-	8.453	450	-	18.764
Edificações	267.656	-	(2.407)	-	15.718	550	-	281.517
Máquinas e equipamentos	780.926	-	(17.324)	-	72.929	-	-	836.531
Veículos	101.398	-	(8.968)	-	7.397	-	-	99.827
Móveis e utensílios	36.884	-	(739)	-	4.770	-	-	40.915
Depreciação	(728.480)	-	24.577	(64.817)	-	(550)	-	(769.270)
Em curso	327.350	80.195	-	-	(109.267)	-	-	298.278
Total Administração	800.316	80.195	(5.310)	(64.817)	-	450	-	810.834
Obrigações especiais	(90.936)	-	-	4.348	-	-	-	(86.588)
Total	1.602.600	151.416	(76.166)	(76.214)	-	-	(352.394)	1.249.242

Notas Explicativas

	Consolidado							
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Provisão	31/12/2014
					Para serviço	Entre atividades		
<u>Geração</u>								
Em serviço	1.797.251	-	(47)	-	252	(152)	-	1.797.304
Terrenos	179.164	-	-	-	-	-	-	179.164
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	-	-	-	402.664
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.457	-	(46)	-	176	(152)	-	965.435
Móveis e utensílios	108	-	(1)	-	76	-	-	183
Depreciação	(1.123.094)	-	(22)	(38.018)	-	-	-	(1.161.134)
Em curso	601.233	71.607	(70.790)	-	(252)	(298)	(235.064)	366.436
Impairment	(382.170)	-	3	22.273	-	-	(117.330)	(477.224)
Total Geração	893.220	71.607	(70.856)	(15.745)	-	(450)	(352.394)	525.382
<u>Administração</u>								
Em serviço	1.201.446	94	(29.887)	-	109.267	1.000	-	1.281.920
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	10.310	-	(449)	-	8.453	450	-	18.764
Edificações	267.656	50	(2.407)	-	15.718	550	-	281.567
Máquinas e equipamentos	780.926	-	(17.324)	-	72.929	-	-	836.531
Veículos	101.398	-	(8.968)	-	7.397	-	-	99.827
Móveis e utensílios	36.884	44	(739)	-	4.770	-	-	40.959
Depreciação	(728.480)	-	24.577	(64.821)	-	(550)	-	(769.274)
Em curso	327.350	80.195	-	-	(109.267)	-	-	298.278
Total Administração	800.316	80.289	(5.310)	(64.821)	-	450	-	810.924
Obrigações especiais	(90.936)	-	-	4.348	-	-	-	(86.588)
Total	1.602.600	151.896	(76.166)	(76.218)	-	-	(352.394)	1.249.718

Notas Explicativas

	Controladora						
	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		31/12/2013
					Para serviço	Entre atividades	
<u>Geração</u>							
Em serviço	1.797.252	-	(1)	-	8	(8)	1.797.251
Terrenos	179.164	-	-	-	-	-	179.164
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	-	-	402.664
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.457	-	-	-	8	(8)	965.457
Móveis e utensílios	109	-	(1)	-	-	-	108
Depreciação	(1.083.754)	-	-	(38.947)	-	(393)	(1.123.094)
Em curso	397.378	233.539	(258)	-	(8)	(29.418)	601.233
Impairment	(400.135)	(4.276)	182	22.051	-	8	(382.170)
Total Geração	710.741	229.263	(77)	(16.896)	-	(29.811)	893.220
<u>Administração</u>							
Em serviço	1.243.950	-	(54.224)	-	11.708	12	1.201.446
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	10.392	-	(108)	-	-	26	10.310
Edificações	301.394	-	(33.738)	-	-	-	267.656
Máquinas e equipamentos	789.286	-	(17.063)	-	8.682	21	780.926
Veículos	101.512	-	(1.796)	-	1.682	-	101.398
Móveis e utensílios	37.094	-	(1.519)	-	1.344	(35)	36.884
Depreciação	(710.995)	-	45.318	(62.807)	-	4	(728.480)
Em curso	222.981	117.211	(4)	-	(11.708)	(1.130)	327.350
Total Administração	755.936	117.211	(8.910)	(62.807)	-	(1.114)	800.316
Obrigações especiais	(95.283)	-	-	4.347	-	-	(90.936)
Total	1.371.394	346.474	(8.987)	(75.356)	-	(30.925)	1.602.600

Notas Explicativas**17.3 - Taxas anuais de depreciação**

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<u>Geração</u>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
<u>Administração central</u>	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

17.4 – Teste de recuperabilidade de ativos - Impairment

A administração da Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2014 e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36).

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa para a atividade de geração, cada usina, dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o menor valor entre valor contábil residual e o Valor Novo de Reposição. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil dos bens e não o prazo da concessão, tendo em vista a condição de indenização prevista nos contratos.

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,69% para o segmento de geração.

Notas Explicativas

A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de geração no montante de R\$ 95.054, conforme demonstrado abaixo:

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Imobilizado (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment em 2013	Impairment em 2014
UHE Sobradinho	2022	307.282	6,69%	-	-
UHE Curemas	2024	2.553	6,69%	-	-
Casa Nova	2036	312.551	6,69%	-	(111.515)
UTE Camaçari	2027	365.709	6,69%	(382.170)	16.461
Total					(95.054)

17.5 - Encargos financeiros

Os custos de financiamentos e empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estiverem prontos para o uso pretendido, conforme disposições da Deliberação CVM nº 577, de 05/06/2009, que aprovou o CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos (IAS 23).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 (IAS 16), parte dos encargos financeiros foram transferidos para o Ativo Imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Encargos financeiros totais	33.047	5.007
(-) Transferência para o imobilizado em curso	(712)	(1.164)
Efeito líquido no resultado	32.335	3.843

A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização está descrita na nota 21.

17.6 - Obrigações vinculadas à Concessão

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Participações da União	69.456	69.456
Doações e subvenções para investimentos	36.138	36.138
Pesquisa e Desenvolvimento	606	606
Reversões e Amortizações	(19.612)	(15.264)
Total	86.588	90.936

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e administração de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas registradas neste grupamento estão sendo apresentadas como redutoras do Imobilizado, pois não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

Notas Explicativas

18- INTANGÍVEL

18.1 - Intangível segregado por natureza e atividade

	Controladora				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	20,00%				
Administração		90.150	(58.771)	31.379	12.259
		90.150	(58.771)	31.379	12.259
Em curso					
Administração		8.871	-	8.871	19.671
		8.871	-	8.871	19.671
Total		99.021	(58.771)	40.250	31.930

	Consolidado			
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2014		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	20,00%			
Administração		90.150	(58.771)	31.379
		90.150	(58.771)	31.379
Em curso				
Geração		18.376	-	18.376
Administração		8.871	-	8.871
		27.247	-	27.247
Total		117.397	(58.771)	58.626

Notas Explicativas**18.2 - Movimentação do Intangível**

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Transf. p/ serviço	Amortização	31/12/2014
<u>Não vinculadas a concessão</u>					
Em serviço					
Software	64.291	-	25.859	-	90.150
Amortização	(52.032)	-	-	(6.739)	(58.771)
Em curso	19.671	15.059	(25.859)	-	8.871
Total Intangível	31.930	15.059	-	(6.739)	40.250

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Transf. p/ serviço	Amortização	31/12/2014
<u>Não vinculadas a concessão</u>					
Em serviço					
Software	64.291	-	25.859	-	90.150
Amortização	(52.032)	-	-	(6.739)	(58.771)
Em curso	19.671	33.435	(25.859)	-	27.247
Total Intangível	31.930	33.435	-	(6.739)	58.626

	Controladora			
	31/12/2012	Adições	Amortização	31/12/2013
<u>Não vinculadas a concessão</u>				
Em serviço				
Software	64.291	-	-	64.291
Amortização	(45.209)	-	(6.823)	(52.032)
Em curso	10.376	9.295	-	19.671
Total Intangível	29.458	9.295	(6.823)	31.930

19 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
<u>Circulante</u>			
Energia elétrica comprada	88.568	114.135	88.568
Materiais e serviços	332.075	269.738	342.951
Encargos de uso da rede elétrica:			
Eletronorte	5.154	2.689	5.154
Eletrosul	5.583	6.540	5.583
Furnas	11.646	6.206	11.646
CTEEP	3.335	3.443	3.335
Outros	52.663	41.775	52.663
Total	499.024	444.526	509.900

Notas Explicativas**20 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO****20.1 – Obrigações fiscais**

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
<u>Circulante</u>			
IRPJ	-	136	1
CSLL	-	94	12
Cofins	20.711	19.240	20.713
ICMS	21.984	18.749	21.984
PIS/Pasep	4.496	4.177	4.496
IRRF	12.741	12.701	12.742
ISS	1.945	1.702	1.953
Outros	7.393	7.975	7.393
	69.270	64.774	69.294
<u>Não Circulante</u>			
ICMS diferido	13.572	13.572	13.572
	13.572	13.572	13.572
Total	82.842	78.346	82.866

20.2 - Tributos diferidos

- Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, passivos diferidos, no valor de R\$ 199.523 (R\$ 67.045, em 31/12/2013), resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
<u>Diferenças temporárias</u>		
Ajustes iniciais decorrentes do CPC 33	313.418	306.688
Ajustes iniciais decorrentes da ICPC 01	273.415	132.949
	586.833	439.637
<u>Débitos Fiscais</u>		
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	146.708	27.477
Contribuição social sobre diferenças temporárias	52.815	39.568
Não Circulante	199.523	67.045

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias - ajustes iniciais decorrentes do CPC 33(R1) (IAS 19) e da ICPC 01(R1) (IFRIC 12) - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) (IAS 1), serão realizados de acordo com a movimentação dos benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33(R1) (IAS 19) e pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01(R1) (IFRIC 12), respectivamente.

A programação de realização desses passivos está demonstrada conforme tabela abaixo:

Notas Explicativas

2015/2017	9.725
2018/2020	10.281
Após 2020	179.517
Total	199.523

21- OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Obrigações Sociais			
INSS	16.486	16.862	16.486
FGTS	4.935	4.512	4.935
Contribuições sociais	38.153	33.444	38.153
Outros	1.390	1.414	1.390
	60.964	56.232	60.964
Obrigações Trabalhistas			
Folha de pagamento	15.416	109.302	15.454
Férias	48.031	38.912	48.031
Gratificação de férias	36.648	29.811	36.648
	100.095	178.025	100.133
Total	161.059	234.257	161.097

22- FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

22.1 - Composição:

	Controladora e Consolidado					Controladora				
	31/12/2014					31/12/2013				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total			Encargos	Principal	Total		
Partes relacionadas										
Eletrobras	-	14.211	14.211	28.174	42.385	-	12.745	12.745	42.368	55.113
Instituições financeiras										
Banco do Brasil	11.087	125.000	136.087	375.000	511.087	1.918	-	1.918	500.000	501.918
Banco do Nordeste	57	45.473	45.530	203.979	249.509	56	45.473	45.529	249.451	294.980
Caixa Econômica Federal	4.586	50.000	54.586	350.000	404.586	-	-	-	-	-
Total	15.730	234.684	250.414	957.153	1.207.567	1.974	58.218	60.192	791.819	852.011

- Eletrobras**

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações a cobertura financeira dos custos diretos das obras do seu sistema de transmissão.

Saldo de R\$ 42.024 (R\$ 54.684, em 31/12/2013) sendo R\$ 34.700 (82,5%) contratados com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. para o qual a Companhia vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura dos contratos, e R\$ 7.324 (17,43%) contratados com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 1,5% a.a., para o qual a Companhia ofereceu Seguro Garantia no valor correspondente a 125% do saldo devedor, previsto para o exercício, renovado anualmente,

Notas Explicativas

cujo recebimento pela Eletrobras fica condicionado aos efeitos de cada contrato, nas condições e até o limite de valor especificado na Apólice de Seguro. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

A Companhia possui ainda contrato com a Eletrobras indexado pelo IPCA, com saldo de R\$ 361 em 31/12/2014 (R\$ 429, em 31/12/2013), com taxa de juros de 7,2% a.a.- a variação do IPCA no período foi de 6,4% (5,9% no mesmo período do ano anterior).

Estes contratos serão amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2018.

- **Banco do Brasil**

Saldo de R\$ 511.087 (R\$ 501.918, em 31/12/2013) contratado com o Banco do Brasil S.A., com juros de 10,13% a.a. (115% da taxa média do CDI).

O empréstimo junto ao Banco do Brasil destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras (vide nota 11.c).

Este contrato está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais e teve carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (meses) a contar da concessão do empréstimo. Os encargos são pagos trimestralmente.

- **Banco do Nordeste**

Saldo de R\$ 237.723 (R\$ 280.943, em 31/12/2013) contratado com juros de 10% a.a. e bônus de 2,5% por pontualidade, e R\$ 11.786 (R\$ 14.037, em 31/12/2013) contratado com juros de 4,5% a.a..

Os empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização (vide nota 11.c).

Estes contratos são amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2020.

- **Caixa Econômica Federal**

Neste exercício foi realizado empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, visando constituição de capital de giro. Este contrato tem um prazo de 60 meses, com juros de 115% do CDI (que representou 8,98% a.a. em 2014) e amortização em 08 (oito) parcelas semestrais com carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (meses) a contar da concessão do empréstimo. Os encargos serão pagos trimestralmente.

São motivos de vencimento antecipado da dívida e imediata execução do título, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei aqueles estabelecidos em contrato, tais como:

a) Infringência de qualquer obrigação contratual;

b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, em nome da Creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente;

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

Notas Explicativas**22.2 - Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador:**

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
IPCA	361	429
CDI	915.673	501.918
Sem indexador	291.533	349.664
Total	1.207.567	852.011
Principal	1.191.837	850.037
Encargos	15.730	1.974
Total	1.207.567	852.011

22.3 - Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 957.153 (R\$ 791.819, em 2013), tem seus vencimentos assim programados:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	183.135
2016	281.478	183.020
2017	280.612	180.606
2018	277.503	177.498
2019	95.473	45.473
2020	22.087	22.087
Total Não Circulante	957.153	791.819

22.4 - Mutação dos financiamentos e empréstimos

	Controladora			
	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	
Saldo em 31/12/2012	778	70.239	71.017	398.087
Ingressos	-	-	-	500.000
Provisão de Encargos	42.863	-	42.863	-
Variação monetária	(1)	-	(1)	20
Transferências	-	106.288	106.288	(106.288)
Amortizações/pagamentos	(41.666)	(118.309)	(159.975)	-
Saldo em 31/12/2013	1.974	58.218	60.192	791.819
Ingressos	-	-	-	400.000
Provisão de Encargos	123.421	-	123.421	-
Variação monetária	16	1	17	13
Transferências	-	234.679	234.679	(234.679)
Amortizações/pagamentos	(109.681)	(58.214)	(167.895)	-
Saldo em 31/12/2014	15.730	234.684	250.414	957.153

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	
Saldo em 31/12/2013	1.974	58.218	60.192	791.819
Ingressos	-	-	-	400.000
Provisão de Encargos	123.421	-	123.421	-
Variação monetária	16	1	17	13
Transferências	-	234.679	234.679	(234.679)
Amortizações/pagamentos	(109.681)	(58.214)	(167.895)	-
Saldo em 31/12/2014	15.730	234.684	250.414	957.153

22.5 – Garantias

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados abaixo:

Empresa	Banco Financiador	Modalidade	Participação na Investida	Valor do Financiamento (Quota parte da Companhia) (*)	Saldo Devedor em 31/12/2014 (*)	Projeção de Saldo Devedor			Término da Garantia
						2015	2016	2017	
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	29.764	29.283	28.882	27.706	26.530	30/03/2031
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	58.346	45.897	53.472	52.970	52.834	30/10/2032
IE Madeira	BASA (FNO)	SPE	24,5%	65.415	72.714	75.897	77.397	74.933	30/06/2016
Manaus Transmissora	BASA (FNO)	SPE	19,5%	48.750	65.804	67.790	63.440	59.090	10/07/2030
Manaus Transmissora	BASA (FDA)	SPE	19,5%	29.250	31.462	31.269	30.922	30.367	10/07/2031
Total				231.525	245.160	257.310	252.435	243.754	

(*) Valor do Financiamento contratado considerando o percentual de participação da Chesf na SPE.

Notas Explicativas**23 – INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PIDV**

A Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV”, destinado ao desligamento de empregados que possuíam a partir de 20 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia ou que estivessem aposentados pelo INSS, e que voluntariamente desejassem aderir.

O prazo de adesão encerrou no dia 10/07/2013, obtendo 1.472 adesões, tendo 1.354 empregados, concluído o processo de formalização, protocolando o pedido de adesão no órgão de pessoal. Desses 1.354 funcionários, 1.326 se desligaram em 2013 e 11 em 2014. Os 17 funcionários restantes tiveram seu desligamento cancelado por não atendimento aos requisitos do processo.

Em 27/10/2014, a Companhia aprovou a reabertura das inscrições para o PIDV, tendo como prazo de adesão, aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, o dia 28/11/2014. Nesse período, ocorreram duas novas adesões cujos desligamentos foram realizados ainda no exercício de 2014.

As despesas com o PIDV incluem incentivos financeiros e um plano de saúde, pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento.

Para fazer face a tais gastos a Companhia registrou no exercício provisão/despesa no montante de R\$ 467 (R\$ 630.841, em 2013).

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2014, um saldo de provisão para fazer face a pagamentos remanescentes aos funcionários desligados, de R\$ 700.

23.1 - Plano de Saúde

Aos empregados participantes do PIDV, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento.

O Fachesf Saúde Mais é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, e aos seus respectivos dependentes e agregados vinculados ao Plano de Assistência Patronal – PAP da Chesf, na data de adesão.

Em 31/12/2014 a Companhia possui registrado o montante de R\$ 132.855 (R\$ 166.189, em 2013), onde R\$ 700 (R\$ 7.099, em 2013) refere-se ao PIDV e R\$ 132.155 (R\$ 159.090, em 2013) ao plano de saúde, sendo R\$ 39.826 no circulante (R\$ 166.189, em 2013) e R\$ 93.029 (sem comparativo em 2013) no não circulante.

24 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) (IAS 19), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma da Deliberação CVM nº 695/2012, na data-base de 31/12/2014.

Notas Explicativas

PLANO PREVIDENCIÁRIO

• Características Básicas

A Fachesf administra em favor dos empregados da Chesf três planos de aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram pela transferência do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

• Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano, conforme previsto no Pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

Perfil populacional dos participantes:

	31/12/2014			31/12/2013		
DADOS POPULACIONAIS	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
<u>Participantes ativos</u>						
Participantes - nº	15	1.132	3.619	39	1.780	5.259
Idade Média (anos)	59,50	57,49	44,51	60,42	58,01	50,16
Salário Médio em R\$	7.737,62	1.793,46	8.330,69	9.581,59	2.019,06	9.265,77
<u>Aposentados</u>						
Participantes Aposentados - nº	4.624	1.183	1.520	4.724	587	727
Idade Média	71,14	62,70	62,58	70,38	62,71	62,72
Benefício em Médio R\$	3.856,80	3.058,89	2.337,34	3.559,74	2.827,57	1.522,52
<u>Pensionistas</u>						
Números de pensões	1.695	136	227	1.518	113	182
Benefício Médio em R\$	1.377,20	856,86	1.428,34	1.375,33	882,85	1.345,09
População Total	6.334	2.451	5.366	6.281	2.480	6.168

SEGURO DE VIDA

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em conformidade com as novas práticas contábeis, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes, conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

Notas Explicativas**HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS**

	2014	2013
<u>Hipóteses Econômicas</u>		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,20%	11,98%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,13%	6,34%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,30%
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,20%	11,98%
<u>Hipóteses Demográficas</u>		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 M&F	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 M&F	AT- 83
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa de juros de longo prazo considerada baseou-se na prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios.

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2014

	31/12/2014				
<u>ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES</u>	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	2.568.624	728.895	1.570.296	5.182	4.872.997
Custo de juros	292.217	85.892	187.041	621	565.771
Custo do serviço corrente	1.774	1.053	134.404	306	137.537
Benefícios pagos pelo plano	(262.806)	(48.053)	(50.170)	-	(361.029)
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	98.202	(3.239)	35.389	49.164	179.516
Decorrentes de ajuste de experiência	95.389	(3.462)	25.713	48.755	166.395
Decorrentes de alterações premissas biométricas	(43.023)	(14.518)	(2.985)	-	(60.526)
Decorrentes de alterações premissas financeiras	45.836	14.741	12.661	409	73.647
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	2.698.011	764.548	1.876.960	55.273	5.394.792
<u>ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS</u>					
Valor justo dos ativos do plano no início do período	2.171.544	1.111.699	1.599.167	-	4.882.410
Receita de juros	245.671	131.896	198.863	-	576.430
Contribuições do patrocinador	81.945	2.109	60.381	-	144.435
Contribuições dos participantes	8.106	-	71.476	-	79.582
Benefícios pagos pelo plano	(262.806)	(48.053)	(50.170)	-	(361.029)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(63.451)	(37.200)	(57.693)	-	(158.344)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	2.181.009	1.160.451	1.822.024	-	5.163.484

Notas Explicativas

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2013

	31/12/2013				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES					
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	3.431.959	1.161.318	27.807	(55.980)	4.565.104
Custo de juros	282.814	95.606	2.291	(4.702)	376.009
Custo do serviço corrente	1.584	-	2.200	-	3.784
Benefícios pagos pelo plano	(245.805)	(22.669)	(4.023)	-	(272.497)
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	(1.166.398)	(505.360)	389.380	55.500	(1.226.878)
Decorrentes de ajuste de experiência	(503.874)	(133.504)	565.229	54.640	(17.509)
Decorrentes de alterações premissas financeiras	(662.524)	(371.856)	(175.849)	860	(1.209.369)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	2.304.154	728.895	417.655	(5.182)	3.445.522
ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS					
Valor justo dos ativos do plano no início do período	2.782.150	1.261.009	45.004	-	4.088.163
Receita de juros	229.228	103.994	3.708	-	336.930
Contribuições do patrocinador	8.549	2.293	10.725	-	21.567
Contribuições dos participantes	7.698	-	1.100	-	8.798
Benefícios pagos pelo plano	(245.805)	(22.669)	(4.023)	-	(272.497)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(610.276)	(232.929)	390.013	-	(453.192)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	2.171.544	1.111.699	446.527	-	3.729.770

ATIVOS GARANTIDORES POR CATEGORIA

As principais categorias de ativos do plano no final do período são apresentadas a seguir:

Categorias de Ativo	31/12/2014			31/12/2013		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Disponível	898	6	7	998	34	53
Realizável	257.180	10.456	38.193	214.068	10.812	35.482
Títulos Públicos	1.392.023	652.468	952.709	1.267.430	602.772	876.594
Crédito de Depósitos Privados	19.090	8.539	3.661	21.340	9.535	4.246
Ações	9	4	5	18	8	9
Investimentos em Fundos	666.035	432.666	770.160	798.163	431.741	629.060
Investimentos imobiliários	31.250	-	4.555	21.563	-	2.688
Empréstimos e financiamentos	129.961	71.390	80.239	128.642	68.306	78.283
Outros Realizáveis	-	-	-	-	-	192
(-) Exigíveis Previdenciários	(29.725)	(10.658)	(22.066)	(25.743)	(5.797)	(22.906)
(-) Exigível Contingencial	(277.084)	-	-	(249.669)	-	-
(-) Fundo de Investimentos	(8.628)	(4.420)	(5.439)	(5.266)	(5.713)	(4.534)
Variação da marcação a mercado	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano	2.181.009	1.160.451	1.822.024	2.171.544	1.111.698	1.599.167

FLUXO PROJETADO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores esperados	Posição em 31/12/2014		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Até 1 ano:	245.319	52.203	50.902
De 1 ano a 2 anos:	242.077	53.204	50.921
De 2 anos a 5 anos:	702.885	166.560	152.617
Acima de 5 anos:	3.569.558	1.337.514	1.226.825
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	4.759.839	1.609.481	1.481.265

Notas Explicativas**MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO COM BENEFÍCIOS POS EMPREGO**

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2012	649.808	-	2.523	55.980	708.311
Custo dos Juros e do Serviço	47.471	(8.388)	66.409	4.702	110.195
Pagamentos	(772)	-	(63.061)	-	(63.833)
Ajuste atuarial	(91.381)	8.388	(5.872)	(55.500)	(144.365)
Saldo em 31/12/2013	605.126	-	-	5.182	610.308
Custo dos Juros e do Serviço	40.212	1.053	62.929	927	105.121
Pagamentos	(82.083)	-	(55.782)	-	(137.865)
Ajuste atuarial	258.405	(1.053)	47.790	49.164	354.306
Saldo em 31/12/2014	821.660	-	54.937	55.273	931.870

CUSTO PERIÓDICO LÍQUIDO

	Exercício de 2014				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<u>COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO</u>					
Custo do Serviço	1.773	1.053	134.404	306	137.536
Custo dos juros	46.545	-	-	621	47.166
Contribuição de participantes	(8.106)	-	(71.475)	-	(79.581)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	40.212	1.053	62.929	927	105.121

	Exercício de 2013				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<u>COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO</u>					
Custo do Serviço	1.584	-	135.756	-	137.340
Custo dos juros	53.586	(8.388)	(1.469)	4.702	48.431
Contribuição de participantes	(7.698)	-	(67.878)	-	(75.576)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	47.472	(8.388)	66.409	4.702	110.195

MOVIMENTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2012	(609.401)	(28.573)	(154.260)	(14.111)	(806.345)
Ganhos e perdas	91.382	(8.388)	5.872	55.499	144.365
Tributos Diferidos	(27.837)	2.555	(1.789)	(16.906)	(43.977)
Saldo em 31/12/2013	(545.856)	(34.406)	(150.177)	24.482	(705.957)
Ganhos e perdas	(258.405)	1.053	(47.790)	(49.163)	(354.305)
Tributos Diferidos	(225.547)	919	(41.712)	(42.912)	(309.252)
Saldo em 31/12/2014	(1.029.808)	(32.434)	(239.679)	(67.593)	(1.369.514)

Notas Explicativas**ANÁLISES DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES**

PLANO BD					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	2.757.340	2.637.361	2.644.356	2.753.669	2.698.011
Valor justo dos ativos do plano	2.181.009	2.181.009	2.181.009	2.181.009	2.181.009
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(576.331)	(456.352)	(463.347)	(572.660)	(517.002)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	2,2%	-2,2%	-2,0%	2,1%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	11,5%	-11,7%	-10,4%	10,8%	-

PLANO BS					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	779.109	749.529	745.831	784.078	764.548
Valor justo dos ativos do plano	1.160.451	1.160.451	1.160.451	1.160.451	1.160.451
Superávit / (Déficit) técnico do plano	381.342	410.922	414.620	376.373	395.903
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	1,9%	-2,0%	-2,4%	2,6%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	-3,7%	3,8%	4,7%	-4,9%	-

PLANO CD					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.884.183	1.869.400	1.859.388	1.895.340	1.876.961
Valor justo dos ativos do plano	1.822.024	1.822.024	1.822.024	1.822.024	1.822.024
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(62.159)	(47.376)	(37.364)	(73.316)	(54.937)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	0,4%	-0,4%	-0,9%	1,0%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	13,1%	-13,8%	-32,0%	33,5%	-

SEGURO DE VIDA					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	55.324	55.218	54.680	55.879	55.273
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(55.324)	(55.218)	(54.680)	(55.879)	(55.273)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	0,1%	-0,1%	-1,1%	1,1%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	0,1%	-0,1%	-1,1%	1,1%	-

Notas Explicativas**PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS CONTRATADOS**

A Companhia mantém plano de previdência aos seus empregados e seguro de vida pós-emprego conforme a seguir:

<u>Descrição</u>	31/12/2014	31/12/2013
Planos previdenciários	876.597	605.126
Seguro de vida	55.273	5.182
Total	931.870	610.308
Circulante	91.296	121.025
Não circulante	840.574	489.283

Os valores reconhecidos no período foram apurados com base no laudo atuarial preparado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 157.018 (R\$ 158.835, em 2013).

25 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
<u>Circulante</u>			
Taxa de fiscalização da Aneel	311	964	311
Benefícios pós-emprego – contribuição normal	10.220	14.238	10.220
Aquisição de imóveis – acampamento	1.493	1.493	1.493
Convênio MME	4.210	4.210	4.210
Cauções em garantia	3.332	3.692	3.332
Acordo Chesf/Senai	1.469	1.223	1.469
Entidade seguradora	149	482	149
Aquisição da conexão à SE Pirapama II	1.353	1.353	1.353
Outros	2.616	2.198	5.063
	25.153	29.853	27.600
<u>Não Circulante</u>			
FGTS Conta-Empresa	4.347	4.185	4.347
Eletropar	1.456	1.456	1.456
Outros	-	-	7.796
	5.803	5.641	13.599
Total	30.956	35.494	41.199

Notas Explicativas**26 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS**

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	Provisão em 31/12/2013	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2014
Trabalhistas	162.783	11.964	(30.463)	144.284
Cíveis	1.231.169	99.515	(1.530)	1.329.154
Fiscais	10.920	44.187	(45.629)	9.478
Total	1.404.872	155.666	(77.622)	1.482.916

A Chesf é parte em processos judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fatchesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são as ações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

1) Destacam-se as seguintes ações com *risco de perda provável*:

- 1.1)** A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram em paralelo reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE – o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

Notas Explicativas

A Chesf e a União, no curso do processo – por questões incidentais – e especialmente ao seu final nas instâncias ordinárias, apresentaram recursos especiais e extraordinários. Em torno do processo principal, o Supremo Tribunal Federal/STF não conheceu do recurso extraordinário, por ajuizar inexistir matéria diretamente constitucional na controvérsia. E o STJ, em agosto/2010, negou provimento ao recurso especial da Chesf (RESP 726.446), ensejando a apresentação pela Companhia de embargos de declaração cujo julgamento foi iniciado em dezembro/2012 e concluído em dezembro/2013, sendo a eles por igual negado provimento e objeto de segundos Embargos de Declaração, que em 31/03/2014 estavam pendentes de julgamento.

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vem tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Assim, em novembro/1998 apresentaram pedido de execução provisória, mediante antecipação judicial da tutela pretendida, mas tal iniciativa foi suspensa por ordem do STJ.

Após, as mesmas rés formularam processo de liquidação da decisão provisória que detinham em seu favor, o qual, afinal – e não sem antes, no seu curso, haver sido declinado, por incompetência, à Justiça Federal, decisão esta revertida pelo TJPE a pedido das rés –, foi extinto sem julgamento de mérito por decisão da primeira instância que, recorrida, foi revertida pelo TJPE, que deu provimento, em larga medida, à pretensão das rés (AI 205.097-7), homologando, com exclusões, o laudo pericial final de arbitramento de valores apresentado no feito em primeira instância. Ainda neste mesmo caso, e após a sucessiva apreciação de diversos embargos de declaração articulados por todas as partes do processo, o mesmo TJPE acolheu pretensão da Chesf no sentido de excluir daquela anterior homologação de valores o indevido cômputo cumulado de juros moratórios contratuais e legais, reduzindo assim muito substancialmente o montante reconhecido em favor das rés.

Concluída formalmente a apreciação da matéria nas instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, salvo (em 31/12/2013) quanto a questão incidental referente à condição processual da União – e que a Chesf sustenta ser inequivocamente sua assistente no processo, conforme defendido e sustentado pela mesma União –, todas as partes do processo apresentaram recursos às instâncias judiciárias superiores – no caso da Chesf, tanto recurso especial ao STJ (apontando diversas irregularidades processuais e manifestas reduções ainda legalmente necessárias no montante liquidatório inicialmente homologado pelo TJPE) quanto recurso extraordinário ao STF (apontando questões processuais relacionadas às garantias fundamentais constitucionais): todos estes recursos, em 31/12/2013, ainda aguardavam encaminhamento do processo à Vice-Presidência do TJPE para apreciação de sua admissibilidade.

Cabe ainda registrar, neste mesmo feito – processo de liquidação –, que independentemente dos antes referidos recursos especiais e extraordinários ora pendentes de apreciação ainda no mesmo TJPE, encontra-se em curso perante o STJ o RESP 1.366.295, onde, já após a vigência da Lei nº 9.469/1997, controverte-se novamente a competência para processamento e julgamento daquela causa (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; as rés entendem pela competência do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco): neste apelo de natureza extraordinária houve, originalmente, decisão monocrática do Ministro relator não conhecendo do recurso especial da Chesf, suscitando a apresentação de agravo regimental que, após julgamento iniciado em maio/2013, aguarda-se o retorno do processo após o pedido de vista do Ministro Og Fernandes para conclusão do julgado.

Em agosto/2013 as rés, após a conclusão da tramitação deste feito liquidatório perante as instâncias ordinárias – e sem prejuízo das pendências dos recursos às instâncias judiciárias superiores antes referidos –, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife – PE no sentido de promover a execução provisória dos valores que, segundo seus próprios cálculos, corresponderia à atualização do montante a seu favor homologado pelo TJPE. Neste caso, a Chesf foi intimada ao pagamento dos correspondentes valores, mas apresentou “exceção de pré-executividade” (apontando, conforme autorizado pela jurisprudência do STJ, diversas irregularidades processuais que desautorizariam, desde logo – e sem prejuízo de outros tópicos específicos de impugnação aos próprios cálculos das rés, em face do pronunciado pelo TJPE –, o prosseguimento desta pretensão executória provisória): após manifestação de

Notas Explicativas

resposta das rés e réplica da Chesf, em 31/12/2013 o processo aguarda apreciação judicial em torno da referida “exceção”. Julgada improcedente a exceção de pré-executividade aos 22/08/2014, foi determinado o bloqueio, via Bacenjud, de R\$ 948.670. Oferecido seguro garantia no valor de R\$1,3 bilhões em substituição à penhora on-line, esta foi deferida em 28/08/2014 pelo Juiz da 12ª Vara Cível, que determinou a imediata liberação dos valores bloqueados. Em agravo interposto pelo Consórcio, foi determinado, em 15/09/2014, a suspensão dos efeitos da decisão que determinou a liberação dos valores; em contrapartida, o juízo de piso, julgou, em 24/09/2014, os Embargos de Declaração opostos pela Chesf na execução provisória, para extingui-la por falta de condição de procedibilidade, revogando, portanto, todas as medidas constritivas incidentalmente determinadas.

O consórcio ingressou com Reclamação, distribuída à 6ª câmara cível do TJE em 06/11/2014, a qual aguardava julgamento em 31/12/2014.

Considerando o andamento de todo o conjunto processual acima referido e todos os julgamentos aos recursos até então apresentados, a Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, manteve provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 850.891 para fazer face a eventuais perdas decorrentes desse assunto. Esta provisão corresponde, por um lado, aos pagamentos à época vencidos e não tempestivamente liquidados pela Companhia referidos ao Fator K (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996), e, por outro lado, ao montante liquidatório homologado pelo TJPE atualizado pelos critérios daquele mesmo julgado e ajustado pelas parcelas ainda controvertidas pela Chesf naquele mesmo feito, mediante o correspondente recurso especial anteriormente referido.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- 1.2)** Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R\$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a interrupção da execução do processo principal. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 100.000. Em 31/12/2014, estava a ação rescisória ainda pendente de julgamento.

- 1.3)** Ação de indenização promovida por Indústrias Reunidas Raimundo da Fonte S/A (Vitivinícola Santa Maria S.A), Processo nº0028240-80.2002.8.17.0001 - 1ª VC/Recife-PE, em decorrência de inundação provocada pela enchente de 1992 do Rio São Francisco.

A sentença, transitada em julgado, determinou a liquidação provisória, remetendo para a perícia a definição dos danos emergentes e dos lucros cessantes. Foi nomeado apenas um perito engenheiro agrônomo, o qual detinha competência para a apuração do dano emergente, mas não do lucro cessante. O laudo foi impugnado pela Chesf, que requereu ao juízo da 1ª Vara Cível que fosse realizada uma perícia contábil a fim de se chegar a um valor, ainda que aproximado, de lucros cessantes, considerando a atividade desenvolvida pela exequente. O requerimento foi indeferido, tendo sido oposto agravo de instrumento, que confirmou a decisão de indeferimento, recurso especial (que teve o seu processamento negado pelo TJPE) e Agravo em recurso especial (AREsp 377.209-PE), que não foi provido, e Agravo Regimental, que também não foi provido, resultando no trânsito em julgado do processo e aguarda-se o prosseguimento da execução na 1ª Vara Cível. A Companhia possui provisão no valor de R\$ 57.651, para fazer face a eventual perda decorrente desse assunto, considerando que já foram pagos os danos emergentes e a discussão se restringe tão somente à imprestabilidade do laudo pericial para se discutir os lucros cessantes.

- 1.4)** Ação de desapropriação movida pela Companhia contra Herculano Galdino do Nascimento - processo 0000538-66.2007.805.0245 - agora como parte Henrique Moraes do Nascimento, cujo objeto da causa é a contestação do valor pago no processo. A Companhia mantém em

Notas Explicativas

seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta ação no valor de R\$ 52.000.

- 2) A Chesf possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	99.762	84.300
Cíveis e fiscais	2.737.925	2.341.061
Total	2.837.687	2.425.361

- 2.1) Dentre essas destacam-se as seguintes:

- 2.1.1) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08/06/1999, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30/04/1990. Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela justiça estadual, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal de Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia, e tendo proferido nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento das importâncias acima discriminadas. Diante dessa situação a Companhia interpôs recurso de apelação, para o Tribunal Regional Federal da 5.^a Região, no qual requereu a anulação do processo a partir da fase da perícia. Ato contínuo, a autora interpôs recurso de apelação adesivo. Julgados ambos os recursos pela 4.^a turma do TRF5, em decisão publicada em 10/12/2014 que determinou a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalecendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30/09/2001. Honorários reduzidos para R\$ 20. Em 31/12/2014, aguardando decurso de prazo recursal.

- 2.1.2) Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, perante a 2.^a Vara Federal em Sergipe, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina - Processo nº 0002809-27.2002.4.05.8500.

Foram incluídos no pólo passivo da ação o Ibama, o IMA-AL, o CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em 15/04/2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito e determinando a remessa dos autos à 2.^a Vara Federal

Notas Explicativas

de Sergipe. Em 19/02/2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas perante a 2ª Vara Federal/SE.

Em 14/05/2009 houve audiência com a finalidade de decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia, restando estabelecido prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Após algumas remarcações de audiências, o Juízo decidiu inverter o ônus da prova e o ônus financeiro para realização da perícia, determinando, assim, que seu custo seja suportado pela Chesf. Contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro, a Chesf interpôs agravo de instrumento o qual foi convertido pelo desembargador relator em agravo retido, restando mantida a decisão agravada. Contra essa decisão a Chesf apresentou outros recursos (Embargos e agravo) que não lograram êxito.

Em 29/03/2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo e em 08/04/2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência realizada no dia 30/11/2011, para a definição da melhor forma de operacionalização do início dos trabalhos periciais, foi determinado que a Chesf efetivasse depósito judicial de R\$ 50 para fazer face às despesas com os peritos judiciais, depósito esse que foi realizado em 31/01/2012. Em 21/05/2013 foi realizada audiência na qual se traçou um cronograma para os trabalhos periciais, que serão realizados por equipes multidisciplinares, restando consignado previsão de conclusão dos laudos para janeiro de 2015. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor de R\$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo. Em 18/11/2014 foi realizada nova audiência, para acompanhamento de perícia e definição de cronograma de atividades com vistas à entrega do laudo.

Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível quanto ao insucesso da defesa e remota quanto aos valores dos pedidos.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF – 1.ª Região. Em 31/03/2013 - TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. No dia 26/03/2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, que se encontram pendentes de julgamentos em 31/12/2014.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 110.000.

Notas Explicativas

- 2.1.4)** Ação declaratória com pedido de indenização (Proc. nº 7125-2009/434-78.2009.8.06.0115) proposta pela Carbomil Química S.A. objetivando uma indenização em decorrência da instalação de linha de transmissão de energia elétrica na mina Lajedo do Mel, localizada nos municípios de Jaguaruana e Quixeré, no Ceará, e Baraúna, no Rio Grande do Norte. Foi realizada perícia e, em seguida, a Companhia elaborou o incidente processual, protocolizando uma exceção de incompetência, que veio a ser negada. O processo tem estimativa de perda possível no valor de R\$ 70.000. A ação foi julgada procedente, havendo a Chesf apresentado apelação em 30/09/2012. Foi proposta execução de honorários atribuídos pelo juiz da causa a incidente de incompetência relativa, tendo sido manejada pela Chesf objeção de pré-executividade, bem como mandado de segurança a fim de obstar o pagamento dessa verba. No Mandado de Segurança impetrado pela Chesf, decisão do TJCE determinou a anulação dos atos praticados e a remessa dos autos à Justiça Federal. Todos os atos praticados pela Justiça Estadual foram anulados e o processo foi distribuído à 15ª Vara Federal do Ceará, sob o nº 0000033-04.2013.4.05.8101, passando a União Federal a figurar como litisconsorte passivo. Em 15/10/2013, o Juízo da 15ª Vara Federal/CE proferiu sentença favorável à Chesf em face da prescrição e condenou a Carbomil Química S.A. a pagar honorários advocatícios à ordem de 10% sobre o valor da causa. A autora da ação interpôs recurso de apelação cível (AC568404-CE), o qual foi julgado no dia 11/06/2014 e negado provimento. A Carbomil Química S.A. opôs embargos de declaração, os quais se encontram pendentes de julgamento em 31/12/2014.
- 2.1.5)** Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, em 06/12/1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período (VMT), dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 07/11/2012 foi proferida decisão que negou seguimento ao Recurso Especial da Chesf. Contra essa decisão, a Chesf apresentou Recurso de Agravo Regimental, ao qual foi dado provimento tendo sido reconsiderada a decisão e se determinando o processamento do recurso especial. Em 11/10/2013 foi publicado acórdão dando provimento ao RESP, pronunciando-se, por unanimidade, a prescrição e decadência. Foram postos Embargos em 23/10/2013 pelo Ministério Público Federal, os quais foram rejeitados. Após a rejeição dos embargos opostos pelo Ministério Público Federal, os reassentados, na condição de terceiros interessados, opuseram novos embargos de declaração, os quais foram igualmente rejeitados. Os reassentados interpuseram Recurso Extraordinário, que se acha pendente de julgamento em 31/12/2014.
- 2.1.6)** Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, processo nº 0009364-44.2003.4.05.8300 que tramita na 2ª Vara Federal-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R\$ 250.000 (históricos), estando estimado em R\$ 598.500. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Hidroservice. A Eletrobras e a União Federal apresentaram Recurso Especial pleiteando majoração da verba honorária. O Recurso Extraordinário da Hidroservice e os Recurso Especial da Eletrobras e da União Federal foram inadmitidos e o Recurso Especial da Hidroservice foi admitido e aguarda remessa dos autos ao STJ, para julgamento. A Hidroservice, a Eletrobras e a União Federal interpuseram agravo de instrumento para que seus recursos tenham seguimento admitidos.
- 2.1.7)** Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 2490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais

Notas Explicativas

do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000. Em 31/12/2014 o processo estava concluso para sentença.

3) Com **risco de perda remoto** destaca-se a seguinte ação:

3.1) Apesar de ser considerada pelos administradores e procuradores jurídicos da Companhia como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde então.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.

A Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos pela Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Apresentados recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior o TRF 5ª Região negou-lhes seguimento, ensejando a interposição de agravos de instrumento. Em 31/12/2012 os agravos interpostos pela Mendes Júnior haviam subido para Superior Tribunal de Justiça – ARES 205.843 (2012/0155289-6), sob a relatoria do Min. Sergio Kukina. Apresentou o Ministério Público Federal parecer opinando pelo não provimento do agravo, que foi julgado improcedente em 19/02/2014. A Mendes Junior apresentou Agravo Regimental o qual fora convertido em REsp e levado à sessão de julgamento em 04/12/2014, onde houveram sustentações orais de todas as partes envolvidas. Por motivo de pedido de vista do Min. Benedito Gonçalves a sessão foi suspensa, com sua retomada em 18/12/2014, quando, à unanimidade, a Primeira Turma decidiu por não conhecer do Recurso Especial interposto pela Mendes Júnior. Em 31/12/2014, o agravo de Recurso Extraordinário estava pendente de julgamento pelo STF.

Notas Explicativas

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.

4) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis* ou *remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

27 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

A Companhia realizou, em 31/12/2014, teste de suas unidades de geração e transmissão visando identificar a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos superiores aos custos necessários para satisfazerem suas obrigações.

Como resultado deste teste, foram realizadas as seguintes provisões:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Camaçari	91.122	267.117
Itaparica	-	863.146
Jirau	-	303.988
Linha de transmissão - Funil/Itapebi	7.397	-
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	5.006	-
Linha de transmissão - Irecê/Morro do Chapéu	625	-
Linha de transmissão - Recife II/Suape II	7.657	-
Linha de transmissão - Camaçari IV/Sapeaçu	2.917	-
Total	114.724	1.434.251

A variação ocorrida na rubrica Camaçari foi decorrente do registro de reversão de contrato oneroso advinda de decisão do órgão regulador, Aneel, pela redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST de 346,598 MW para 70 MW retroativo a 16 de dezembro de 2014, com valor de R\$ 1.266 a ser ressarcido à Companhia, referente ao mês de janeiro de 2015, na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos – AMSE, realizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS na apuração subsequente a esta decisão.

Neste exercício, a reversão do contrato oneroso de Itaparica foi decorrente principalmente da assunção da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) da operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum, conforme Aviso nº 28, de 26 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional, a partir de 01 de junho de 2014 e do encerramento em 2014 dos contratos de energia elétrica da Companhia com as distribuidoras para atendimento aos projetos de irrigação.

Em relação ao contrato de Jirau, foram adotadas as premissas estabelecidas para as empresas do Sistema Eletrobras, tal como o preço de R\$ 178,84 (cento e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), que representa o valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio dos últimos 10 anos atualizado pelo IPCA, para venda de energia descontratada; uma taxa de desconto de 6,69%; e o período de vigência dos contratos, sendo o aumento do PLD o principal fator que contribuiu para a reversão da provisão relacionada a esse contrato de Compra de Energia. O aumento do PLD utilizado como premissa, no sistema Eletrobras, promoveu a reversão do contrato de Compra de Energia de Jirau.

Notas Explicativas

Quanto aos contratos de transmissão, as premissas adotadas no cálculo de contrato oneroso contemplaram as receitas de transmissão dos contratos de concessão autorizadas pela Resolução nº 1.756, de 24 de junho de 2014, uma taxa de desconto de 6,57% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

28 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia porventura tenha direito.

28.1 – Compra de energia

Referem-se a contratos de compra de energia elétrica com empresas geradoras.

Posições compradas		2015/2016	2017/2018	2019	A partir de 2019 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	3.245.705	3.286.682	1.643.341	14.931.215
	Preço médio (R\$)	149,65	141,28	137,85	156,92

28.2 – Venda de energia

Posições vendidas		2015/2016	2017/2018	2019	A partir de 2019 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	6.687.424	1.086.240	-	-
	Preço médio (R\$)	124,47	192,06	-	-

28.3 - Compromissos com aportes em SPEs

SPE	2015/2016	2017/2018	2019	Após 2019
Complexo Eólico Pindaí II	10.761	-	-	-
ESBR Participações S.A.	292.400	-	-	-
Norte Energia S.A.	385.063	-	-	-
Complexo Eólico Sento Sé II	31.458	-	-	-
Complexo Eólico Sento Sé III	31.084	-	-	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	96.671	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	50.122	-	-	-
Companhia Energética SINOP S.A.	51.959	16.188	-	-
Complexo Eólico Pindaí III	5.571	-	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	2.450	-	-	-

Notas Explicativas**28.4 – Imobilizado**

	2015/2016	2017/2018	2019	Após 2019
ABB Ltda.	13.621	-	-	-
Procable Energia e Telecomunicações S.A.	7.353	-	-	-
Voith Hydro Services Ltda.	2.089	3.942	-	-
Real Energy Ltda.	1.334	2.227	-	775
IMOM Tecnologia Ltda.	1.250	-	-	-

A Companhia possui um empreendimento em energia eólica denominado UEE Casa Nova, no qual sua expectativa é que para conclusão da obra sejam realizados investimentos adicionais da ordem de R\$ 385 milhões.

29 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital Social**

O capital social, no valor de R\$ 9.753.953 (R\$ 9.753.953, em 2013), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

31/12/2014						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

- Reservas de Capital**

	31/12/2014	31/12/2013
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	4.916.199	4.916.199

- Outros Resultados Abrangentes**

A Companhia reconheceu neste exercício em seu patrimônio líquido de forma reflexa, pelo método da equivalência patrimonial, ajustes em Outros resultados abrangentes decorrentes de perda no resultado de operações de *hedge* de fluxo de caixa efetivo registrados no patrimônio líquido da sua controlada em conjunto ESBR Participações S.A., proporcionalmente à participação nessa empresa no valor de R\$ 600 (ganho de R\$ 133, em 2013).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33(R1) (IAS 19), a Companhia reconheceu neste exercício perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em Outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 663.557 (ganho de R\$ 100.389, em 2013), perfazendo um montante acumulado de R\$ 903.879 (R\$ 705.357, em 2013).

Notas Explicativas

- Prejuízos acumulados**

De acordo com a legislação societária o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem, permanecendo seu saldo na conta de prejuízos acumulados para compensação de resultados positivos futuros antes de qualquer participação.

A Companhia encerrou o exercício de 2014 com um prejuízo acumulado de R\$ 3.776.818.

- Remuneração aos acionistas**

A companhia apurou no exercício encerrado em 31/12/2014 um prejuízo de R\$ 1.117.938. Consequentemente no exercício, não foi proposta a distribuição de dividendos conforme preceitua a legislação societária.

30 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30(R1) – Receitas (IAS 18), demonstramos a seguir a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
<u>GERAÇÃO</u>		
Fornecimento de energia elétrica	886.567	830.276
Operação e manutenção de usinas e suprimento	1.346.713	1.641.544
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	152.364	672.780
Receita de construção	88.641	69.707
Outras receitas operacionais	4.814	4.592
<u>TRANSMISSÃO</u>		
Operação e manutenção do sistema de transmissão	765.778	642.797
Receita de construção	896.186	869.883
Receita financeira	56.690	44.390
Outras receitas operacionais	12.258	11.465
	4.210.011	4.787.434
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Encargos setoriais		
Reserva Global de Reversão – RGR	(30.128)	(41.923)
Pesquisa e Desenvolvimento	(26.010)	(31.693)
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC	-	(5.187)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(6.658)	(6.343)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(140.235)	(141.999)
Proinfa	(53.095)	(50.961)
ICMS sobre energia elétrica	(113.073)	(105.700)
ISS	(818)	(799)
PIS/Pasep	(49.330)	(53.754)
Cofins	(227.229)	(250.592)
	(646.576)	(688.951)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.563.435	4.098.483

Notas Explicativas

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, de construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão e geração. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

31 – ENCARGOS SETORIAIS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos setoriais que totalizaram R\$ 276.708 (R\$ 316.721, em 2013) com a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31/12/2014	31/12/2013
Reserva Global de Reversão – RGR	30.128	41.923
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	26.010	31.693
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	-	5.187
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.658	6.343
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	53.095	50.961
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	7.648	16.303
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	152.290	161.503
Encargo de Energia de Reserva – EER	879	2.808
Total	276.708	316.721

32 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	Controladora			
	31/12/2014			31/12/2013
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	620.038	-	620.038	682.356
Encargos de uso da rede de transmissão	732.110	-	732.110	796.324
Custo de construção	984.827	-	984.827	939.590
Pessoal	321.583	549.229	870.812	1.521.820
Material	10.636	14.935	25.571	25.029
Combustíveis para a produção de energia	362.811	-	362.811	730.443
Serviço de terceiros	87.032	110.770	197.802	177.617
Depreciação e amortização	36.359	68.867	105.226	104.645
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	12.055	-	12.055	19.504
Reversão contrato oneroso	(1.319.527)	-	(1.319.527)	(869.305)
Benefícios pós-emprego	-	105.121	105.121	110.199
Arrendamentos e aluguéis	5.283	11.305	16.588	16.166
Tributos	46	12.138	12.184	4.709
Provisões para contingências	-	155.666	155.666	40.613
Provisão para impairment	-	443.197	443.197	620.274
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	39.547	39.547	43.370
Perdas com clientes	-	17.385	17.385	9.794
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	(246.915)	(246.915)	246.915
Outras provisões operacionais	-	68.368	68.368	97.546
Resultado de equivalência patrimonial	-	169.474	169.474	(65.378)
Outros	(56.436)	236.847	180.411	(8.643)
Total	1.796.817	1.755.934	3.552.751	5.243.588

Notas Explicativas

Neste exercício as principais variações ocorridas nos custos e despesas operacionais da Companhia foram decorrentes da reversão de contrato oneroso, conforme descrito na nota 27, e da reversão de provisão para perdas na realização de investimentos, em reforços e melhorias nas instalações alcançadas pela Lei nº 12.783/2013, conforme descrito na nota 14.

No exercício de 2013, os principais destaques foram nas rubricas de pessoal decorrente do registro de provisão para fazer face aos gastos com o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV, e de compra de combustível para produção de energia elétrica, em função do despacho pelo Operadora Nacional do Sistema Elétrico – ONS para operação da Usina Térmica Camaçari.

	Consolidado		
	31/12/2014		
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total
Energia elétrica comprada para revenda	620.038	-	620.038
Encargos de uso da rede de transmissão	732.110	-	732.110
Custo de construção	984.827	-	984.827
Pessoal	321.583	549.691	871.274
Material	10.636	14.935	25.571
Combustíveis para a produção de energia	362.811	-	362.811
Serviço de terceiros	87.032	111.126	198.158
Depreciação e amortização	36.359	68.871	105.230
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	12.055	-	12.055
Reversão contrato oneroso	(1.319.527)	-	(1.319.527)
Benefícios pós-emprego	-	105.121	105.121
Arrendamentos e aluguéis	5.283	11.408	16.691
Tributos	46	12.150	12.196
Provisões para contingências	-	155.666	155.666
Provisão/reversão impairment	-	443.197	443.197
Provisão (reversão de provisão) para créditos de liquidação duvidosa	-	39.547	39.547
Perdas com clientes	-	17.385	17.385
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	(246.915)	(246.915)
Outras provisões (reversões) operacionais	-	68.368	68.368
Resultado de equivalência patrimonial	-	168.718	168.718
Outros	(56.436)	237.022	180.586
Total	1.796.817	1.756.290	3.553.107

Notas Explicativas

33 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Receitas Financeiras			
Resultado de aplicações financeiras	242.901	16.782	243.358
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	62.527	56.765	62.527
Outras variações monetárias ativas	3.077	855	3.077
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	425.672	342.671	425.672
Outras receitas financeiras	78.702	61.114	78.717
PIS/Pasep e Cofins	(40)	(636)	(36)
	812.839	477.551	813.315
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	(131.496)	(40.241)	(131.496)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(682)	(623)	(682)
Outras variações monetárias passivas	(144)	(299)	(144)
Outras despesas financeiras	(31.172)	(20.141)	(31.263)
	(163.494)	(61.304)	(163.585)
Total	649.345	416.247	649.730

34 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Lucro/prejuízo antes do Imposto de renda e da Contribuição social	660.029	(728.858)	660.058
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social	224.410	-	224.420
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões temporárias (*)	1.497.519	-	1.497.519
Efeitos fiscais sobre outras adições ou exclusões	56.038	(262.792)	56.057
Imposto de renda apurados e Contribuição social	1.777.967	(262.792)	1.777.996
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.777.967)	262.792	(1.777.996)
Contribuição Social	(527.025)	98.983	(527.036)
Imposto de Renda	(1.250.942)	163.809	(1.250.960)
Imposto de renda do exercício e Contribuição social	(1.777.967)	262.792	(1.777.996)

(*) Em razão da baixa dos impostos diferidos no período constituídos em anos anteriores.

35 – INCENTIVOS FISCAIS – SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão, o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para os anos de 2011 a 2020, e para o contrato número 010/2007, para os anos de 2014 a 2023.

Notas Explicativas

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

No ano de 2014, a empresa não usufruiu do incentivo fiscal da redução de 75% do imposto de renda, em virtude de não ter obtido lucro da exploração.

36 – PREJUÍZO POR AÇÃO**a) Prejuízo Básico**

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<u>Básico</u>						
Numerador						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(1.082.863)	(35.075)	(1.117.938)	(451.443)	(14.623)	(466.066)
Denominador						
Quantidade de ações	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
Prejuízo básico por ação em R\$	(20,00)	(20,00)	(20,00)	(8,34)	(8,34)	(8,34)

b) Prejuízo Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da quantidade média ponderada de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados. A Companhia não possui qualquer efeito diluidor para o resultado apurado no exercício de 2014.

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<u>Diluído</u>						
Numerador						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(1.082.863)	(35.075)	(1.117.938)	(451.443)	(14.623)	(466.066)
Denominador						
Quantidade com a conversão pressuposta	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
Prejuízo diluído por ação em R\$	(20,00)	(20,00)	(20,00)	(8,34)	(8,34)	(8,34)

Notas Explicativas**37 – PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2014			31/12/2013		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Contas a receber	956	-	-	1.339	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	42.385	-	-	55.113	-
	Contas a pagar	-	476	-	-	542	-
	Despesa financeira	-	-	(3.269)	-	-	(5.235)
		956	42.861	(3.269)	1.339	55.655	(5.235)
Furnas	Clientes	3.085	-	-	2.650	-	-
	Contas a receber	-	-	-	42	-	-
	Fornecedores	-	11.646	-	-	6.206	-
	Energia comprada	-	-	(70.080)	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(56.300)	-	-	(64.503)
		3.085	11.646	(126.380)	2.692	6.206	(64.503)
Eletrosul	Clientes	55	-	-	50	-	-
	Contas a receber	36	-	-	64	-	-
	Fornecedores	-	5.583	-	-	6.540	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(56.554)	-	-	(62.012)
		91	5.583	(56.554)	114	6.540	(62.012)
Eletronorte	Clientes	3.966	-	-	3.776	-	-
	Fornecedores	-	5.154	-	-	48.259	-
	Contas a receber	16	-	-	6	-	-
	Energia comprada	-	-	-	-	-	(536.550)
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(44.169)	-	-	(28.151)
		3.982	5.154	(44.169)	3.782	48.259	(564.701)
Eletronuclear	Clientes	535	-	-	391	-	-
	Contas a pagar	-	40	-	-	-	-
		535	40	-	391	-	-
CGTEE	Clientes	236	-	-	180	-	-
		236	-	-	180	-	-
Eletropar	Contas a receber	14.693	-	-	14.693	-	-
	(-) Provisão para perdas	(13.237)	-	-	(13.237)	-	-
	Adiantamento a fornecedores	5.279	-	-	5.279	-	-
	Contas a pagar	-	1.456	-	-	1.456	-
		6.735	1.456	-	6.735	1.456	-
Ceal	Clientes	35.911	-	-	29.703	-	-
	Contas a receber	48	-	-	42	-	-
	Contas a pagar	-	90	-	-	83	-
	Suprimento de energia	-	-	27.283	-	-	25.694
		35.959	90	27.283	29.745	83	25.694
Fachesf	Fornecedores	-	10.719	-	-	302	-
	Contribuição normal	-	10.220	-	-	14.238	-
	Despesa financeira	-	-	(55.871)	-	-	(60)
	Despesas operacionais	-	-	(17.401)	-	-	(17.732)
	Despesas atuariais	-	-	(105.121)	-	-	(110.199)
		-	20.939	(178.393)	-	14.540	(127.991)

Notas Explicativas

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2014			31/12/2013		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Celg - D	Clientes	4.124	-	-	3.800	-	-
	Suprimento de energia	-	-	39.777	-	-	41.849
		4.124	-	39.777	3.800	-	41.849
Cepisa	Clientes	4.315	-	-	3.744	-	-
	Suprimento de energia	-	-	29.332	-	-	27.610
		4.315	-	29.332	3.744	-	27.610
STN	Contas a receber	263	-	-	191	-	-
	Partic. societária permanente	163.434	-	-	195.154	-	-
	Fornecedores	-	1.250	-	-	1.439	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	2.841	-	-	2.297
	Receita financeira (JCP)	-	-	-	-	-	1.519
	Juros s/ capital próprio (JCP)	-	-	-	1.292	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	46.014	-	-	38.082
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(12.427)	-	-	(14.740)
		163.697	1.250	36.428	196.637	1.439	27.158
Integração Transmissora de Energia S.A.	Partic. societária permanente	41.064	-	-	38.152	-	-
	Fornecedores	-	971	-	-	1.108	-
	Receitas financeiras (JCP)	-	-	-	-	-	720
	Dividendos	-	-	-	722	-	-
	Juros s/ capital próprio (JCP)	-	-	-	612	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(9.496)	-	-	(11.347)
	Equivalência patrimonial	-	-	5.573	-	-	3.660
		41.064	971	(3.923)	39.486	1.108	(6.967)
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	89.580	-	-	92.842	-	-
	Clientes	159	-	-	131	-	-
	Dividendos	1.124	-	-	3.379	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	2.030	-	-	13.521
		90.863	-	2.030	96.352	-	13.521
ESBR Participações S.A.	Clientes	2.295	-	-	-	-	-
	Partic. societária permanente	1.453.682	-	-	1.376.070	-	-
	Fornecedores	-	9.872	-	-	-	-
	Energia comprada	-	-	(31.200)	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(230.788)	-	-	(38.888)
	Outros resultados abrangentes	-	(600)	-	-	133	-
		1.455.977	9.272	(261.988)	1.376.070	133	(38.888)
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	444.155	-	-	371.044	-	-
	Fornecedores	-	3.969	-	-	1.624	-
	Dividendos	7.257	-	-	7.556	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	1.981
	Equivalência patrimonial	-	-	32.388	-	-	34.409
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(31.830)	-	-	-
		451.412	3.969	558	378.600	1.624	36.390
Manaus Transmissora	Partic. societária permanente	215.793	-	-	207.038	-	-
	Fornecedores	-	1.797	-	-	695	-
	Encargo de uso de rede	-	-	(10.485)	-	-	(9.590)
	AFAC	14.625	-	-	13.650	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	8.755	-	-	10.882
		230.418	1.797	(1.730)	220.688	695	1.292
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	4.724	-	-	3.533	-	-
	Dividendos	12.351	-	-	9.377	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	4.164	-	-	479
		17.075	-	4.164	12.910	-	479

Notas Explicativas

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2014			31/12/2013		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
TDG	Partic. societária permanente	28.013	-	-	49.829	-	-
	Contas a receber	429	-	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	125	-
	Fornecedores	-	181	-	-	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	4.187	-	-	57
	AFAC	101.000	-	-	86.000	-	-
	Dividendos	-	-	-	2.152	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(1.787)	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(23.968)	-	-	6.798
		129.442	181	(21.568)	137.981	125	6.855
Norte Energia S.A.	Partic. societária permanente	804.066	-	-	631.824	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(32.508)	-	-	(6.000)
		804.066	-	(32.508)	631.824	-	(6.000)
Ceron	Clientes	999	-	-	840	-	-
	Suprimento de energia	-	-	4.044	-	-	3.835
		999	-	4.044	840	-	3.835
Eletroacre	Clientes	361	-	-	284	-	-
	Suprimento de energia	-	-	3.759	-	-	3.793
		361	-	3.759	284	-	3.793
Complexo Eólico Sento Sé I	Clientes	21	-	-	15	-	-
	Contas a receber	27	-	-	25	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	273	-	-	379
	Partic. societária permanente	51.323	-	-	49.457	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	2.123	-	-	(1.536)
		51.371	-	2.396	49.497	-	(1.157)
Complexo Eólico Sento Sé II	Partic. societária permanente	35.477	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(81)	-	-	-
		35.477	-	(81)	-	-	-
Complexo Eólico Sento Sé III	Partic. societária permanente	1.576	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(14)	-	-	-
		1.576	-	(14)	-	-	-
Cepel	Despesas operacionais	-	-	(10.925)	-	-	(10.924)
		-	-	(10.925)	-	-	(10.924)
IE Garanhuns	Partic. societária permanente	181.526	-	-	98.659	-	-
	AFAC	20.629	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	16.717	-	-	2.853
		202.155	-	16.717	98.659	-	2.853
Complexo Eólico VamCruz	Partic. societária permanente	72.993	-	-	19.157	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(42)	-	-	(334)
		72.993	-	(42)	19.157	-	(334)
Extemoz	Contas a receber	603	-	-	-	-	-
	Partic. societária permanente	7.180	-	-	1.505	-	-
	Fornecedores	-	106	-	-	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	211	-	-	-
	Encargo de uso de rede	-	-	(211)	-	-	-
	AFAC	453.761	-	-	178.150	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	5.675	-	-	1.452
		461.544	106	5.675	179.655	-	1.452
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	Partic. societária permanente	119.057	-	-	53.830	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(1)	-	-	-
		119.057	-	(1)	53.830	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	Partic. societária permanente	108.022	-	-	-	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		108.022	-	-	-	-	-
Amazonas Distribuidora	Clientes	2.463	-	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	73	-	-	59	-
		2.463	73	-	-	59	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	Partic. societária permanente	57.877	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(486)	-	-	-
		57.877	-	(486)	-	-	-

Notas Explicativas

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2014			31/12/2013		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Cia. Energética SINOP S.A.	Partic. societária permanente	87.047	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(4.249)	-	-	-
		87.047	-	(4.249)	-	-	-
Santo Antônio Energia	Clientes	3.749	-	-	-	-	-
		3.749	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí I	Partic. societária permanente						
	(Ativos não circ. mantidos p/venda)	85.866	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(784)	-	-	-
		85.866	-	(784)	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí II	Partic. societária permanente						
	(Ativos não circ. mantidos p/venda)	34.790	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	28	-	-	-
		34.790	-	28	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí III	Partic. societária permanente	10.435	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(20)	-	-	-
		10.435	-	(20)	-	-	-

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

Eletrobras (Controladora)

- Contratos de financiamentos e empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 21;
- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial.

Furnas

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;
- Contratos de compra de energia;
- Empregados requisitados.

Eletrosul

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.
- Empregados cedidos.

Eletronorte

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;
- Empregados cedidos.

Eletronuclear

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Empregados requisitados.

CGTEE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

Eletropar

- Contratos celebrados para prestação de serviços;

Notas Explicativas

Ceal

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Empregados cedidos;
- Empregados requisitados.

Fachesf

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

Celq – D

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;

Cepisa

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Integração Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Energética Águas da Pedra S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

ESBR Participações S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de compra de energia.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.
- Remuneração pelo capital investido.

Manaus Construtora Ltda.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

Notas Explicativas**TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.
- Remuneração pelo capital investido.

Norte Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

Complexo Eólico Sento Sé I

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- Contrato celebrado para prestação de serviços.

Complexo Eólico Sento Sé II

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Eólico Sento Sé III

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Cepel

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- Adiantamento para futuro aumento de capital;

Complexo Eólico VamCruz

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- Adiantamento para futuro aumento de capital.
- Contrato celebrado para prestação de serviços.
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.
- Remuneração pelo capital investido.

Complexo Eólico Chapada do Piauí I

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Eólico Chapada do Piauí II

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Empregados requisitados.

Notas Explicativas**Complexo Eólico Serra das Vacas**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Companhia Energética SINOP S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Santo Antônio Energia

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

Complexo Eólico Pindaí I

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Eólico Pindaí II

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Eólico Pindaí III

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.

Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no exercício de 2014 está demonstrado a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	2.887	2.860
Encargos Sociais	665	751
Benefícios	478	549
Total	4.030	4.160

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Companhia.

Notas Explicativas**38 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS****38.1 – CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável – concessão do serviço público, valores a receber – Lei nº 12.783/2013, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
<u>Ativos financeiros</u>			
<u>Empréstimos e recebíveis</u>			
Clientes	373.104	312.876	373.104
Ativo financeiro – concessão de serviço público	3.580.493	2.719.907	3.580.493
Adiantamentos a controladas em conjunto	590.015	277.800	590.015
Direitos de ressarcimento			
Adiantamentos consórcios	-	33.226	-
Financiamentos e empréstimos	7.340	10.725	7.340
<u>Mantidos até o vencimento</u>			
Títulos e valores mobiliários	8.298	8.263	8.298
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	2.093.532	2.709.735	2.093.532
Cauções e depósitos vinculados	77.120	150.819	77.120
<u>Mensurados a valor justo</u>			
Títulos e valores mobiliários	678.495	1.967.283	678.495
Caixa e equivalentes de caixa	636.153	841.111	658.063
Total Ativos financeiros	8.044.550	9.031.745	8.066.460
<u>Passivos financeiros</u>			
<u>Mensurados ao custo amortizado</u>			
Financiamentos e empréstimos	1.207.567	852.011	1.207.567
Fornecedores	499.024	444.526	509.900
Total Passivos financeiros	1.706.591	1.296.537	1.717.467

38.1.1 - Ativos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- Caixa e equivalentes de caixa**

O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Clientes**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Ativo Financeiro – Concessões de serviço público**

Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão estão reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços da concessão e o menor entre o valor contábil dos ativos financeiros com expectativa de serem recebidos no fim da concessão e o valor novo de reposição.

- Cauções e depósitos vinculados**

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial

Notas Explicativas

e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registradas pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustadas ao valor provável de realização, quando aplicável.

38.1.2 - Passivos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- **Fornecedores**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- **Financiamentos e empréstimos**

Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2014. Destacam-se: os empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que representam 75,8% do total dos financiamentos e empréstimos, destinados exclusivamente a provisão de fundos da conta corrente de depósitos; e os contratos com nossa controladora, a Eletrobras, que representam cerca de 3,5% do total dos financiamentos e empréstimos, dos quais 82,5% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 5,0% ao ano, e taxa de administração de 2,0%. A taxa de mercado da Eletrobras é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

38.2- GESTÃO DE RISCO

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco de mercado**

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, a ocorrência de diferenças relevantes

Notas Explicativas

originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

- **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

- **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants financeiros*). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Exposição à taxa de juros	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Ativos			
IPCA	2.211.853	3.520.625	2.211.853
Total	2.211.853	3.520.625	2.211.853
Passivos			
CDI	915.673	501.918	915.673
IPCA	361	429	361
Total	916.034	502.347	916.034
Passivo líquido exposto	(1.295.819)	(3.018.278)	(1.295.819)

- **Risco de preço**

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

- **Risco de crédito**

Risco de Crédito é o risco de a Companhia incorrer em perda decorrente de um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo

Notas Explicativas**Exposição ao Risco de Crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	6	636.153	841.111	658.063
Títulos e valores mobiliários	7	686.793	1.975.546	686.793
Clientes	8	373.104	312.876	373.104

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

- Risco de liquidez**

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Saldo contábil	Total do fluxo	Controladora			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2014						
Fornecedores	499.024	499.024	499.024	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.207.567	1.468.431	339.040	364.585	764.806	-
Obrigações estimadas	122.832	122.832	122.832	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013						
Fornecedores	444.526	444.526	444.526	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	852.011	929.353	80.412	199.623	577.945	71.373
Obrigações estimadas	102.167	102.167	102.167	-	-	-

	Saldo contábil	Total do fluxo	Consolidado			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2014						
Fornecedores	509.900	509.900	509.900	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.207.567	1.468.431	339.040	364.585	764.806	-
Obrigações estimadas	122.832	122.832	122.832	-	-	-

Notas Explicativas**38.3 – GESTÃO DE CAPITAL**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução de custos.

A Companhia possui uma excelente capacidade de alavancagem, fruto de sua situação econômico-financeira decorrente das concessões, dos recursos das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a expectativa de sua geração operacional de caixa, que garante seus investimentos, que pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, utilizado pela sua controladora para o Sistema Eletrobras. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos, de curto e longo prazos, e fornecedores conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Financiamentos e empréstimos	1.207.567	852.011	1.207.567
(-)Caixa e equivalentes de caixa	636.153	841.111	658.063
Dívida líquida	571.414	10.900	549.504
Patrimônio líquido	9.523.820	11.305.915	9.523.869
Total do capital	10.095.234	11.316.815	10.073.373
Índice de alavancagem financeira	5,7%	0,1%	5,5%

38.4 – ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Instrumentos Financeiros	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Títulos e valores mobiliários	678.495	678.495	1.967.283	1.967.283
Aplicações financeiras	624.912	624.912	695.133	695.133
Total	1.303.407	1.303.407	2.662.416	2.662.416

O cálculo do valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários e aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros de papéis similares.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Controladora			
	31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	678.495	-	-	678.495
Aplicações financeiras	624.912	-	-	624.912
Total	1.303.407	-	-	1.303.407
	31/12/2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	1.967.283	-	-	1.967.283
Aplicações financeiras	695.133	-	-	695.133
Total	2.662.416	-	-	2.662.416

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	678.495	-	-	678.495
Aplicações financeiras	646.821	-	-	646.821
Total	1.325.316	-	-	1.325.316

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

38.5 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

A análise adotou premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus, divulgado pelo Banco Central e Economic Outlook 96, publicado pela OECD.

Depreciação dos índices

	Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2014	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Ativos							
IPCA	2.211.853	6,60	4,95	3,30	2.357.835	2.321.340	2.284.844
Passivos							
IPCA	361	6,60	4,95	3,30	385	379	373
CDI	915.673	12,50	9,38	6,25	1.030.132	1.001.563	972.903
Efeito líquido	1.295.819				1.327.318	1.319.398	1.311.568

Notas Explicativas**Apreciação dos índices**

	Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2014	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Ativos							
IPCA	2.211.853	6,60	8,25	9,90	2.357.835	2.394.331	2.430.826
CDI	-						
Outros [especificar]							
Passivos							
IPCA	361	6,60	8,25	9,90	385	391	397
CDI	915.673	12,50	15,63	18,75	1.030.132	1.058.793	1.087.362
Outros [especificar]							
Efeito líquido	1.295.819				1.327.318	1.335.147	1.343.068

Notas Explicativas**39 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS**

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.974.241	1.589.194	3.563.435	2.657.005	1.441.478	4.098.483
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(620.038)	-	(620.038)	(682.356)	-	(682.356)
Encargos de uso da rede de transmissão	(732.110)	-	(732.110)	(796.324)	-	(796.324)
Custo de operação						
Pessoal	(94.055)	(225.654)	(319.709)	(91.112)	(228.884)	(319.996)
Material	(3.995)	(6.641)	(10.636)	(3.853)	(6.387)	(10.240)
Combustíveis para a produção de energia	(362.811)	-	(362.811)	(730.443)	-	(730.443)
Serviço de terceiros	(24.730)	(62.289)	(87.019)	(21.060)	(52.978)	(74.038)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(12.055)	-	(12.055)	(19.504)	-	(19.504)
Depreciação e amortização	(36.359)	-	(36.359)	(37.702)	-	(37.702)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(3.460)	(4.188)	(7.648)	(8.980)	(7.323)	(16.303)
Reversão contrato oneroso	1.343.129	(23.602)	1.319.527	785.166	84.139	869.305
Outras	62.353	(3.598)	58.755	48.315	(1.073)	47.242
	(484.131)	(325.972)	(810.103)	(1.557.853)	(212.506)	(1.770.359)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	(260)	(1.627)	(1.887)	-	(1.308)	(1.308)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(88.641)	(896.186)	(984.827)	(69.707)	(869.883)	(939.590)
LUCRO BRUTO	1.401.209	365.409	1.766.618	1.029.445	357.781	1.387.226
DESPESAS OPERACIONAIS	(719.653)	(866.807)	(1.586.460)	(527.790)	(2.069.919)	(2.597.709)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	681.556	(501.398)	180.158	501.655	(1.712.138)	(1.210.483)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL						
Ganhos em equivalência patrimonial	4.319	123.248	127.567	13.521	98.615	112.136
Perdas em equivalência patrimonial	(269.111)	(27.930)	(297.041)	(46.758)	-	(46.758)
	(264.792)	95.318	(169.474)	(33.237)	98.615	65.378
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Resultado de aplicações financeiras	135.021	107.880	242.901	(8.752)	25.534	16.782
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	52.515	10.012	62.527	47.049	9.716	56.765
Outras variações monetárias ativas	890	2.187	3.077	245	610	855
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	336.011	89.661	425.672	264.053	78.618	342.671
Outras receitas financeiras	27.445	51.257	78.702	27.675	33.439	61.114
PIS/Pasep e Cofins	(23)	(17)	(40)	(371)	(265)	(636)
Encargos de dívidas	(32.335)	(99.161)	(131.496)	(3.843)	(36.398)	(40.241)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	-	(682)	(682)	(1)	(622)	(623)
Outras variações monetárias passivas	(42)	(102)	(144)	(164)	(135)	(299)
Outras despesas financeiras	(18.463)	(12.709)	(31.172)	(13.905)	(6.236)	(20.141)
	501.019	148.326	649.345	311.986	104.261	416.247
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	917.783	(257.754)	660.029	780.404	(1.509.262)	(728.858)
Imposto de renda e contribuição social	(2.934.890)	1.156.923	(1.777.967)	(250.395)	513.187	262.792
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.017.107)	899.169	(1.117.938)	530.009	(996.075)	(466.066)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	(36,08)	16,08	(20,00)	9,48	(17,82)	(8,34)
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	(36,08)	16,08	(20,00)	9,48	(17,82)	(8,34)

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/12/2014		
	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.974.241	1.589.194	3.563.435
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(620.038)	-	(620.038)
Encargos de uso da rede de transmissão	(732.110)	-	(732.110)
Custo de operação			
Pessoal	(94.055)	(225.654)	(319.709)
Material	(3.995)	(6.641)	(10.636)
Combustíveis para a produção de energia	(362.811)	-	(362.811)
Serviço de terceiros	(24.730)	(62.289)	(87.019)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(12.055)	-	(12.055)
Depreciação e amortização	(36.359)	-	(36.359)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(3.460)	(4.188)	(7.648)
Reversão contrato oneroso	1.343.129	(23.602)	1.319.527
Outras	62.353	(3.598)	58.755
	(484.131)	(325.972)	(810.103)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	(260)	(1.627)	(1.887)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(88.641)	(896.186)	(984.827)
LUCRO BRUTO	1.401.209	365.409	1.766.618
DESPESAS OPERACIONAIS	(720.765)	(866.807)	(1.587.572)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	680.444	(501.398)	179.046
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL			
Ganhos em equivalência patrimonial	4.229	123.248	127.477
Perdas em equivalência patrimonial	(268.265)	(27.930)	(296.195)
	(264.036)	95.318	(168.718)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA			
Renda de aplicações financeiras	135.478	107.880	243.358
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	52.515	10.012	62.527
Outras variações monetárias ativas	890	2.187	3.077
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	336.011	89.661	425.672
Outras receitas financeiras	27.460	51.257	78.717
PIS/Pasep e Cofins	(19)	(17)	(36)
Encargos de dívidas	(32.335)	(99.161)	(131.496)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	-	(682)	(682)
Outras variações monetárias passivas	(42)	(102)	(144)
Outras despesas financeiras	(18.554)	(12.709)	(31.263)
	501.404	148.326	649.730
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	917.812	(257.754)	660.058
Imposto de renda e contribuição social	(2.934.919)	1.156.923	(1.777.996)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.017.107)	899.169	(1.117.938)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	(36,08)	16,08	(20,00)
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	(36,08)	16,08	(20,00)

Notas Explicativas

40 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros cada um com período de duração de um ano e todos com início a partir de 30/04/2014, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<u>Apólices</u>	Importâncias Seguradas	Prêmios Anuais
- Riscos Nomeados:		
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	4.062.560	8.604
- Riscos aeronáuticos	38.425	416
- Transporte	173.680	177
	4.274.665	9.197

Para o Seguro de Riscos Nomeados são emitidas duas apólices, sendo uma para as Usinas e outra para as Subestações, relacionando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização, além dos bens em almoxarifados. O seguro possui cobertura securitária básica para: incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 9.637 referentes a danos causados às aeronaves, estão incluídos R\$ 2.972 para responsabilidade civil e R\$ 25.817 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

41 - BENS E DIREITOS DA UNIÃO UTILIZADOS PELA CONCESSIONÁRIA

Nos termos da Instrução Contábil nº 6.3.13, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia mantém, em registros auxiliares, bens e direitos da União em regime especial de utilização, segregados por atividade, no montante de R\$ 68.141 (custo corrigido), conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2014								31/12/2013	
	Geração				Transmissão				Geração	Transmissão
	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor líquido	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Barragem da UHE Castelo Branco	1	56.858	(56.858)	-	-	-	-	-	1.137	-
Terrenos	10	2.958	-	2.958	1	2	-	2	2.958	223
Edificações	223	1.688	(1.688)	-	-	-	-	-	-	-
Reassentamento da UHE Itaparica	1	5.201	(3.335)	1.866	-	-	-	-	2.074	-
Aeroporto de Guadalupe - PI	1	926	(926)	-	-	-	-	-	-	-
Estrada de acesso à UHE Castelo Branco	1	508	(508)	-	-	-	-	-	-	-
Total	237	68.139	(63.315)	4.824	1	2	-	2	6.169	223

Notas Explicativas**42 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**

Tomando-se por base o mês de dezembro de 2014 e de acordo com a política salarial da Companhia, a maior e a menor remunerações mensais pagas a empregados foram de R\$ 50.867,91 e R\$ 1.538,66, respectivamente; o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 49.627,61. Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

43 - MEIO AMBIENTE (não auditada)

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, individualmente, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	31/12/2014			31/12/2013
	Aplicação			Total
	Imobilizado	Resultado	Total	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	7.122	3.389	10.511	10.281
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2.606	2.461	5.067	2.432
Educação ambiental para a comunidade	509	1.312	1.821	1.151
Outros projetos ambientais	446	685	1.131	2.298
Total	10.683	7.847	18.530	16.162

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.
- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 70.305, com previsão de desembolso de R\$ 53.956 para o exercício de 2015 e R\$ 16.349 a partir de 2016.

44 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não auditada)

A Chesf tem como política permanente a qualificação dos seus dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	31/12/2014	31/12/2013
Empregados treinados	3.545	3.724
Homem/hora treinados	273.732	220.264
Média/hora treinamento	62	40
Índice de empregados treinados (%)	80	68
Força de trabalho treinada (%)	3	2
Investimento total (R\$ mil)	4.180	3.390
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	948	619

Notas Explicativas**COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Armando Casado de Araújo
Presidente

Antônio Varejão de Godoy
Conselheiro

Marcelo Bruto da Costa Correia
Conselheiro

Altino Ventura Filho
Conselheiro

Virgínia Parente de Barros
Conselheira

José Hollanda Cavalcanti Júnior
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Conselheiro

Marcelo Cruz
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Antônio Varejão de Godoy
Diretor-Presidente

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Econômico-Financeiro

José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor de Operação

Helder Rocha Falcão
Diretor Administrativo

SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

Denilson Veronese da Costa
Superintendente
CRC-PB-004638/O-7 "S" PE – Contador

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
Recife – PE

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Ênfase

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 2.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, montam a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Nossa conclusão não contém ressalvas em função desse assunto.

Continuidade operacional de empresas investidas

Conforme citado na nota explicativa nº 28.3, a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Xingó) e UHE Belo Monte (Rio Madeira). Esses gastos, de acordo com as estimativas da administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e consequente início das operações, dependem da capacidade dessas investidas para continuar a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A. e Manaus Transmissora S.A. e as investidas que formam o Complexo Eólico Piauí I e Complexo Eólico Piauí II, nas quais a Companhia participa com 20%, 19,5% e ambas 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2014, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 943.137 mil, porém não apresentam passivo a descoberto.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.17.a), em função de notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento da Companhia e/ou suas investidas no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato”, a administração da Companhia adotou algumas ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Companhia até o momento, na avaliação da administração, eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas demonstrações financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação “Lava Jato” ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de março de 2014, que não conteve modificação.

Recife, 26 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7

Leonardo Augusto Giusti
Contador CRC 1SP203952/O-9

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Decisão da Diretoria Executiva de 26 de março de 2015, homologada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015, analisou o Relatório da Administração, relativo ao Exercício de 2014, e, assistido pelo Superintendente de Execução e Controle Econômico-Financeiro da Companhia, Denilson Veronese da Costa e pelos Representantes da KPMG Auditores Independentes, analisou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido em 26 de março de 2015, que contém três parágrafos de ênfase, intitulados: “Valores a Receber Sujeitos à Aprovação do Regulador”; “Continuidade Operacional de Empresas Investidas” e “Riscos Relacionados a Conformidade com Leis e Regulamentos”.

Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício de 2014, um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões, não foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos, sendo o referido valor registrado na conta de Prejuízos Acumulados.

Desta forma, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e manifesta-se favorável à submissão dos referidos documentos à Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Brasília, 26 de março de 2015.

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Antonio de Pádua Ferreira Passos
Conselheiro

Marcelo Cruz
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e estamos de acordo com as Demonstrações Financeiras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme Deliberação nº 473.01/2015, de 26 de março de 2015.

Recife, 26 de março de 2015.

DIRETORIA EXECUTIVA

Antônio Varejão de Godoy
Diretor-Presidente

José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor de Operação

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Econômico-Financeiro

Helder Rocha Falcão
Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e estamos de acordo com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf – KPMG Auditores Independentes, emitido em 26/03/2015 sobre as suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme Deliberação nº 473.01/2015, de 26 de março de 2015.

Recife, 26 de março de 2015.

DIRETORIA EXECUTIVA

Antônio Varejão de Godoy
Diretor-Presidente

José Ailton de Lima
Diretor de Engenharia e Construção

Mozart Bandeira Arnaud
Diretor de Operação

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Econômico-Financeiro

Helder Rocha Falcão
Diretor Administrativo